

Compras até 31 de maio valem para prêmio de R\$ 1 milhão da Nota Premiada Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Serão contempladas no sorteio de R\$1 milhão do **Nota Premiada Bahia** todas as compras realizadas entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021 com inclusão na nota fiscal do CPF cadastrado na campanha. O sorteio será realizado no dia 30 junho, e terá um único ganhador.

Participar é fácil e gratuito. Basta fazer o cadastro no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e, a partir daí, inserir o CPF na nota fiscal na hora das compras. Quem já está cadastrado só precisa continuar inserindo o CPF na nota a cada compra.

Além do prêmio especial, a **Nota Premiada Bahia** continua realizando os sorteios regulares que contemplam, todo mês, 90 participantes com R\$ 10 mil cada e um com R\$ 100 mil. Os sorteios mensais consideram os bilhetes referentes a notas de compras

feitas no mês anterior. Os nomes dos ganhadores são publicados no site da campanha e nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

Solidariedade

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 592 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.405 pessoas, das quais 892 moram na capital, 512 no interior e uma fora do estado. Mais informações sobre a campanha podem ser obtidas em www.notapremiadabahia.ba.gov.br.

Uma característica importante da campanha é o viés social. No momento do cadastro, os participantes escolhem até duas instituições filantrópicas vinculadas ao programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, uma da área de saúde e outra da social, para compartilhar suas notas fiscais. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 533. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades.

O secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitório**, ressalta que todos ganham com a campanha. 'Quem participa pode ser contemplado com a sorte e sempre estará apoiando os milhares de beneficiários das filantrópicas associadas ao **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, além de colaborar com a cobrança da

emissão das notas fiscais pelos estabelecimentos comerciais'.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitorio, Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Veículo: Bocão News	
Data: 11/04/21	



ECONOMIA E MERCADO

Compras até 31 de maio valem para prêmio de R\$ 1 milhão da Nota Premiada Bahia



11 de Abril de 2021 às 07:30 Por:

Mateus Pereira/GOVBA Por: Redação BNews

Serão contempladas no sorteio de R\$1 milhão do Nota Premiada Bahia todas as compras realizadas entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021 com inclusão na nota fiscal do CPF cadastrado na campanha. O sorteio será realizado no dia 30 junho, e terá um único ganhador.

Participar é fácil e gratuito. Basta fazer o cadastro no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e, a partir daí, inserir o CPF na nota fiscal na hora das compras. Quem já está cadastrado só precisa continuar inserindo o CPF na nota a cada compra.

Além do prêmio especial, a Nota Premiada Bahia continua realizando os sorteios regulares que contemplam, todo mês, 90 participantes com R\$ 10 mil cada e um com R\$ 100 mil. Os sorteios mensais consideram os bilhetes referentes a notas de compras feitas no mês anterior. Os nomes dos ganhadores são publicados no site da campanha e nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

Solidariedade

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 592 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.405 pessoas, das quais 892 moram na capital, 512 no interior e uma fora do estado. Mais informações sobre a campanha podem ser obtidas em www.notapremiadabahia.ba.gov.br.

Uma característica importante da campanha é o viés social. No momento do cadastro, os participantes escolhem até duas instituições filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, uma da área de saúde e outra da social, para compartilhar suas notas fiscais. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 533. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades.

O secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, ressalta que todos ganham com a campanha. “Quem participa pode ser contemplado com a sorte e sempre estará apoiando os milhares de beneficiários das filantrópicas associadas ao Sua Nota é um Show de Solidariedade, além de colaborar com a cobrança da emissão das notas fiscais pelos estabelecimentos comerciais”.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 09/04/2021	



Compras até 31 de maio valem para prêmio de R\$ 1 milhão da Nota Premiada Bahia

9 abril 2021



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

Serão contempladas no sorteio de R\$1 milhão do Nota Premiada Bahia todas as compras realizadas entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021 com inclusão na nota fiscal do CPF cadastrado na campanha. O sorteio será realizado no dia 30 junho, e terá um único ganhador.

Participar é fácil e gratuito. Basta fazer o cadastro no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e, a partir daí, inserir o CPF na nota fiscal na hora das compras. Quem já está cadastrado só precisa continuar inserindo o CPF na nota a cada compra.

Além do prêmio especial, a Nota Premiada Bahia continua realizando os sorteios regulares que contemplam, todo mês, 90 participantes com R\$ 10 mil cada e um com R\$ 100 mil. Os sorteios mensais consideram os bilhetes referentes a notas de compras feitas no mês anterior. Os nomes dos ganhadores são publicados no site da campanha e nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

Solidariedade

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 592 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.405 pessoas, das quais 892 moram na capital, 512 no interior e uma fora do estado. Mais informações sobre a campanha podem ser obtidas em www.notapremiadabahia.ba.gov.br.

Uma característica importante da campanha é o viés social. No momento do cadastro, os participantes escolhem até duas instituições filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, uma da área de saúde e outra da social, para compartilhar suas notas fiscais. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 533. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades.

O secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, ressalta que todos ganham com a campanha. “Quem participa pode ser contemplado com a sorte e sempre estará apoiando os milhares de beneficiários das filantrópicas associadas ao Sua Nota é um Show de Solidariedade, além de colaborar com a cobrança da emissão das notas fiscais pelos estabelecimentos comerciais”.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Compras até 31 de maio valem para prêmio de R\$ 1 milhão da Nota Premiada Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Serão contempladas no sorteio de R\$1 milhão do **Nota Premiada Bahia** todas as compras realizadas entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021 com inclusão na nota fiscal do CPF cadastrado na campanha. O sorteio será realizado no dia 30 junho, e terá um único ganhador.

Participar é fácil e gratuito. Basta fazer o cadastro no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e, a partir daí, inserir o CPF na nota fiscal na hora das compras. Quem já está cadastrado só precisa continuar inserindo o CPF na nota a cada compra.

Além do prêmio especial, a **Nota Premiada Bahia** continua realizando os sorteios regulares que contemplam, todo mês, 90 participantes com R\$ 10 mil cada e um com R\$ 100 mil. Os sorteios mensais consideram os bilhetes referentes a notas de compras

feitas no mês anterior. Os nomes dos ganhadores são publicados no site da campanha e nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

Solidariedade

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 592 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.405 pessoas, das quais 892 moram na capital, 512 no interior e uma fora do estado. Mais informações sobre a campanha podem ser obtidas em www.notapremiadabahia.ba.gov.br.

Uma característica importante da campanha é o viés social. No momento do cadastro, os participantes escolhem até duas instituições filantrópicas vinculadas ao programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, uma da área de saúde e outra da social, para compartilhar suas notas fiscais. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 533. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades.

O secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitório**, ressalta que todos ganham com a campanha. 'Quem participa pode ser contemplado com a sorte e sempre estará apoiando os milhares de beneficiários das filantrópicas associadas ao **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, além de colaborar com a cobrança da

emissão das notas fiscais pelos estabelecimentos comerciais'.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitorio, Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Compras até 31 de maio valem para prêmio de R\$ 1 milhão da Nota Premiada Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Serão contempladas no sorteio de R\$1 milhão do **Nota Premiada Bahia** todas as compras realizadas entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021 com inclusão na nota fiscal do CPF cadastrado na campanha. O sorteio será realizado no dia 30 junho, e terá um único ganhador.

Participar é fácil e gratuito. Basta fazer o cadastro no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e, a partir daí, inserir o CPF na nota fiscal na hora das compras. Quem já está cadastrado só precisa continuar inserindo o CPF na nota a cada compra.

Além do prêmio especial, a **Nota Premiada Bahia** continua realizando os sorteios regulares que contemplam, todo mês, 90 participantes com R\$ 10 mil cada e um com R\$ 100 mil. Os sorteios mensais consideram os bilhetes referentes a notas de compras

feitas no mês anterior. Os nomes dos ganhadores são publicados no site da campanha e nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

Solidariedade

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 592 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.405 pessoas, das quais 892 moram na capital, 512 no interior e uma fora do estado. Mais informações sobre a campanha podem ser obtidas em www.notapremiadabahia.ba.gov.br.

Uma característica importante da campanha é o viés social. No momento do cadastro, os participantes escolhem até duas instituições filantrópicas vinculadas ao programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, uma da área de saúde e outra da social, para compartilhar suas notas fiscais. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 533. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades.

O secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**, ressalta que todos ganham com a campanha. 'Quem participa pode ser contemplado com a sorte e sempre estará apoiando os milhares de beneficiários das filantrópicas associadas ao **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, além de colaborar com a cobrança da

emissão das notas fiscais pelos estabelecimentos comerciais'.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitorio, Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Compras até 31 de maio valem para prêmio de R\$ 1 milhão da Nota Premiada Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foto: Mateus Pereira/GOVBA

pp_amp_intext | /75894840/CN1_AMP_02

Serão contempladas no sorteio de R\$1 milhão do **Nota Premiada Bahia** todas as compras realizadas entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021 com inclusão na nota fiscal do CPF cadastrado na campanha. O sorteio será realizado no dia 30 junho, e terá um único ganhador.

Participar é fácil e gratuito. Basta fazer o cadastro no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e, a partir daí, inserir o CPF na nota fiscal na hora das compras. Quem já está cadastrado só precisa continuar inserindo o CPF na nota a cada compra.

Além do prêmio especial, a **Nota Premiada Bahia** continua realizando os sorteios regulares que contemplam, todo mês, 90 participantes com R\$ 10 mil cada e um com R\$ 100 mil. Os sorteios mensais consideram os bilhetes referentes a notas de compras feitas no mês anterior. Os nomes dos ganhadores são publicados no site da campanha e nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

Solidariedade

pp_amp_intext | /75894840/CN1_AMP_03

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 592 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.405 pessoas, das quais 892 moram na capital, 512 no interior e uma fora do estado. Mais informações sobre a campanha podem ser obtidas em www.notapremiadabahia.ba.gov.br.

Uma característica importante da campanha é o viés social. No momento do cadastro, os participantes escolhem até duas instituições filantrópicas vinculadas ao programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, uma da área de saúde e outra da social, para compartilhar suas notas fiscais. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas

no programa, que são hoje 533. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades.

O secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitório**, ressalta que todos ganham com a campanha. 'Quem participa pode ser contemplado com a sorte e sempre estará apoiando os milhares de beneficiários das filantrópicas associadas ao **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, além de colaborar com a cobrança da emissão das notas fiscais pelos estabelecimentos comerciais'.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitório, Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Estados e capitais elevam gasto com saúde na segunda onda

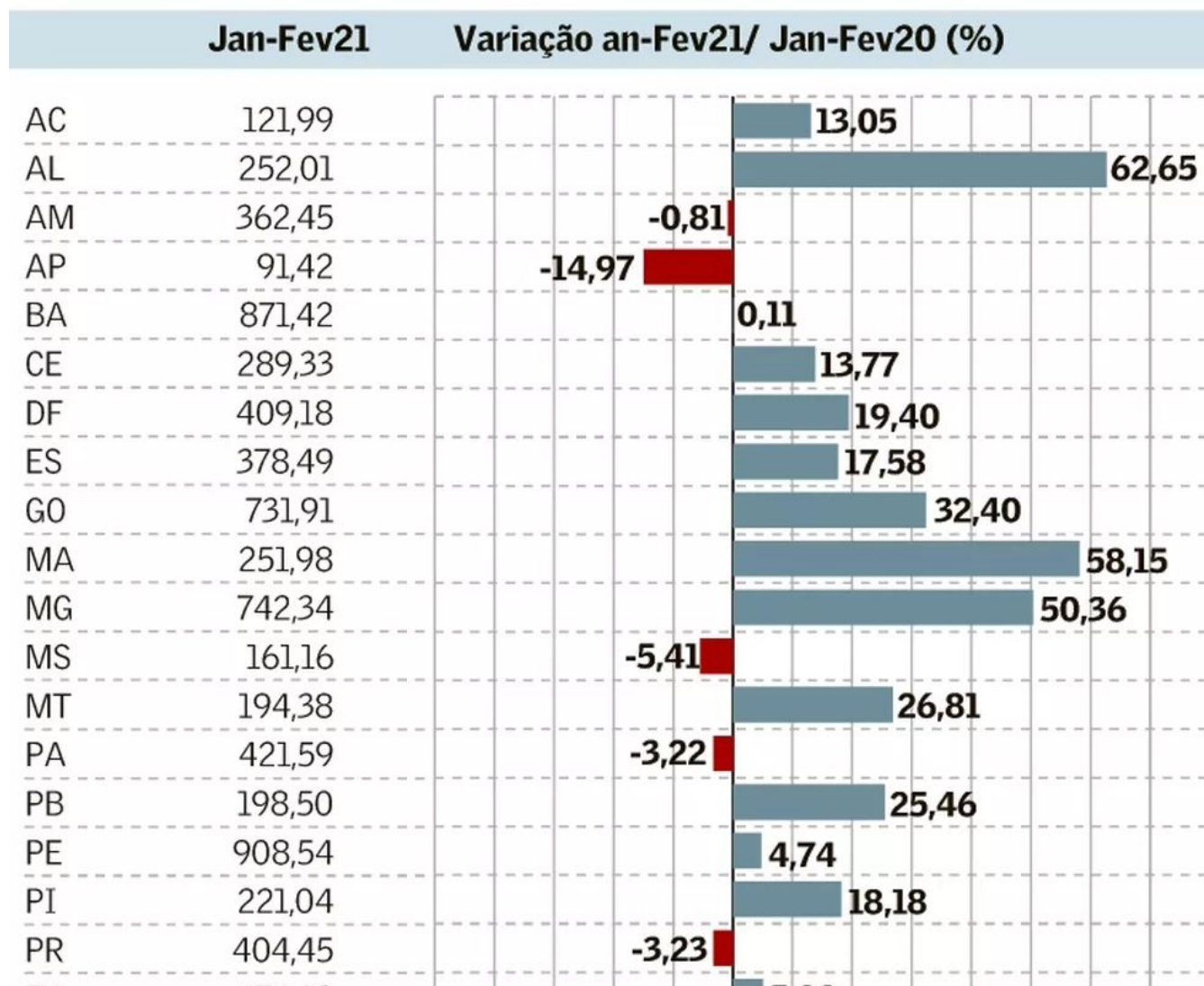
Alta de 11% no 1º bimestre chama atenção de analistas

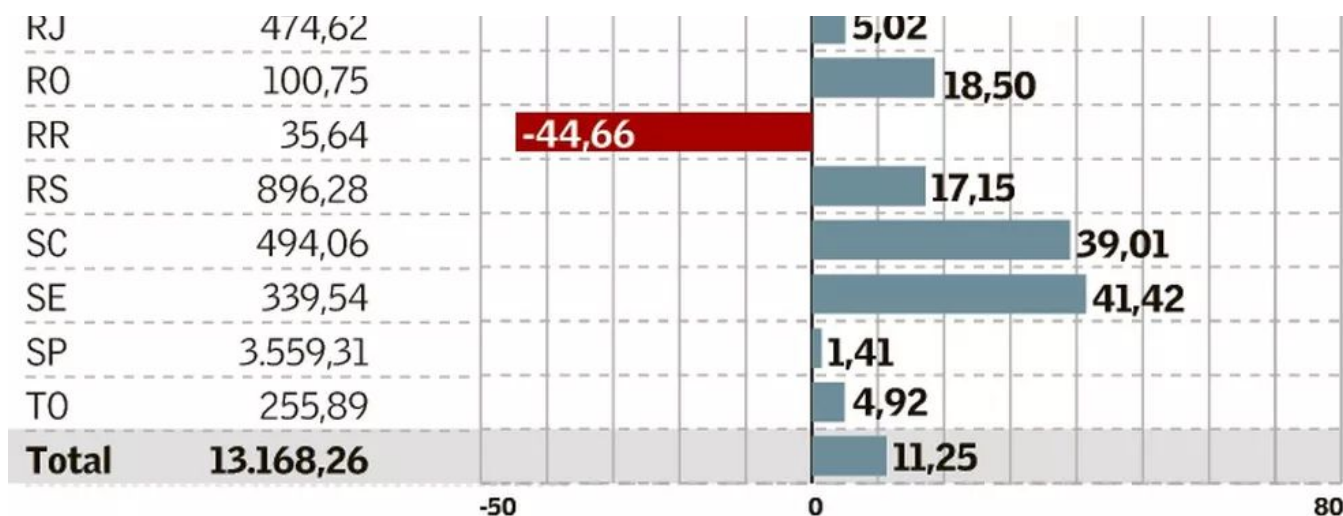
Por Marta Watanabe — De São Paulo

12/04/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

Despesas totais com saúde

Evolução de gastos liquidados* - em R\$ milhões





Fonte: STN, com elaboração do Valor *Função saúde do RREO, o que inclui despesas de pessoal, custeio e investimento

Os gastos agregados com saúde nos Estados e nas capitais aumentaram 11% nominais no primeiro bimestre de 2021 contra iguais meses do ano passado, quando ainda não havia impacto da pandemia. O nível de elevação no primeiro bimestre chama a atenção de analistas num período do ano em que a evolução de gastos costuma ser mais lenta, principalmente quando se trata de início de mandato, como é o caso das capitais. A evolução dos gastos na saúde revela pressão intensa, em contraste com a despesa total, que caiu 1,7% no caso das capitais e aumentou 0,5% no total dos Estados, na mesma comparação.

O aumento é creditado à segunda onda da pandemia e a perspectiva, dado o agravamento dos casos de covid-19 em março, é de que os gastos se mantenham em nível elevado pelo menos no decorrer do primeiro quadrimestre. A conta considera as despesas liquidadas de 25 Estados, Distrito Federal e 19 capitais que já disponibilizaram dados sobre saúde nos relatórios fiscais entregues à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O aumento não foi pontual. Aconteceu em 20 Estados e em 13 das capitais levantados. Os dados são de gastos totais na saúde e incluem pessoal, custeio e investimento. Não foram consideradas as despesas intra-orçamentárias. No ano passado, no agregado de Estados e capitais, os gastos com saúde aumentaram 16% em relação ao ano anterior.

Para o economista Manoel Pires, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), o comportamento praticamente estável das despesas como um todo indica que Estados e capitais, no conjunto, estão preocupados com o controle de

gastos, ao mesmo tempo em que a imposição de regras de isolamento social também propicia redução de algumas despesas. Há ainda, lembra, o impedimento de reajustes salariais a servidores que vale até o fim deste ano. A restrição foi estabelecida pela Lei Complementar 173/2020, a mesma dos repasses extraordinários de recursos a prefeituras e Estados no ano passado.

É importante também, diz ele, chamar a atenção para o crescimento das despesas com saúde no primeiro bimestre, período em que os gastos historicamente demoram mais para se materializar. “É um período ainda no qual acontece a aprovação do orçamento do ano e as secretarias de Fazenda costumam segurar despesas porque ainda não se sabe como receitas e gastos irão se comportar”, explica. No caso das capitais, este ano, diz ele, houve ainda o efeito da eleição de novos prefeitos. Ou seja, com a mudança de gestão, há reavaliação de prioridades que também costumam tornar mais lentos os gastos.

A pressão grande de gastos existe, diz ele, porque o quadro de pandemia deste ano é diferente da fase mais aguda do ano passado, quando não se via filas para leitos e a ocupação de atendimento nas UTIs não chegou aos 100%. Por enquanto, diz ele, segundo dados do Banco Central (BC), Estados ainda têm, ao menos no agregado, bom volume de recursos em caixa, o que pode, do ponto de vista fiscal, ajudar a aliviar a pressão de gastos neste início de 2021. Mas é difícil saber até quando esse fôlego dura porque dependerá de como a pandemia vai evoluir em termos de duração e intensidade.

Marco Aurelio Cardoso, secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul, diz que o aumento nas despesas na saúde refletem gastos com a pandemia e devem se manter pressionados em nível parecido por pelo menos todo o primeiro quadrimestre. As despesas liquidadas do Estado na saúde avançaram 17,2% no primeiro bimestre do ano contra mesmo meses de 2020.

Já no segundo bimestre, em março, lembra ele, quando o número de casos de covid-19 bateu recorde no Estado e a taxa de ocupação dos leitos de UTI adulto ultrapassou 100%, houve aplicação extraordinária de R\$ 250 milhões na saúde. Desse valor, R\$ 70 milhões vieram da redução na transferências de duodécimos aos demais poderes do Estado e o restante veio do Tesouro gaúcho. Um dos fatores que

possibilitaram isso, segundo ele, foi a redução de despesa de pessoal resultante da reforma previdenciária do Estado.

No ano passado, diz Cardoso, foram aplicados na função saúde R\$ 7,3 bilhões, 18% a mais que no ano anterior. Para ele, ainda é cedo para prever a evolução dos gastos neste ano. A expectativa é que a melhora dos indicadores da doença no Estado, verificada após a imposição de medidas mais restritivas de isolamento social, se mantenha e o quadro melhore com a vacinação. O orçamento do Estado projeta crescimento nominal de cerca de 6% das receitas em 2021. A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) tem se comportado de forma favorável até o momento, aponta, com alta de 11% nominais no primeiro trimestre do ano em relação a igual período de 2020.

Em Alagoas houve no primeiro bimestre o maior aumento - de 62,7% -- de despesas liquidadas na saúde entre os Estados levantados. George Santoro, secretário da Fazenda alagoana, explica que a alta reflete, além do efeito da pandemia, também o custeio maior em razão da entrega de quatro hospitais durante a pandemia, o que, além de ampliar atendimento geral para a saúde, permitiu quadruplicar a oferta de leitos de UTI do Estado. Planejados antes da crise sanitária, os investimentos, diz ele, devem gerar elevação de custeio na área da saúde de cerca de R\$ 200 milhões este ano. A alta de despesas na área é projetada em 30% contra o ano passado, conta.

Pires lembra que as despesas com a pandemia vão além da saúde. "Como o governo federal mostra relutância maior para oferecer suporte neste ano, isso deve ser dado em nível estadual e municipal, o que já acontece por meio de programas de transferência de renda, por exemplo."

Entre as capitais, Salvador é uma das que oferecem auxílio emergencial de R\$ 270 mensais desde junho do ano passado. O benefício vale até junho deste ano. "As prefeituras já têm feito esforços para suprir lacunas de demandas sociais", diz Giovanna VICTER, secretária da Fazenda soteropolitana.

Mas é preciso, diz ela, que o governo federal também cumpra com sua parte nas despesas da pandemia. Para ela, é preciso que haja cobertura dos gastos com saúde via Sistema Único de Saúde (SUS) e que sejam implementados em âmbito federal

programas de crédito para as empresas e também a renovação do BEm, para manutenção de empregos, que permitiu no ano passado a redução de jornada e salários.

“As prefeituras vão precisar de mais recursos para a saúde porque os orçamentos não estavam preparados para dois anos de pandemia, sendo o segundo ano mais grave que o primeiro. Os municípios não têm cheque especial”, diz Giovanna. Em Salvador, as despesas liquidadas com saúde no primeiro bimestre somaram R\$ 223 milhões, com alta de 11,7% contra mesmos meses de 2020. A pandemia, ressalta, trouxe gastos inevitáveis e não deu às prefeituras tempo para o freio de arrumação que se faz no começo de cada gestão.

Francisco Funcia, secretário de Finanças de Diadema e consultor técnico do Conselho Nacional de Saúde (CNS), diz que a insuficiência de recursos do SUS já existia antes da pandemia. Neste ano, destaca, o problema se agrava. O Orçamento federal de 2021 aprovado no Congresso destina especificamente para a covid-19 apenas R\$ 1,1 bilhão de recursos da saúde, diz. Com isso, não haverá transferência fundo a fundo garantida para o combate à pandemia. Em 2020, lembra, foram R\$ 23 bilhões para os municípios e R\$ 10 bilhões para os Estados.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Máscaras KN95 são mais eficientes. Entenda o porquê.

SAÚDE JÁ

LINK PATROCINADO

Motoristas: Rastreador sem mensalidade preocupa seguradoras em Salvador

ACTIVE GPS

LINK PATROCINADO

Veja aqui o tamanho da fortuna de Paulo Gustavo

MISTERSTOCKS

LINK PATROCINADO

Máscara de Cílios Maybelline Cílios Sensacionais à Prova D'água 9,5ml

R\$ 54,99

DROGASIL

Go !

Primeiro Caderno

Ao menos 19 governadores pagam auxílios emergenciais

11/04/2021 às 05:30



Marca. Doria anunciou a unificação de programas sociais no Bolsa do Povo

Com o agravamento da pandemia do novo coronavírus e a necessidade de endurecer medidas de restrição social, ao menos 19 governadores estenderam ou retomaram o pagamento de auxílios emergenciais para determinados grupos da população. Os valores variam entre R\$100 e R\$1.500 e são pagos a setores específicos do comércio, como bares e restaurantes, classe artística e a pessoas em situação de extrema pobreza.

Os governadores tiveram de determinar o fechamento do comércio, estipular toques de recolher e até restringir a circulação da população em vias públicas após o aumento expressivo no número de mortos e contaminados pela Covid-19. Para mitigar os efeitos da pandemia, os deputados estaduais, em todos os estados com propostas de transferência de renda, aprovaram os benefícios.

Levantamento do GLOBO mostra que Rio, São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Pará, Paraná, Maranhão, Piauí, Acre, Ceará, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rondônia e Sergipe anunciaram ou retomaram auxílios. No Rio, o governo do estado criou o programa Supera Rio, que deve liberar entre R\$ 200 e R\$ 300 por mês até dezembro deste ano para famílias com renda mensal de até R\$ 178 por pessoa.

Contrário às medidas de isolamento, o presidente Jair Bolsonaro criticou o auxílio emergencial pago pelos cofres estaduais a pessoas impedidas de trabalhar durante a pandemia. Segundo ele, os benefícios são uma forma de tirar a “liberdade” das pessoas aos poucos por causa das políticas de confinamento e toque de recolher, que ele classificou como “estado de sítio”.

— Você vê que tem governador, agora, que está falando em auxílio emergencial, né? — questionou Bolsonaro a um grupo de apoiadores no Palácio da Alvorada, acrescentando: —Ele quer fazer o Bolsa Família próprio. Quanto mais gente vivendo de favor do Estado, mais dominado fica esse povo.

Desafeto de Bolsonaro, o governador João Doria (PSDB) anunciou a unificação de programas sociais do estado e vai oferecer, durante a pandemia, uma bolsa-auxílio no valor de R\$ 500 mensais para pessoas em situação de vulnerabilidade social, em troca de quatro horas de trabalho por dia. O programa, batizado de Bolsa do Povo, vai unificar os projetos sociais do estado e deve beneficiar até 500 mil pessoas. Para sair do papel, o projeto precisa ser aprovado pelos deputados estaduais.

A maioria dos auxílios locais vem na esteira da volta do auxílio emergencial do governo federal. Em março, governadores de 16 estados chegaram a pedir aos presidentes da Câmara e do Senado para que o Congresso disponibilizasse os recursos necessários para o pagamento de R\$ 600. O governo não cedeu e manteve a previsão de R\$250 por quatro meses.

Os programas atendem, em sua maioria, trabalhadores afetados pelo fechamento do comércio, como garçons, cabeleireiros e profissionais de beleza, taxistas e motoristas de aplicativo, além de uma parcela das pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico).

CAPITAL Ainda sem previsão, retomada para novos públicos depende do envio de vacina pela União

Vacinação da 1ª dose está suspensa e continua para público da 2ª dose

TÁCIO CALDAS*

Com 446.475 pessoas vacinadas, a campanha de imunização da primeira dose contra a Covid-19 está suspensa em Salvador. A partir de hoje, a ação continua contemplando apenas o público programado para a segunda dose. Essa estratégia será adotada em 15 postos de vacinação entre drives e pontos fixos.

Ainda não há previsão para a retomada da imunização para quem ainda não tomou a primeira dose, que só ocorrerá quando uma nova remessa dos imunizantes forem encaminhadas pelo governo federal.

Quem estiver apto para completar o esquema vacinal, é preciso observar a data de retorno no site da Secretaria Municipal da Saúde (www.saude.salvador.ba.gov.br) ou verificar no cartão de vacinação. Quem recebeu a primeira dose pelo Vacina Express não precisa fazer novo agendamento – as equipes retornarão às residências.

Pontos

Os locais atendem das 8h às 16h. Os drives funcionam nas faculdades FTC da Paralela, Universo do Iguate-



Rafael Martins/ Ag. A TARDE

A partir de hoje, a ação continua contemplando apenas o público programado para a segunda dose das 8h às 16h

Do total de soteropolitanos vacinados, 340.741 precisam da 2ª dose

mi, Católica de Pituauçu ou da FDDB, em Brotas. Além deles, têm os espaços do Barradão, do 5º Centro ou da USF San Martin III.

Quem for aos pontos fixos poderá se dirigir ao Barradão, FTC da Paralela, UBS Virgílio de Carvalho, no Bonfim, USF em Colinas de Peeperi, C. de Saúde Ramiro de

Azevedo, no Campo da Pólvora, e no 5º Centro de Saúde Clementino Fraga – Barris.

Balanco

Do total de soteropolitanos vacinados, 105.734 pessoas completaram o seu esquema vacinal e 340.741 ainda precisam concluir o procedimento.

Da quantidade de imunizados, 69% são de idosos e 31% são de profissionais da saúde e outros públicos. A maioria é do sexo feminino, atingindo 64%, enquanto o sexo masculino chega a 36%.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

PANDEMIA

Restrições e proibições na Bahia são prorrogadas

DA REDAÇÃO

Estão prorrogados até o próximo dia 19, em toda a Bahia, o toque de recolher, a proibição das aulas presenciais e a suspensão de eventos. As medidas venceriam hoje.

Fica vedada a venda de bebida alcoólica, inclusive por delivery, no período das 18h do dia 16 até as 5h de 19 de abril. Entre 20h e 5h, segue restrita a locomoção de pessoas, sendo vedada a permanência e o trânsito em vias, equipamentos e praças públicas.

Segue proibida ainda, a prática de atividades esportivas coletivas amadoras. Já as academias estão autorizadas com 50% da capacidade. A circulação dos meios de transporte metropolitanos será suspensa das 20h30 às 5h. A circulação dos ferryboats será suspensa das 20h30 às 5h do dia 12 a 16 de abril, com proibição nos dias 17 e 18 de abril. A lanchinhas da Travessia Salvador-Mar Grande ficam proibidas das 20h30 às 5h, e com ocupação de 50% nos dias 17 e 18.

Continuam suspensas as aulas presenciais nas unidades de ensino, com exceção dos estágios dos cursos da área de saúde. Estão proibidos eventos e atividades que envolvam aglomeração.

FIM DE SEMANA

Bares e restaurantes registram movimento fraco na reabertura

BRUNO BRITO*

No primeiro final de semana da reabertura de bares e restaurantes em Salvador, após o período de restrições, o movimento nos estabelecimentos foi fraco. Para o setor, que só pode funcionar entre quarta-feira e domingo, o toque de recolher às 20h e a proibição da venda de bebidas alcoólicas aos finais de semana, além das chuvas que caíram na capital baiana, contribuíram pa-

ra o esvaziamento.

No final da tarde de ontem, a reportagem de A TARDE circulou pelo Rio Vermelho, que é muito procurado por conta de locais como os largos de Santana e da Mariquita. Em ambos, apenas algumas pessoas estavam nas mesas dos bares e restaurantes. O cenário, nem de longe, lembrava o que geralmente é visto no tradicional reduto boêmio.

De acordo com o presidente executivo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Luiz Henrique do Amaral, existem três fatores que contribuem negativamente para o setor: o fechamento às segundas e terças, o toque de recolher às 20h e a proibição da venda de bebidas alcoólicas no final de semana. "A soma dessas variáveis, dificulta o serviço nestes locais", afirmou.

Com relação às fiscalizações destes espaços, o balanço da Secretaria de Desen-

volvimento Urbano (Sedur) apontou que, apenas no sábado, três bares foram interditados, no Uruguai, Massaranduba e São Marcos, além da interdição de um mercado no Uruguai.

No sábado, sete aglomerações foram dispersas, sendo duas em São Marcos, duas em Nova Brasília, e uma em Itapuã, Cassange e Ceasa.



Uendel Galter/ Ag. A TARDE

Poucos clientes frequentaram estabelecimentos no R. Vermelho

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

OBITUÁRIO

BOSQUE DA PAZ

Raimundo José Sena faleceu no Hospital de Campanha Itapuã, 53 anos, casado, natural de Salvador-BA

Isabel Araújo dos Santos Conceição faleceu em residência, 92 anos, casada, natural de Alagoinhas-BA

Joana Nascimento Lima faleceu no Hospital de Campanha Fonte Nova, 65 anos, solteira, natural de Santa Inês-BA

Felipe Ramos de Souza Amorim faleceu em via pública, 26 anos, casado, natural de Salvador-BA

Ana Maria de Carvalho Leal faleceu no Hospital Santa Izabel, 70 anos, viúva, natural de Salvador-BA

Wilmar Mendes Lima faleceu no Hospital Santa Izabel, 79 anos, casado, natural de Mairi-BA

Marinalva Batista Santos faleceu em residência, 68 anos, viúva, natural de Nazaré-BA

Marinalva Domingas Santos faleceu no Hospital Cardiopulmonar, 79 anos, viúva, natural de Salvador-BA

CAMPO SANTO

Admilson Nascimento de Brito faleceu no Hospital de Campanha Itapuã, 67 anos, natural de Salvador-BA

Jacques Cerqueira Daltro Filho faleceu no Hospital do Subúrbio, 70 anos, natural de Salvador-BA

Natildes Pereira Santos faleceu no Hospital da Bahia, 80 anos, natural de Aracaju-SE

Lindaci Lucas de Lima faleceu no Hospital Sagrada Família, 64 anos, natural de Olinda-PE

Avelina Souza

Gama faleceu no Hospital Cardiopulmonar, 104 anos, natural de Salvador-BA

Vittório Arfinengo faleceu na UPA Brotas, 50 anos, natural da Itália

Vinícius da França Penna faleceu em residência, 72 anos, natural de Salvador-BA

JARDIM DA SAUDADE

Romildo Ferreira de Almeida faleceu na Clínica de Internação Santo Antônio-LTDA, 73 anos, eletrotécnico, casado, natural de Nazaré-BA

Vitorino Bispo Gonçalves faleceu no Hospital Geral do Estado, 86 anos, militar da reserva, casado, natural de Salvador-BA

Epitácio Moraes Alcântara faleceu no Hospital Aristides Maltez, 55 anos, autônomo, solteiro, natural de Marciobílio Souza-BA

André Luiz Fernandes Moreira faleceu no Hospital Municipal de Salvador, 73 anos, bancário, casado, natural de Resplendor-MG

Paulo Roberto de Argôlo Pinheiro faleceu no Hospital Santa Izabel,

67 anos, engenheiro, casado, natural de Salvador-BA

Angélica Assis Cunha faleceu no Hospital São Rafael, 72 anos, secretária, viúva, natural de Salvador-BA

Vivaldo Mamedo do Nascimento faleceu no Hospital Agenor Paiva, 86 anos, encarregado de almoxarife, viúvo, natural de Salvador-BA

Amaury de Nazareth Magno faleceu em residência, 85 anos, funcionário público, casado, natural de Aracaju-SE

CLIMA

salvador@grupoatarde.com.br

SALVADOR HOJE 24° 30°

SALVADOR AMANHÃ 22° 31°

CPTEC INFORMA Hoje, a previsão do tempo para a capital é de muitas nuvens com chuva isolada.

NOVA ATÉ 19/04 **CRESCENTE 20 A 26/04** **CHEIA 27/04 A 3/05** **MINGUANTE 3 A 10/05** **NASCENTE 5h40** **POENTE 17h32**

SOL **SOL E NUVENS** **SOL E CHUVA** **NUBADO** **CHUVA** **CHUVA FORTE**

1 REMANSO	2 JUAZEIRO	3 PAULO AFONSO	4 FORMOSA DO RIO PRETO	5 IRECÊ	6 JACOBINA	7 FEIRA DE SANTANA	8 LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	9 BARREIRAS	10 BOM JESUS DA LAPA	11 VITÓRIA DA CONQUISTA	12 ILHÉUS	13 PORTO SEGURO	14 SANTA MARIA DA VITÓRIA
22° 34°	19° 35°	22° 34°	21° 33°	19° 31°	19° 33°	22° 30°	20° 31°	20° 34°	22° 37°	17° 31°	23° 31°	21° 31°	21° 35°

HOJE	AMANHÃ	QUARTA-FEIRA	TEMPERATURAS
Alta 03h56 2,2m	Alta 04h27 2,1m	Alta 04h57 2,1m	Brasil Mín. Máx.
Baixa 09h54 0,1m	Baixa 10h25 0,1m	Baixa 10h56 0,2m	Brasília 15° 28°
Alta 13h14 2,3m	Alta 16h45 2,3m	Alta 17h17 2,2m	Curitiba 15° 27°
Baixa 22h17 0,2m	Baixa 22h48 0,2m	Baixa 23h19 0,3m	Natal 24° 31°
			Brasil Mín. Máx.
			J. Pessoa 24° 30°
			Rio 19° 36°
			Recife 23° 30°

Mundo	Mín.	Máx.
Bogotá	11°	21°
Barcelona	8°	13°
H. Kong	20°	24°
Moscou	7°	16°
Quebec	5°	11°
Luanda	24°	31°

AGRONEGÓCIOS

agronegocios@grupoatarde.com.br

Agro A TARDE

JOSÉ LUIZ TEJON



UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO

atarde.com.br/colunista/atardeagro
tejon@grupoatarde.com.br

Gestão de gases de efeito estufa

Coletânea sobre gestão de gases de efeito estufa é um presente do Brasil para o mundo. Na semana passada foi lançada a “coletânea dos fatores de emissão e remoção dos gases de efeito estufa para a agropecuária”.

A ministra Tereza Cristina declarou se tratar de um trabalho científico com métricas que mostram como o Brasil “é uma potência agrosustentável”. Enfatizou que internamente esse conhecimento servirá para políticas públicas, e a evolução da produtividade, maior eficiência e sustentabilidade

dos nossos produtores. E externamente afirmou: “mostrará a sustentabilidade do setor agropecuário brasileiro, ganharemos forças nas negociações climáticas, no cumprimento dos nossos compromissos e inclusive no acordo de Paris, e ainda apoiaremos todos os demais países nos mesmos biomas brasileiros”.

A apresentação foi feita por Mariane Crespolini, diretora de produção sustentável e irrigação do Mapa, revelando que a diminuição de gases do efeito estufa no plantio direto comparado ao

tradicional é da ordem de 75%. Todo o conhecimento do país a respeito da gestão do gás de efeito estufa está à disposição no site do Mapa e

pode ser baixado por todos. O ministro de ciência tecnologia e inovação, Marcos Pontes, disse que a união do agro com a ciência e techno-

logia nos fará cada vez mais o exemplo do setor no mundo.

O secretário de inovação desenvolvimento rural e irrigação, Fernando Camargo, parabenizou a equipe e registrou: “isto é simplesmente o início, o primeiro capítulo de uma longa saga”.

Daniel Carrara, diretor geral do SENAR, revelou termos 10 mil técnicos na instituição colocando a ciência a favor da agropecuária. E o presidente da CNA, João Martins, acrescentou: “o Brasil é uma referência no sistema integrado”. Essa co-

letânea hoje com apoio do SENAR confirma que os efeitos dos gases efeito estufa podem ser mitigados. Incremento de renda, produtividade e proteção ao meio ambiente, esse é o compromisso da CNA e SENAR.

Excelente trabalho, agora precisamos divulgar, usar e levar essa educação a todos os demais países do cinturão tropical do planeta, e para todos os nossos clientes e consumidores do alimento brasileiro.

Hora de comunicar, um presente do Brasil para o mundo.

Essa coletânea confirma que os efeitos dos gases efeito estufa podem ser mitigados

Agora precisamos divulgar, usar e levar essa educação a todos os países

PRISCILA DÓREA

Não é novidade que os negócios precisaram se adaptar para manter o funcionamento desde o início da pandemia. As dificuldades atingiram inclusive aqueles que fornecem produtos considerados essenciais, como é o caso dos produtores da agricultura familiar. Se aliando à tecnologia, recebendo apoio do governo e unindo forças com outros produtores, a agricultura familiar conseguiu se manter do jeito que foi possível, usando canais de escoamento que, em sua maioria, vão continuar presentes no pós-pandemia.

Diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) – empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), Wilson Dias, conta que ações estão sendo criadas ao longo da pandemia para auxiliar esses agricultores. “Não tinha como ser diferente, afinal é um segmento da economia baiana que envolve quase 2 milhões de pessoas economicamente ativas”. Entre assistência remota, a realização de feiras online, negociações com supermercados e a instalação do Centro de Distribuição em Salvador. O primeiro passo, claro, precisa ser dado pelos mais interessados: os agricultores.

“O primeiro passo dado por eles foi aprimorar a inserção dos produtos nos chamados circuitos curtos de comercialização, tais como as feiras normais, as feiras orgânicas, as feiras agroecológicas e a aproximação com as redes locais de supermercados, delicatessen e padarias”, explica Dias. O passo seguinte foi partir para as vendas on-line onde, na Bahia, mais de uma dezena de plataformas virtuais foram criadas ou intensificadas.

“Mais de 50 cooperativas do estado se juntaram para diversificar a oferta e atrair os consumidores. Principalmente os comprometidos com um consumo consciente e que sabem da importância de comprar dos pequenos sítios, cuja renda se reverte em ganhos efetivos para as populações mais vulneráveis e ajuda a movimentar a economia dos pequenos municípios”, explica o diretor-presidente.

Uma dessas plataformas foi a Escoaf (@startup.escoaf), startup criada para disseminar a agricultura familiar nos centros urbanos. “Como já estávamos inseridos no contexto digital, a

AGRO Produtores da agricultura familiar buscam alternativas, como vendas online e parcerias, para enfrentar as dificuldades impostas pela pandemia

Agricultores usam novos canais para escoar produção

Rafael Martins / Ag: A TARDE / 20.5.2020

“Mais de 50 cooperativas do estado se juntaram para diversificar a oferta e atrair consumidores”

WILSON DIAS, da CAR



André Frutuoso / Divulgação

“As dificuldades são muitas e buscar alternativas é um caminho necessário”

RODOLFO MORENO, agrônomo



Arquivo pessoal

gente acabou se tornando um meio para que as cooperativas e associações divulgassem seus produtos e nós organizamos a entrega e distribuição. Somos uma das alternativas, mas para algumas cooperativas fomos realmente a principal plataforma de comercialização



Fábio conta que deixou de receber alguns produtos na loja por causa da logística

ção desses produtos”, explica Emanuelle Arraz, co-fundadora e diretora de operações da Escoaf.

Meios de distribuição

Ela explica que a grande dificuldade no começo da pandemia foi a comercialização, já que os centros e estabe-

lecimentos comerciais ficaram fechados por algum tempo. “Eles acabaram perdendo contratos e o estoque ficou parado. E em alguns casos os produtos foram perdidos por causa da validade e pouca demanda. Hoje, muitos começaram a mapear outros meios de distribuição e

comercialização, ao mesmo tempo em que os estabelecimentos para onde esses produtos vão se estabeleceram melhor diante da crise, olhando para a era digital e para o ciberespaço, e vendo neles uma oportunidade de venda e potencialização dos negócios”, explica Arraz.

Engenheiro agrônomo que atua no setor de café há 10 anos, Rodolfo Moreno, é o presidente da Coopiatã, Cooperativa de Cafés Especiais e Agropecuária de Piatã e conta que alguns dos cooperados receberam auxílio emergencial no início da pandemia, porém nada mais além disso. “As dificuldades são muitas e buscar alternativas, principalmente envolvendo tecnologia, é um caminho necessário para intensificar a relação direta com nossos clientes”, explica.

De acordo com ele, a Coopiatã tem intensificado as vendas através de parceiros na capital e por todo o estado, mas o maior entrave para a comercialização tem sido a logística. “Nosso volume maior de vendas é o café *in natura* (verde) e temos conversado e conseguido aumentar os prazos de entrega com nossos clientes. Infelizmente, a Coopiatã não tem capital de giro para pagar os cooperados de imediato, o que leva os próprios cooperados a segurarem os compromissos”, desabafa.

Proprietário da Boi Vivo (@boivivo) – loja de alimentos orgânicos, integrais e agroecológicos –, Fábio Santana conta que deixou de receber alguns produtos habituais da loja desde o início da pandemia por causa da logística. “O toque de recolher prejudicou bastante nesse sentido e não só a minha empresa. Não é incomum, por exemplo, que produtos cheguem às 22h. Os fornecedores da agricultura familiar já me relataram que a situação ficou muito difícil, principalmente do ponto de vista da sobrevivência, já que eles vivem de colheitas e muito produto perecível tem sido perdido”, conta.

Santana explica que as parcerias com a agricultura familiar continuam, mas ele tem pedido, menos produtos, com uma frequência menor. “Hoje trabalho principalmente com agricultores da região de Irecê, mas alguns produtos só chegam para a Boi Vivo uma vez no mês ou de 45 em 45 dias, enquanto outros nem recebem mais. As dificuldades na logística causadas pelo *lockdown*, torna pouco lucrativo para alguns produtores entregarem apenas para mim, quando antes eles escoavam os produtos para dois ou três outros lugares no caminho até Salvador. É inegável que o *lockdown* é necessário, mas também trouxe bastante dificuldade para algumas pessoas”, relata.

OPORTUNIDADES NEGÓCIOS

empregosenegocios@grupoatarde.com.br

INTERNET Leia mais sobre negócios e carreiras no Portal A TARDE

www.atarde.com.br/economia

Adilton Venegeroles / Ag. A TARDE

LUIÇA CARVALHO*

As dificuldades econômicas impostas pela Covid-19 têm exigido novas maneiras de conduzir os negócios. É preciso adaptar as vendas, diferenciar os serviços e atender a novas demandas. Uma das saídas para empreender diante das adversidades do momento está nas parcerias.

Colaborações visando mais sucesso nas vendas já eram feitas antes do novo coronavírus, mas de uma forma mais pontual, de acordo com a professora e coordenadora do Centro de Empreendedorismo e Inovação (CEI) da Unifacs, Leidiene Queiroz.

“Com a pandemia, os empreendedores precisaram se reinventar muito rápido. Então, alguns estão se juntando muito nesse sentido de unir forças. Essa junção fortalece o segmento de cada lado”, afirma Leidiene.

Para a analista do Sebrae Fernanda Gretz, esse movimento é uma boa estratégia de potencialização de resultados nos negócios.

“Além da possibilidade de complementação de produtos e serviços para melhor qualificação da oferta aos clientes, é possível também somar as experiências, habilidades e mercado de clientes e, com isso, ampliar a atuação dos empreendedores envolvidos”, diz a analista.

A junção entre concorrentes também pode ser bem-vinda neste momento. “Juntos são mais fortes e divulgam melhor seus produtos. Acho que agora todo mundo percebe que não é hora dessa concorrência ‘descontando no palitinho’. Pelo contrário, é pensar em se juntar para enfatizar melhor os produtos, as propagandas e trazer o cliente”, afirma Leidiene.

Entraves e diferenças de interesse podem acontecer nas parcerias. Para que isso seja evitado, as especialistas apontam que é fundamental que os empreendedores se comuniquem com clareza, ordenando suas funções, e se organizem para que, juntos, possam entregar um resultado ainda melhor.

“É importante estar atento às potencialidades de cada empreendedor e aproveitar ao máximo a habilidade de cada um”, assinala a analista do Sebrae.

Trabalho em equipe

Em março do ano passado, quando a pandemia começou a se alastrar pelo país, a decoradora de festas Mary Carvalho (@maryarteira7) precisou pensar em uma solução para seu negócio diante do cancelamento de eventos.

A saída foi se unir a outros empreendedores na criação da Festa Criativa Delivery, em que o grupo entrega na casa do cliente uma festa pequena, com decoração que cabe no hack da sala, mas completa. Balões, salgados, bolo, doces e picolé estão incluídos no pacote oferecido pela equipe.

Além de Mary, que teve a ideia, a parceria é composta por Rafael Carvalho, da empresa de sorvetes e polpas Bengelado (@bengelado_); Caliane Diógenes, responsável pelo enchimento de balões; as irmãs Jeane Gomes e Sueide Gomes, que fazem doces e salgados na Ane's Gourmet (anesgourmet); e as boleiras Aline Grillo (@aline_grillobolos) e Tainan Lopes (@docesaboresofc).

A cooperação entre eles foi tão bem-sucedida que, depois dos primeiros meses difíceis da pandemia, a equipe está mais atarefada do que nunca. As encomendas foram aumentando e, hoje, por mês, entregam cerca de um pedido por dia. “Somos um incentivando o outro e a

Louise, Flávia e Luciana uniram suas experiências



COOPERAÇÃO Parcerias viram estratégia ainda mais importante diante de dificuldades impostas pela pandemia

Empreendedores se unem para enfrentar crise e elevar vendas

Felipe Iruatã / Ag. A TARDE



A decoradora de festas Mary Carvalho fez parceria com outros negócios do segmento

Olga Leiria / Ag. A TARDE / 9.11.2020

“Cada marca quando se mistura traz isso: a potência que somos juntos”

NAJARA BLACK, da N'Black



BUSQUE PARCELIAS

ESTABELEÇA SEUS CRITÉRIOS É importante conhecer os atributos e qualidades do empreendedor que possa ser parceiro. Caso ele não cumpra com algo que prometeu ao cliente, sua imagem também pode ficar comprometida

O COMBINADO NÃO SAI CARO Antes de iniciar uma cooperação ou parceria é importante conhecer e esclarecer os interesses comerciais, as ações a serem realizadas por cada um e definir como serão compartilhados os resultados conjuntos

COMUNICAÇÃO É CHAVE Para lidar com as dificuldades e desentendimentos no dia a dia, é importante manter uma comunicação clara e direta entre as partes e, sempre que necessário, estabelecer novos pactos ou atualizar as negociações firmadas. Boa comunicação, respeito e consideração profissional são fundamentais para o sucesso de uma parceria ou uma colaboração

FONTES: LEIDIENE QUEIROZ, DA UNIFACS, E FERNANDA GRETZ, DO SEBRAE

de indicação de clientes.

Mas foi na pandemia, com as coisas acontecendo principalmente nos ambientes digitais, que as amigas decidiram firmar de vez a parceria juntando o trabalho das duas empresas num mesmo produto, que une a assessoria com a presença nas redes.

“Estamos o tempo inteiro as três para poder engrenar e funcionar cem por cento. Isso ajuda ainda mais o cliente porque ele tem duas linhas de trabalho ao mesmo tempo. A gente consegue que ele cresça mais, e para nós é vantagem porque oferecemos algo juntas que não é oferecido por outros profissionais”, afirma Luciana.

“Trazemos algo completo juntas. A gente não conseguiria oferecer o que Luciana oferece sozinha, nem ela conseguiria oferecer o que conseguimos só”, completa Louise.

Força do coletivo

Na N'Black (@nblack_21), localizada no primeiro piso do Shopping da Bahia, estão reunidas 14 diferentes marcas que vendem desde óculos de sol e de grau até boné e de pano pretas. Najara Black, dona da marca de moda masculina e feminina que dá nome ao espaço, tem reunido desde o início deste ano afroempreendedores de ramos diversos na loja colaborativa.

Dividir o local com outros empreendedores é uma oportunidade de alugar um espaço bastante movimentado e que considera estratégico para as vendas. Outra vantagem que observa é a circulação de dinheiro entre os negócios. “Na loja colaborativa a gente vende no coletivo. Há uma grande troca de clientes”, diz.

Najara, que empreende desde 2005, já trabalhou apenas pela internet, teve loja sozinha e exibiu suas peças em showroom. Acredita que, agora, está em sua melhor versão.

“Ter um espaço coletivo potencializa mais. Acredito muito no coletivo. Cada marca quando se mistura traz isso: a potência que somos juntos”, afirma.

*SOB SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO

parceria vai de vento em popa”, declara Mary.

A amizade entre a assessora de imprensa Luciana Amâncio, empreendedora na Comunicando com Amor (@luamancio.comunicacao), e as publicitárias Flávia Ataíde e Louise Cardeal, donas da empresa de estratégia digital Imagina (@imaginaquevai), já unia os dois negócios há um tempo, principalmente na troca

Inflação vai a 0,93% e mercado vê risco de estourar meta

IPCA Pressionado pelo reajuste dos preços dos combustíveis, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou variação de 0,93% em março, a maior para o período desde 2015. Com isso, a taxa acumulada em 12 meses passou de 5,20%, em fevereiro, para 6,10% no mês passado, reforçando no mercado o temor de que a inflação oficial do país termine o ano acima do teto da meta – que é de 5,25%.

“A chance de a inflação ficar acima dos 4,5% este ano é uma certeza. Uma inflação entre 5% e 6% me parece

hoje que é a previsão mais clara e uma média de 0,40% (mensal até o fim do ano) é razoável. Se o câmbio atrapalhar, pode ficar mais perto de 6%”, alertou Luiz Roberto Cunha, professor do Departamento de Economia e decano do Centro de Ciências Sociais na PUC-Rio, que espera um pico de 8,1% no IPCA em 12 meses até agosto.

Analista da Coordenação de Índices de Preços do IBGE, André Almeida lembra que a última vez que o acumulado em 12 meses ultrapassou o teto da meta foi em novembro de 2016. “O teto era de

6,5% e, em novembro daquele ano, o acumulado em 12 meses chegou a 6,99%”.

A meta central definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para 2021 é de 3,75%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para ci-

Os gastos com combustíveis subiram 11,23% em março. Só a gasolina variou 11,26%, respondendo por quase dois terços da taxa de inflação

ma ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 2,25% e o superior, de 5,25%. Se a meta for descumprida, o Banco Central tem de apresentar uma justificativa ao Ministério da Economia para o resultado.

Pelos dados divulgados na sexta-feira pelo IBGE, os gastos com combustíveis subiram 11,23% em março. Só a gasolina variou 11,26%, respondendo por quase dois terços da taxa de inflação. Também ficaram mais altos os preços do etanol (12,59%) e do óleo diesel (9,05%). Em 10 meses de aumentos consecuti-

vos, a gasolina foi reajustada em 42,39%. Já o gás de botijão subiu 4,98%, acumulando um aumento de 20,01% nos últimos 12 meses.

O custo da alimentação no domicílio caiu 0,17% em março, com recuos nos preços do tomate, batata-inglesa, arroz e leite longa vida. As carnes ficaram mais caras. Já a alimentação fora do domicílio subiu 0,89% em março, puxada pelas altas do lanche e da cerveja. As condições climáticas favoráveis e a sazonalidade das lavouras contribuíram para uma oferta maior de alimentos.

Empresa abre 500 vagas de emprego home office

TECNOLOGIA A ClearSale, empresa especializada em soluções antifraudes em diversos segmentos, como e-commerce e mercado financeiro, está com mais de 500 vagas abertas até o fim de junho. As vagas são no regime home office e o processo de seleção será feito 100% online pelo site br.clear.sale/carreiras.

Nas vagas que exigem curso superior completo ou em conclusão, em alguns casos, além de experiência prévia, os salários variam entre R\$ 3 mil e R\$ 12 mil. Veja ao lado os seguimentos com vagas disponíveis.

Para profissionais com ensino médio completo, a empresa oferece oportunidades em vagas em nível Operacional, e inclui vagas de Gestão para área de Operação.

Os cargos são de operador de autenticação, analista de processos, supervisão de operação, gestão de processos. O nível de formação requerido é ensino médio completo e os salários vão de R\$ 1.400,00 a R\$ 9 mil.



Home office se tornou alternativa boa para empresas e empregados

SETORES COM POSTOS ABERTOS

● **Tecnologia com Desenvolvimento de Software, UX, QA e Suporte Técnico**

● **Analytic com Analistas de Modelagem**

● **Engenheiro e Cientistas de Dados**

● **Negócios com Customer Success**

● **Área de vendas e pós-vendas**

● **Marketing**

● **Planejamento Comercial e Soluções**

EMBAIXADOR DOS EUA: ENTRADA NA OCDE DEPENDE DA AMAZÔNIA

PRESERVAÇÃO Diante de uma seleta plateia virtual com nomes de peso do empresariado e ex-ministros de diferentes governos, o embaixador americano no Brasil, Todd Chapman, foi bastante taxativo: a preservação da Amazônia é um tema fundamental para as negociações entre o Brasil e os Estados Unidos em várias frentes.

Em um ponto crucial, ele afirmou que este será um fator definidor para a provável entrada do país na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), movimento cobiçado pelo governo de Jair Bolsonaro desde 2019, e para o qual o Brasil conseguiu apoio formal do governo de Donald Trump no início de 2020. Com a chegada do democrata Joe Biden à Casa Branca, o Brasil terá de mostrar resultados.

“O tema ambiental é importante também para esta agenda (de entrada) da OCDE”, disse Chapman na noite de ontem, em live promovida pelo grupo Parlatório, que reúne economistas, empresários e advogados. A resposta veio a uma pergunta de Joaquim Levy, ex-ministro da Fazenda e hoje diretor de estratégia econômica e relações do Banco Safra.

A preservação da Amazônia é um tema fundamental para as negociações entre o Brasil e os Estados Unidos em várias frentes

COM PANDEMIA, VAGAS DE ESTÁGIO RECUAM 37% NO PAÍS

ESTUDO Um ano depois da covid-19 chegar ao Brasil, os universitários ainda sentem os impactos da crise econômica na hora de buscar estágio e ingressar no mercado de trabalho, segundo o GI. Levantamento realizado pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) aponta que foram abertas cerca de 26 mil vagas ao mês de janeiro a fevereiro de 2021. O patamar é o mais alto desde o início da pandemia, mas ainda é 37,1% menor em comparação com os dois primeiros meses de 2020, sem a covid-19 no país. O percentual é semelhante ao enxugamento de vagas em 2020. No ano passado, 191.500 vagas foram abertas para jovens estudantes — 36,7% a menos que em 2019.

DESEMPREGO: BRASIL DEVE TER 14ª MAIOR TAXA DO MUNDO

EM 2021 O Brasil deverá registrar em 2021 a 14ª maior taxa de desemprego do mundo, após ter ficado em 2020 na 22ª colocação em ranking mundial dos países com os piores patamares de desocupação. É o que aponta levantamento da agência de classificação de risco Austin Rating, a partir das novas projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a economia global.

O ranking com dados desde 2016 compara os índices oficiais dos países e as projeções do FMI para 2021 para um conjunto de 100 economias. Em 2019, o Brasil ficou na 15ª posição. Em 2016, estava na 27ª colocação.

De acordo com o levantamento, a taxa de desemprego no Brasil deverá subir para 14,5% este ano, ultrapassando a de países como Colômbia, Peru e Sérvia, e caminhando na contramão da taxa média global, cuja estimativa é de recuo para 8,7% este ano, ante 9,3% no ano passado.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa média de desemprego no país em 2020 foi de 13,5%, a maior da série iniciada em 2012. No trimestre encerrado em janeiro, o país tinha 14,3 milhões de desempregados.

Segunda onda: bancos devem voltar a estender prazo de dívidas

FINANÇAS Após renegociarem quase R\$ 1 trilhão em contratos de empréstimos no ano passado, suspendendo mais de R\$ 146 bilhões em parcelas de financiamentos, os maiores bancos do país já começam a identificar novas dificuldades dos clientes na segunda onda da pandemia. Embora o consenso do setor financeiro seja de que a crise atual será menos profunda do que em 2020, algumas instituições se preparam para uma nova rodada de medidas de apoio ao crédito de empresas e famílias.

Segundo o economista-chefe da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Rubens Sardenberg, a perspectiva agora é de que, embora a pandemia esteja mais forte em 2021, o efeito para a economia deve ser mais concentrado. “Há perspectiva de vacinação, que ainda que lamentavelmente esse processo esteja atrasado. Mas há a perspectiva de que a situação vai melhorar a partir do 2º semestre”. Ele admite, porém, que há alguns sinais de alerta no horizonte. “Alguns bancos já estão em processo de renegociação - não amplo, mas focado. Não adianta cobrar um dono de restaurante que não pode abrir”, diz.

O diretor executivo do Bradesco, José Ramos Rocha Neto, acredita que as dificuldades dos correntistas do Bradesco serão menores neste ano. “Boa parte das empresas criou alternativas para continuarem abertas e hoje já estão preparadas para atuar por meio digital”.

A perspectiva agora é de que, embora a pandemia esteja mais forte em 2021, o efeito para a economia deve ser mais concentrado

Agências

REPORTAGEM
redacao@correio24horas.com.br

O presidente Jair Bolsonaro declarou neste sábado (10) que o governo federal está retomando o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) e o programa de redução de jornadas e salários (BÊM) para evitar a aceleração do desemprego no País causada pelo agravamento da crise sanitária.

O Palácio do Planalto enviou, na última quarta-feira (7), projeto de alteração de dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que hoje trava a retomada desses programas.

Em nota, a Secretaria-Geral da Presidência explicou que o texto altera o Artigo 126 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 (Lei nº 14.116, 2020) para permitir a execução de projetos que tenham duração específica no ano corrente.

De acordo com a pasta, a medida não cria despesas diretamente e também não afasta as regras fiscais que limitam e condicionam os gastos públicos, como a Lei de Responsabilidade Fiscal e o teto de gastos.

“A proposta pretende adequar os requisitos para aumento de despesas que não sejam obrigatórias e de caráter contínuo. Com a modificação proposta, não será necessária a apresentação de medida compensatória para esse tipo de despesa”, diz a nota.

SERVIDORES

Ao defender, mais uma vez, a reabertura do comércio no pior momento da pandemia enfrentado pelo Brasil, Bolsonaro alertou para a possibilidade de falta de dinheiro para que governo federal pague os salários de servidores públicos, já que a queda na arrecadação é uma possível consequência das medidas restritivas para combater o aumento de contaminações pelo novo coronavírus.

“Daqui a pouco, servidor público, não vai ter arrecadação para pagar você”, declarou o chefe do Executivo, em visita a uma comunidade de venezuelanos em São Sebastião (DF), transmitida nas redes sociais.

Segundo o presidente, o País vive “experiência de ditadura” com as políticas de combate à pandemia. “Governadores, tenham consciência de abrir comércio com devidas medidas de saúde”, disse. O chefe do Executivo ainda criticou o fechamento de templos e igrejas durante a pior fase da pandemia, conforme decidido pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF).

PRONAMPE

O Pronampe, ou Programa Nacional de Apoio às Mi-

Programa de corte de salários e jornada será retomado

Presidente anuncia também volta do Pronampe, para socorrer pequenas empresas

Presidente disse que queda na arrecadação pode comprometer pagamento de servidores

croempresas e Empresas de Pequeno Porte, visa facilitar o acesso ao crédito por pequenos negócios.

O programa é voltado a micro e pequenas empresas. São consideradas microempresas os negócios com receita bruta anual inferior a R\$ 360 mil. Já as empresas de pequeno porte têm receita superior a R\$ 360 mil e igual ou inferior a R\$ 4,8 milhões. Os critérios são descritos na Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020. Neste ano, devem ser disponibilizados R\$ 16 bilhões e as taxas de juros serão mais altas: de até 6% mais a Selic (taxa básica de juros, que agora é de 2,75% ao ano). Antes era Selic mais 1,25%. A ideia do governo é que com a previsão de uma menor cobertura das perdas dos bancos com inadimplência (antes de 85% e provavelmente agora com 30%), torna-se possível em-

prestar mais.

BÊM

O Benefício Emergencial (BÊM) é um programa que possibilita aos empregadores, mediante acordo com os trabalhadores, reduzir a jornada de trabalho e suspender temporariamente o contrato de trabalho. Os trabalhadores que aderirem ao programa recebem do governo parte do salário cortado. Em 2020, o programa contabilizou 10 milhões de acordos segundo o Ministério da Economia, e teve um custo de R\$ 33,5 bilhões entre os meses de abril e dezembro.

As regras para este ano ainda não são conhecidas, mas o Ministério da Economia adiantou que o custo deve ficar em torno de R\$ 10 bilhões, tenha vigência de 4 meses e alcance 4 milhões de trabalhadores.

Nascidos em março já recebem o auxílio

Trabalhadores informais nascidos em março começaram a receber ontem a nova rodada do auxílio emergencial. O benefício terá parcelas de R\$ 150 a R\$ 375, dependendo da família. O pagamento também será feito a inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) nascidos no mesmo mês. O dinheiro será depositado na conta poupança digital e pode ser movimentado pelo aplicativo Caixa Tem. Somente de duas a quatro semanas após o depósito, o dinheiro poderá ser sacado em espécie ou transferido para uma conta corrente.

Ao todo 45,6 milhões de brasileiros serão beneficiados pela nova rodada do auxílio emergencial. O calendário de pagamentos foi divulgado no início do mês. O auxílio será pago apenas a quem recebia o benefício em dezembro de 2020.

Para os beneficiários do Bolsa Família, o pagamento ocorre de forma distinta. Os inscritos podem sacar diretamente o dinheiro nos dez últimos dias úteis de cada mês, com base no último dia final do Número de Inscrição Social (NIS). O auxílio somente será pago quando o valor for superior ao do benefício do programa social.

OUTRAS MEDIDAS QUE O GOVERNO FEDERAL DEVE RELANÇAR NESTE ANO

Antecipação do 13º salário do INSS Medida depende da solução política para o Orçamento aprovado pelo Congresso e que tirou R\$ 26,4 milhões de gastos obrigatórios com benefícios da Previdência, PIS/Pasep e seguro-desemprego para custear emendas parlamentares. A expectativa é que o pagamento da primeira parcela do 13º salário do INSS possa acontecer em maio.

FGTS Emergencial A reedição desta medida que vigorou em 2020 ainda é incerta. Um membro da equipe econômica afirmou que há margem de recursos no FGTS para permitir uma nova rodada de retiradas e que isso não compromete a sustentabilidade do fundo. O saque emergencial permite a retirada de até um salário mínimo das contas ativas e inativas do FGTS. A expectativa é que os saques sejam liberados a partir de junho.



16BI

de reais terá o Pronampe

33BI

de reais custou o BÊM em 2020

4MI

de trabalhadores devem aderir ao BÊM

Bahia pede para Anvisa autorizar importação da vacina russa Sputnik V

DEMORA A Bahia fez um novo pedido formal à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) solicitando que o órgão libere a importação da vacina russa Sputnik V para ser aplicada em território nacional. Outros nove estados também formalizaram o pedido para a agência reguladora: Acre, Rio Grande do Norte, Maranhão, Mato Grosso, Piauí, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Rondônia e Pará.

A Anvisa afirmou que irá

inspecionar as fábricas da vacina na Rússia durante a próxima semana com o objetivo de checar as boas práticas de fabricação do imunizante, além de levantar os dados faltantes sobre a produção da vacina que são importantes para a avaliação do uso emergencial e importação.

Duas instalações serão vistoriadas. Primeiro, entre os dias 15 e 21 de abril com três servidores da Anvisa na fábrica responsável pela

produção do Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) e da vacina finalizada.

A segunda inspeção está prevista para o período de 19 a 23 de abril e acontece na empresa responsável pelas etapas finais de envase e embalagem. “As datas das inspeções foram definidas em função da disponibilidade do Fundo Russo que solicitou que a inspeção tivesse início no dia 15 de abril para que houvesse tempo de pre-

parar a documentação necessária para a condução da inspeção”, disse a Anvisa.

A agência afirmou ainda que a liberação ainda não aconteceu porque precisa avaliar a documentação preconizada em lei sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos. O governo da Bahia alega que a Sputnik V tem registro do Ministério da Saúde da Federação Russa e já está em uso em mais de 50 países.

Grupo reafirma oposição à construção de ferrovia no sul do estado

RESPOSTA O grupo de artistas e ambientalistas que se opõe ao leilão da Fiol enviou comunicado ao CORREIO em que reafirma o posicionamento contrário à concessão da ferrovia na região. Em resposta enviada à coluna Satélite publicada nos dias 8 e 9 de abril, o grupo diz que a redução de poluição é irrelevante se considerados os danos ambientais que serão provocados. Veja íntegra da resposta:

“Nós, do Movimento Sul da Bahia Viva, agradecemos ao Jornal Correio pelo espaço concedido a fim de exercermos o direito a resposta e esclarecimento referente à matéria: ‘Famosos se posicionam contra do leilão da Fiol’, publicada dia 8 de abril de 2021.

O título está correto. Entretanto, vale lembrar que além dos famosos artistas, também são contra o leilão da Fiol um robusto movimento social, empresários, a academia, parte da população baiana e principalmente a população diretamente afetada. O subtítulo “baseado em campanha fake” por si só já é objeto de reparação. A campanha não é falsa, ela existe de fato e pode ser vista

nas páginas do @suldabahiaviva. Entendemos mais adiante no texto que talvez o jornalista quisesse dizer que a campanha é baseada em informação falsa ou se assemelha a informação falsa (conceito subjetivo) e neste ponto ele se equivoca. A frase por ele citada: ‘Uma tragédia ambiental se aproxima do Litoral Sul da Bahia. O leilão da Fiol pretende liberar a concessão de uma ferrovia para explorar Minério de Ferro na Região’ não contém nenhuma informação falsa pois de fato a Ferrovia de Integração Oeste Leste corta grande parte das matas do sul da Bahia, e de fato está condicionada ao projeto de construção do Porto Sul e da exploração de minério de ferro em Caetitê. Aparentemente, o autor da matéria entendeu que o texto se refere à exploração de minério no litoral da Bahia. O que de fato não é verídico. O termo “região” se refere a região onde se situa o projeto Fiol e que sim começa justamente na Mina Pedra de Ferro.

Uma análise isolada sobre o assunto em questão o fez acreditar que seria possível a concessão da ferrovia sem necessariamente a constru-

ção de um porto off Shore novo no município de Ilhéus. Infelizmente um projeto está condicionado ao outro. Neste ponto ele poderia afirmar que a postagem da campanha é superficial, mas não traz informações falsas de forma alguma. A postagem é clara quando se refere ao leilão da ferrovia e não do Porto Sul. Em nenhum momento a postagem criticada pelo jornalista afirma que o leilão seria do Porto. Está bem claro: “O leilão da Fiol é uma tragédia”. Portanto, a reportagem em questão adquire um tom difamatório e se baseia em uma informação potencialmente ambígua.

O fato da obra ter mais de 80% concluído é conhecido pelo movimento e não deslegitima o grande impacto

Ambientalistas e artistas dizem que a redução de poluição é irrelevante se considerados os danos ambientais que serão provocados na região de Ilhéus, no sul baiano

ambiental da barragem de armazenamento de rejeitos em Caetitê/Guanambi, o impacto da Ferrovia em si (sobretudo na região da Lagoa Encantada), o grande impacto social, na ictiofauna do Rio Almada e na fauna marinha. A redução de poluentes atmosféricos mencionada na matéria é irrelevante considerando o grande impacto das outorgas de utilização da água, poluição hídrica e desmatamento inerentes ao projeto. Supomos que de fato o autor da matéria acreditou que a postagem do nosso Movimento se referia a exploração de minério no litoral de Ilhéus, mas ao adentrar no material disponível da campanha e nas páginas do Movimento Sul da Bahia Viva, ele poderia facilmente ter percebido o seu equívoco. Convidamos a todos leitores a conhecer a campanha se se inteirar melhor sobre os fatos referentes a megaprojeto integrado: Mina Pedra de Ferra, Fiol e Porto Sul. Esperamos que a presente carta possa servir de reparação aos artistas e ativistas que possam ter se sentido ofendidos com a matéria dia 8 de abril de 2021 no presente jornal.”

Combustíveis pressionam inflação em Salvador

CUSTO DE VIDA Os seguidos aumentos dos preços dos combustíveis fizeram a inflação na Região Metropolitana (RMS) atingir a maior taxa para o mês de março em seis anos. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medida oficial da inflação, calculado pelo IBGE, a taxa ficou em 0,81% no mês passado, puxado principalmente pelas altas nos preços da gasolina (13,17%), do etanol (15,99%) e do óleo diesel (9,52%). Outro produto que contribuiu para a alta do custo de vida foi o gás de cozinha, com um aumento de 4,91%.

Meire Cardela, educadora financeira comportamental, explica que essa alta nos combustíveis também reflete no preço de outros produtos. “O preço do petróleo, que dá origem à gasolina e ao gás de cozinha, impacta

0,81%

foi a taxa de inflação na Região Metropolitana de Salvador, em março, tendo uma leve queda em relação à taxa de fevereiro (0,93%)

em tudo, não só os combustíveis de forma direta, mas também nos alimentos e produtos que precisam do caminhoneiro para ser transportado”, aponta a especialista, considerando ainda que nos próximos meses não veremos uma melhora nesses números.

“Para o resto do ano, a previsão é de inflação alta. Não há sinais de melhora nisso. A inflação já tá dando as caras e a taxa Selic começou a subir, o que é uma medida que visa justamente inibir o consumo e conter a inflação. Vai ser um 2021 nada favorável para a economia, muito embora esteja acontecendo a reabertura do comércio”, diz.

Quem sente o peso dessa inflação na prática é quem precisa de combustíveis para trabalhar. O motorista de aplicativo Antônio Monteiro, 45 anos, abastece seu carro com gasolina e viu o seu custo dobrar em apenas um ano.

“Antes eu gastava R\$ 50 por dia e hoje gasto R\$ 100. Tá complicado continuar trabalhando, pois a Uber não reajustou o valor. Tem corrida que ela chega a descontar 30%. Não dá mais para levar a esposa para comer uma pizza ou fazer planos. Só dá para tirar o dinheiro para sobreviver mesmo”, lamenta.

Em março, apesar dos transportes terem, em média, exercido a principal pressão de alta no custo de vida, o aluguel de veículos foi o item que apresentou a maior queda (-25,44%) e deu a principal contribuição individual para segurar a inflação do mês. As passagens aéreas (-13,64%) também tiveram influência importante nesse sentido. Outras reduções foram da energia elétrica residencial (-2,95%), cursos regulares (-2,39%), em especial, do ensino fundamental (-3,28%) e aparelho telefônico (-3,19%).

PETROBRAS REDUZ PREÇO DO DIESEL

REFINARIAS A Petrobras anunciou nessa sexta-feira (9) que o preço do diesel nas refinarias da estatal será reduzido em R\$ 0,08 a partir deste sábado (10). Desse modo, o litro do combustível vendido pela empresa às distribuidoras passará a custar R\$ 2,66. Já o preço da gasolina não foi alterado e continuará a ser de R\$ 2,59 por litro nas refinarias. A redução do preço do diesel foi a 2ª consecutiva, porém o combustível acumula alta em 2021, já que o litro fechou 2020 custando pouco mais de R\$ 2. A gasolina também ficou mais cara ao longo deste ano, uma vez que era negociada pela Petrobras a R\$ 1,84 no final de dezembro.

ESTATAL CONCLUI VENDA DE EÓLICA

ENERGIA A Petrobras finalizou nesta sexta-feira (9) a venda da totalidade de sua participação de 49% na sociedade Eólica Mangue Seco 1 para a V2I Energia, investida da Vinci Infraestrutura. Após o cumprimento de todas as condições precedentes, a operação foi concluída com o pagamento de R\$ 44 milhões, já com os ajustes previstos no contrato de compra e venda de ações. A Eólica Mangue Seco 1 faz parte de um complexo de quatro parques eólicos localizado em Guamaré (RN), com capacidade instalada total de 104 MW. A Eólica Mangue Seco 1 detém e opera um parque eólico, com capacidade de 26 MW.

24H BRASIL

Orçamento de 2021 tem guerra de pareceres

CONTAS PÚBLICAS O impasse em torno do Orçamento de 2021 ganhou um novo capítulo nessa sexta-feira (9) com uma verdadeira guerra de pareceres entre Congresso Nacional e Executivo. Em um movimento estrategicamente alinhado, Câmara e Senado se armaram com notas técnicas de suas respectivas consultorias para mostrar que o presidente Jair Bolsonaro pode sancionar o Orçamento sem vetos às emendas parlamentares. O Ministério da Economia, por sua vez, já prepara o próprio embasamento jurídico para recomendar veto à proposta como defende o ministro Paulo Guedes.

Por trás dessa ação estão os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que nos últimos dias já manifestaram contrariedade com a possibilidade de veto às emendas indicadas pelos parlamentares e que beneficiam seus redutos eleitorais. O movimento adiciona pressão sobre o Palácio do Planalto, após Bolsonaro ter sinalizado que fará um veto parcial para afastar riscos de cometer crime de responsabilidade, passível de impeachment.

As notas das consultorias atacam diretamente esse receio do presidente e dizem, com todas as letras, que a sanção integral do Orçamento não configuraria crime de responsabilidade. Mas nenhuma delas foi publicada oficialmente pelas consultorias e circulam no Congresso em caráter não oficial no dia em que continuam as negociações em torno da decisão



Arthur Lira já manifestou contrariedade com a possibilidade de veto às emendas

final do presidente. Conselheiros políticos do presidente recomendaram que ele deixe para a próxima semana a definição sobre a sanção do Orçamento da União.

A expectativa era de que ele batesse o martelo nessa sexta-feira, depois de ter sinalizado a empresários que faria vetos no Orçamento com um discurso de responsabilidade fiscal e de que não colocaria o "dele na reta". Uma referência indireta ao risco de crime de responsabilidade fiscal, que pode levar ao seu impeachment ou torná-lo inelegível. Uma dessas lideranças lembrou que o presidente tem prazo até o dia 22 para sancionar o projeto e por isso não

precisa de pressa

O clima tenso aumentou no Congresso depois que o STF mandou o Senado instaurar a CPI da covid. Apesar dos pareceres favoráveis à sanção, a reportagem apurou que o entendimento não é unânime e há consultores legislativos que veem risco de Bolsonaro avalizar a lei sem vetos e começar a executar o Orçamento com despesas subestimadas. Se o presidente não sancionar o projeto, não há risco de extrapolar o teto de gastos (a regra que limita o crescimento das despesas à inflação), enquanto a sanção pode ter efeito contrário e gerar consequências para o chefe do Executivo.

O Ministério da Economia já prepara o próprio embasamento jurídico para recomendar veto à proposta

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 12/04/2021	Página: 02

Tribuna

RLAM

O senador Jaques Wagner (PT-BA) voltou a classificar como absurda a venda da refinaria baiana Landulpho Alves pela metade do seu valor de mercado, durante live do programa Debate Petroleiro realizada no YouTube. "Esse processo de fatiamento da Petrobras, transformando as refinarias em subsidiárias para poder vendê-las, é a forma mais criminosa de detonar um patrimônio que não pertence a nenhum governo, mas ao povo brasileiro", destacou o senador.

IPCA sobe 0,93%, em março, e acumula alta de 6,10%, em 12 meses

ROSANA HESSEL

A inflação oficial continua acelerada, embalada, principalmente, pela alta dos preços dos combustíveis, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados nesta sexta-feira (09/04). O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de março subiu 0,93%, 0,07 ponto percentual acima da variação de fevereiro, de 0,86%. É a maior taxa para o mês de março desde 2015, quando foi registrada inflação de 1,32%, segundo o órgão. Em março de 2020, a variação do indicador foi de 0,07%.

Apesar de superar os dados de fevereiro, o resul-

tado do IPCA de março ficou levemente abaixo o piso da mediana das estimativas do mercado, de 1,03%, com previsões variando de 0,94% a 1,10%. No ano, a inflação oficial acumulou alta de 2,05% e, nos últimos 12 meses encerrados em março, de 6,10%, acima dos 5,20% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Essa taxa acumulada superou o teto da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para este ano, de 5,25%, com o centro da meta de 3,75%. É a primeira vez que isso ocorre em quatro anos.

Conforme os números do IBGE, dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, seis tiveram alta em março.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 09/04/2021	



Governo da Bahia abre mais 30 leitos para tratamento da Covid-19

9 abril 2021



Foto: Leonardo Rattes/Saúde GOVBA

O Governo da Bahia abriu, nesta sexta-feira (9), mais 30 leitos em unidades no interior da Bahia, seguindo com a abertura de leitos para o atendimento a pacientes com diagnóstico do novo coronavírus. São 20 de terapia intensiva (UTI) no Hospital Metropolitano, em Lauro de Freitas, e 10 leitos clínicos no Hospital Calixto Midlej, em Itabuna.

“Temos nos empenhado em ampliar a rede de assistência à saúde para atender os pacientes acometidos com Covid-19, mas a população precisa entender que estamos chegando no limite dessa abertura. Não há no estado nem equipes de profissionais para seguirmos nesse ritmo”, comenta o secretário Fábio Vilas-Boas. Ele acrescenta que o fundamental é continuar a prevenção. Usar máscaras, não aglomerar, lavar as mãos e se cuidar até que todos possam ser imunizados e a situação se normalize.

Diariamente, o Governo da Bahia vem abrindo novos leitos clínicos e de terapia intensiva a fim de ampliar a assistência à saúde. Entre janeiro e março deste ano, foram abertos novos leitos nos municípios de Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas, Santo Antônio de Jesus, Feira de Santana, Seabra, Alagoinhas, Guanambi, Caetité, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna, Senhor do Bonfim, Jacobina, Barreiras, Barra, Bom Jesus da Lapa, Jequié e Porto Seguro. O número de leitos ativos e a ocupação estão detalhados no [Business Intelligence](#) da Sesab.

Fonte: Ascom/Sesab

Veículo: Gov Bahia	
Data: 09/04/2021	



Campanha de vacinação contra influenza será iniciada em 12 de abril

9 abril 2021



Foto: Leonardo Rattes / Arquivo Saúde GOVBA

Terá início, na próxima segunda-feira (12), a Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza. Na Bahia, a meta é imunizar 90% do público-alvo, formado por cerca de 5,1 milhões de pessoas.

A campanha é uma importante medida também no combate à pandemia de coronavírus (Covid-19). A vacinação contra a influenza prevenirá o surgimento de complicações decorrentes da doença, óbitos, internações e consequente sobrecarga nos serviços de saúde, além de reduzir os sintomas que podem ser confundidos com os da Covid-19.

“É importante observar que parte dos grupos prioritários coincide com os grupos de risco para vacinação contra Covid-19 e é necessário haver um intervalo mínimo de 14 dias entre as duas vacinas. Por isso, as pessoas que ainda não foram imunizadas contra Covid-19 ou que receberam apenas a primeira dose devem priorizar essa data e, posteriormente, buscar um posto para se vacinar contra gripe”, ressalta o secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas.

De acordo com estratégia definida pelo Ministério da Saúde, a vacinação acontecerá de forma escalonada:

- Primeira etapa (12/04 a 10/05) – crianças de 6 meses a menores de 6 anos de idade (5 anos, 11 meses e 29 dias), gestantes, puérperas, trabalhadores de saúde e povos indígenas;
- Segunda etapa (11/05 a 08/06) – idosos com 60 anos ou mais e professores das escolas públicas e privadas;
- Terceira etapa (09/06 a 09/07) – pessoas portadoras de doenças crônicas não transmissíveis e outras condições clínicas especiais, pessoas com deficiência permanente, forças de segurança e salvamento, Forças Armadas, caminhoneiros, trabalhadores de transporte coletivo rodoviário de passageiros urbano e de longo curso, trabalhadores portuários, funcionários do sistema prisional, adolescentes e jovens de 12 a 21 anos de idade sob medidas socioeducativas e população privada de liberdade.

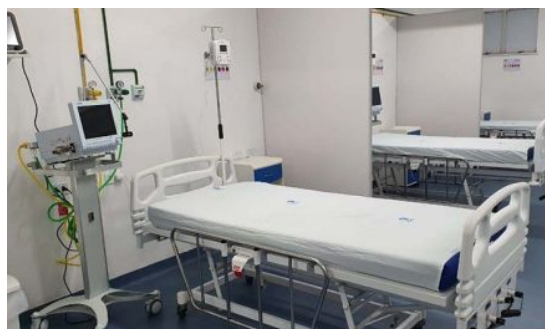
Fonte: Ascom/ Sesab

Veículo: Gov Bahia	
Data: 09/04/2021	



Secretaria da Saúde do Estado duplica leitos para Covid-19 em Valença

9 abril 2021



Foram abertos, nesta sexta-feira (9), 20 novos leitos para o atendimento a pacientes graves com o diagnóstico de coronavírus (Covid-19) no Hospital Dr. Heitor Guedes de Mello, em Valença. Ao todo, a unidade administrada pela Santa Casa de Misericórdia de Valença passa a ter 20 leitos de UTI e 20 clínicos, fruto de um contrato com a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab).

O secretário da Saúde do Estado da Bahia, Fábio Vilas-Boas, pontua que a taxa de ocupação na instituição vinha se mantendo superior a 90%, evidenciando o aumento de casos nos municípios do Baixo Sul. Na primeira semana de março, o hospital chegou a emitir um alerta após alcançar 100%.

“A macrorregião Sul tem a segunda maior quantidade de leitos da Bahia, só atrás da Região Metropolitana de Salvador. São 405 leitos ativos, sendo 179 de UTI adulto e pediátrico. É preciso um esforço adicional da população e dos gestores municipais para reduzir o ritmo de crescimento, pois a taxa de ocupação na macrorregião se mantém elevada, na casa dos 80%”, ressalta o secretário.

Os municípios que ofertam leitos exclusivos para esta patologia na macrorregião Sul são Valença, Jequié, Itabuna, Ilhéus e Camacan.

O provedor da Santa Casa de Valença, Marcelo Dantas Cabral, destaca que a ampliação beneficia não só o município, mas toda a região do Baixo Sul da Bahia. Ele também pede a conscientização da população neste momento crítico da pandemia: “É importante ressaltar a conscientização da população nesse momento grave, mantendo os cuidados com as medidas de proteção, como o uso de máscara, higienização das mãos e, se possível, ficar em casa”.

Fonte: Ascom/ Sesab

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 10/04/21	



MOURÃO DEFENDE TETO DE GASTOS E NOVA PREVIDÊNCIA



admin 10 Abril, 2021

O vice-presidente Hamilton Mourão defendeu a manutenção do teto federal de gastos. Em evento com investidores, ele disse que a “era do dinheiro fácil acabou” e defendeu uma nova reforma da Previdência. “Uma coisa é clara: temos que operar dentro do limite da âncora que temos hoje que é a questão do teto de gastos”, afirmou. “Não podemos fugir da âncora fiscal, senão o país quebra e, se o país quebrar, vamos ficar igual ao nosso vizinho do sul, igual à Argentina, eterno mendigo”, disse o vice-presidente, comparando a situação do Brasil com o país sul-americano. Durante a apresentação, Mourão defendeu a continuidade das reformas e disse ser necessária uma nova reforma da Previdência em breve, porque as economias com a reforma de dois anos atrás foram gastas com a pandemia de covid-19.

“O pilar das contas públicas, iniciamos com a questão da nova Previdência, mas acho que ninguém aí tem dúvida que nós vamos ter que fazer uma nova reforma da Previdência, porque aquele ganho que foi feito com a reforma de 2019 foi gasto no ano passado para poder enfrentar a questão da pandemia”, disse.

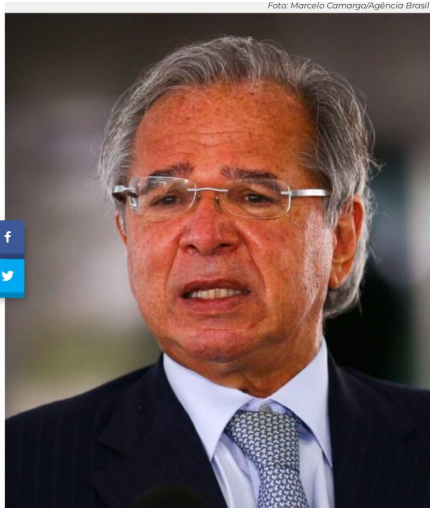
Liberalização

O vice-presidente também defendeu medidas liberalizantes, como a desvinculação do Orçamento, a abertura comercial, a realização de privatizações e a redução da burocracia. Segundo ele, só poderá haver aumento salarial para o funcionalismo público caso a economia volte a crescer e a arrecadação aumente. “A sociedade tem que entender que acabou a era do dinheiro fácil. O próprio estamento estatal, o funcionalismo público tem que entender que só

pode haver aumento salarial se houver aumento da arrecadação que vem no rastro de aumento do produto interno bruto, fruto de um desenvolvimento sustentável”, acrescentou.

Pandemia

Sobre a pandemia do novo coronavírus, o vice-presidente defendeu a vacinação em massa e informou que os maiores de 60 anos deverão estar imunizados até maio ou junho. Segundo ele, a campanha não avança em ritmo mais rápido porque há carência de vacinas em todo o planeta. Na avaliação de Mourão, a população brasileira tem dificuldades em cumprir as medidas restritivas porque “não é disciplinada”. Ao encerrar a apresentação, o vice-presidente pediu serenidade no enfrentamento da crise e da pandemia e citou um personagem de ficção científica. “O medo gera raiva, a raiva gera ódio e o ódio gera ressentimento. Isso aí foi dito pelo Mestre Yoda, lá na série Star Wars. Vamos lembrar: Yoda, hein?”, concluiu.



12 de abril de 2021 | 06:57

Além da condução da pandemia, Brasil e Estados Unidos também têm trilhado caminhos diferentes quando o assunto é reforma tributária.

Enquanto o governo do democrata Joe Biden, em menos de três meses, já avançou no plano que prevê aumento de impostos cobrados de grandes empresas, no Brasil a discussão está travada por causa do agravamento da crise sanitária de Covid-19.

Ainda que a reforma avance, o plano do ministro Paulo Guedes (Economia) vai no sentido contrário da proposta do presidente americano de aumentar impostos sobre empresas para reforçar o caixa do governo.

A proposta do ministro brasileiro, ainda não formalizada, prevê um corte de impostos sobre empregadores, com aumento da tributação apenas sobre a distribuição de dividendos, hoje isenta.

A desoneração ampla seria viabilizada com a criação de um imposto sobre transações, como a CPMF, ideia que sofre forte rejeição dentro e fora do governo.

Já Biden anunciou na quarta-feira (7) uma proposta para aumentar de 21% para 28% o imposto cobrado de empresas, patamar que, ainda assim, ficaria abaixo da alíquota de 35% que vigorava no país antes de o ex-presidente Donald Trump cortar impostos corporativos, em 2017.

Se concretizada, a mudança poderia aumentar a arrecadação do país em US\$ 2,5 trilhões em um horizonte de 15 anos, segundo estimativas do governo americano.

O plano inclui ainda mudanças em cláusulas de tributação internacional e legislações mais duras para forçar empresas a pagar impostos sobre uma gama maior de fontes de renda em diferentes países.

As discussões se dão em um contexto de desaceleração do número de mortes pelo novo coronavírus nos Estados Unidos.

O país, que chegou a registrar 4.490 óbitos pela doença em 12 de janeiro, viu o ritmo decrescer com o aumento da vacinação da população americana. Na quinta-feira (8), foram 1.037 mortos nos EUA.

No Brasil, a situação é inversa, e a piora da pandemia paralisou as discussões sobre a reforma tributária. A avaliação de governadores, prefeitos e congressistas é que não há clima para debater impostos enquanto os sistemas de saúde de estados e municípios se aproximam do colapso.

Membros da equipe econômica já reconhecem internamente que o tema pode ficar travado por mais tempo, com chance de o mandato do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ser encerrado com poucos avanços na área.

A percepção de auxiliares do ministro Paulo Guedes (Economia) é que só há espaço neste ano para uma simplificação tributária que não altere a repartição de recursos entre União e governos regionais. Interlocutores ressaltam que uma reforma ampla também não seria aprovada em 2022, ano eleitoral.

Em 4 de fevereiro, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), anunciaram um cronograma que previa a aprovação da reforma nas duas Casas até outubro.

Naquele dia, dados das secretarias estaduais de Saúde reportaram 1.232 mortos por Covid-19, elevando o total no país para 228.795 óbitos.

Dois meses depois, já são quase 350 mil mortos pelo novo coronavírus e um número diário de óbitos que, recentemente, tem ultrapassado o patamar de 4.000.

A piora da pandemia levou a uma crise entre Poderes e a tentativas de melhorar a coordenação do enfrentamento à Covid-19 por meio de um comitê nacional, em esforço que tem consumido a atenção do Executivo, do Legislativo e de governos estaduais e municipais.

Indícios de que a discussão só será retomada quando a pandemia parecer minimamente controlada já foram enviados pelo Congresso.

Em 24 de março, Lira fez o discurso mais duro até o momento contra o governo federal, cobrando correção de rumo e acenando com "remédios políticos amargos" a serem usados pelo Congresso, alguns deles fatais, se não houvesse mudanças.

Na mesma fala, propôs um esforço concentrado por duas semanas, atrasando a tramitação de outros projetos para votar textos que tenham como objetivo ajudar no enfrentamento da Covid. Nesta semana, a expectativa é que a pauta seja mista, ou seja, incluindo propostas que não tratem da pandemia.

Antes do agravamento, o presidente da Câmara estimava que a leitura do relatório final da reforma, a cargo do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), aconteceria na semana passada. Agora, não há previsão ou clima para que as discussões sejam retomadas.

"Não tem como o Congresso fazer outro debate que não seja preservar vidas", afirmou o recém-escolhido líder da minoria na Câmara, deputado Marcelo Freixo (PSOL-RJ).

"A gente está muito atrasado na vacinação, o percentual de vacinados no país é muito pequeno. Não tem como resolver a economia sem preservar a vida."

Com pessoas morrendo em filas de UTI (unidades de terapia intensiva), o Congresso precisa priorizar temas de enfrentamento à pandemia, defende Freixo. Nesse contexto, nem a reforma tributária nem a administrativa têm espaço na agenda do Legislativo.

Entre governadores, a hipótese de desviar a atenção da pandemia para discutir mudanças no sistema financeiro é próxima de zero.

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PC do B), descarta tratar do assunto neste momento. Ele se diz crítico da reforma que está sendo discutida, afirma ser contrário ao ICMS (imposto estadual) e avalia que o IBS (imposto sobre bens e serviços), da forma como foi formatado, aumenta a carga tributária de alguns setores.

O governador do Amazonas, Wilson Lima (PSC), concorda e afirma que a reforma tem de ser feita levando em consideração a realidade de cada estado, o que exige discussões com todos os segmentos produtivos, governadores, prefeitos e o governo federal, algo que não pode acontecer em um momento em que a atenção está voltada ao controle da pandemia.

"Enquanto a gente não tiver um controle da pandemia no país, não tem como tratar outra pauta a não ser Covid, vacina, e, na sequência, retomada da atividade econômica."

Na avaliação dele, a reforma não é simples. "Carece de uma discussão mais ampla, especialmente no Amazonas, onde os interesses da Zona Franca [de Manaus] têm de ser preservados, pois respondem por 80% das atividades econômicas", disse.

"E isso não é simples de ser feito, principalmente nesse momento de pandemia. Se fizer a reforma tributária, algum segmento vai sair prejudicado. Não tem como fazer isso sem tirar de alguém", disse.

Representantes dos municípios afirmam que também não há ambiente para debater impostos enquanto UTIs têm taxas de ocupação que, em alguns casos, superam 90%.

Presidente da FNP (Frente Nacional de Prefeitos), Jonas Donizette afirma que tem conversado com empresários de varejo e indústria e há uma visão geral de que as preocupações, no momento, são de outra ordem.

"Neste momento, tudo o que o Congresso puder votar para facilitar a gente a sair da crise é projeto para pandemia. Não tem clima [para tributária] em 2021. Temos de sobreviver a 2021 e, depois, olhar para 2022."

Membros da equipe econômica afirmam que o presidente da Câmara foi muito claro e está correto ao dizer que não é o momento de discutir reformas estruturantes.

A avaliação é que os esforços devem ser concentrados em formulação, aprovação e acompanhamento de medidas de combate à pandemia.

Uma pessoa próxima a Guedes diz que dificilmente uma proposta ampla de reforma será aprovada mesmo após o controle da crise sanitária. O tema envolve divergências que vão além da disputa entre governos regionais pelo repasse de recursos.

Guedes, por exemplo, é contra as propostas que já tramitam no Congresso. Para ele, esses textos criariam um tributo sobre consumo com carga muito elevada, insustentável para o país.

Na visão de auxiliares do ministro, seria positivo se o governo e o Congresso avançassem ao menos em uma proposta enxuta. O modelo em estudo prevê a unificação de PIS e Cofins e a simplificação da cobrança de impostos regionais.

As propostas da Câmara e do Senado são mais amplas e unificam, respectivamente, cinco e nove tributos, incluindo ICMS (estadual) e ISS (municipal).

Em um momento de crise fiscal generalizada, com entes precisando reforçar o caixa, técnicos do governo afirmam que eventual votação dessas propostas tende a provocar aumento da carga tributária.

O cenário considerado possível pela pasta deixa de fora das discussões até mesmo promessas feitas pelo governo, como a reforma do Imposto de Renda e a reestruturação do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

Um integrante do ministério avalia ainda que a janela para aprovação de projetos nessa área será fechada neste ano. Isso porque 2022 é ano de eleições presidenciais, o que consome a atenção de congressistas e normalmente impede a tramitação de propostas consideradas polêmicas no Congresso.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 10/04/21	



PETROBRAS REDUZ PREÇO DO DIESEL NAS REFINARIAS EM R\$ 0,08



admin 10 Abril, 2021

A Petrobras anunciou nesta sexta-feira, 9, que o preço do diesel nas refinarias da estatal será reduzido em R\$ 0,08 a partir deste sábado, 10. Desse modo, o litro do combustível vendido pela empresa às distribuidoras passará a custar R\$ 2,66. Já o preço da gasolina não foi alterado e continuará a ser de R\$ 2,59 por litro nas refinarias da Petrobras.

A redução do preço do diesel foi a segunda consecutiva, porém o combustível acumula alta em 2021, já que o litro fechou 2020 custando pouco mais de R\$ 2. A gasolina também ficou mais cara ao longo deste ano, uma vez que era negociada pela Petrobras a R\$ 1,84 no final de dezembro de 2020.

Governo reduz mistura de biodiesel após preço do combustível disparar



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Ministério de Minas e Energia informou na sexta-feira (9) que a mistura de biodiesel no diesel será reduzida provisoriamente de 13% para 10%, após o leilão 79 para compra do biocombustível ter sido interrompido pelo governo diante da disparada do preço do produto.

A Fecombustíveis (Federação do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes) diz que, mantidas as condições de preço do último leilão de biodiesel iniciado pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o biocombustível passaria a contribuir com R\$ 0,67 por litro para o preço de bomba do diesel.

Isso porque as ofertas de venda no leilão chegaram a R\$ 7,50 por litro, quase R\$ 3 a mais do que o valor médio do último leilão, em fevereiro -- valor que já representava alta de 56% em relação ao mesmo período de 2020.

A informação foi antecipada pelo jornal Folha de S.Paulo.

Segundo nota conjunta da pasta com o Ministério da Agricultura, apesar da expectativa de a safra brasileira de soja, principal matéria-prima do biodiesel, crescer para um recorde de aproximadamente 136 milhões neste ano, o mercado mundial continua "com forte demanda", o que levou a uma reavaliação momentânea do percentual da mistura.

"Nesse contexto, e contando com a compreensão e contribuição do setor produtivo, fez-se necessário uma correção de rumo momentânea com relação ao percentual de mistura do biodiesel ao diesel comercializado no país", disse o comunicado, notando que a decisão vale para o leilão 79.

A ANP disse que está fazendo os preparativos para retomar o leilão 79 "o mais rapidamente possível".

Os ministérios, por sua vez, acrescentaram que o governo apoia o programa de biodiesel e espera "o quanto antes" a retomada da utilização da mistura nos patamares estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) --a mistura de 13% passou a valer em março, com uma alta de um ponto percentual ante o patamar prévio.

"O governo trabalha pelo fortalecimento e consolidação do mercado brasileiro dos biocombustíveis, porém em um ambiente que permita a competitividade, buscando a

garantia do abastecimento nacional e preservando o interesse do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta do produto", disse Minas e Energia.

Essa não é a primeira vez que o governo reduz temporariamente a mistura. A diferença é que o Brasil, maior produtor e exportador de soja, está em fase de colheita, com grandes estoques. Em agosto, quando a ANP cancelou um certame, o país estava na entressafra.

Naquela oportunidade, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, anunciou a redução da mistura, citando problemas na oferta de matéria-prima.

O biodiesel brasileiro tem no óleo de soja sua maior parcela de matéria-prima, com cerca de 71%, sendo o restante oriundo de sebo bovino e outros óleos.

Em nota na semana passada, a Companhia Nacional do Abastecimento (Conab) observou que, apesar da safra recorde da oleaginosa, os preços do produto no mercado interno registram alta de mais de 90% na comparação anual, na esteira de cotações mais altas no exterior e pelo dólar forte frente ao real.

Na véspera, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) afirmou que a interrupção precoce do 79º leilão de biodiesel impediu que os preços do biocombustível caíssem com o desenvolvimento do certame.

Na sexta a Petrobras anunciou corte de 2,2% no preço

do diesel em suas refinarias, ou R\$ 0,08% por litro.

O corte acompanha a variação das cotações internacionais e a queda do dólar.

Além do biocombustível, outro fator de pressão sobre o diesel é o fim, em maio, do período de isenção de impostos federais.

Uma terceira fonte de pressão vem da carga tributária: pela segunda vez após a isenção de impostos federais, estados elevaram no início do mês o preço de referência para a cobrança de **ICMS** sobre o combustível.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

Veículo: Bocão News	
Data: 09/04/21	



ECONOMIA E MERCADO

Petrobras reduz preço do diesel nas refinarias em R\$ 0,08



09 de Abril de 2021 às 14:11 Por:

Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil Por: Agência Brasil

A Petrobras anunciou hoje (9) que o preço do diesel nas refinarias da estatal será reduzido em R\$ 0,08 a partir deste sábado (10). Desse modo, o litro do combustível vendido pela empresa às distribuidoras passará a custar R\$ 2,66. Já o preço da gasolina não foi alterado e continuará a ser de R\$ 2,59 por litro nas refinarias da Petrobras.

A redução do preço do diesel foi a segunda consecutiva, porém o combustível acumula alta em 2021, já que o litro fechou 2020 custando pouco mais de R\$ 2. A gasolina também ficou mais cara ao longo deste ano, uma vez que era negociada pela Petrobras a R\$ 1,84 no final de dezembro de 2020.

A Petrobras diz que sua política de preços alinhados ao mercado internacional permite competir de maneira mais eficiente e flexível. A empresa faz reajustes sem periodicidade definida, acompanhando as variações do câmbio e do preço dos combustíveis no mercado internacional.

A estatal destaca que seus preços têm "influência limitada" sobre o que é pago pelos consumidores finais nos postos de abastecimento. "Até chegar ao consumidor são acrescidos tributos federais e estaduais, custos para aquisição e mistura obrigatória de biodiesel, além das margens brutas das companhias distribuidoras e dos postos revendedores de combustíveis."

Conclusão do caso ICMS do PIS/Cofins depende de questão processual

Ministros terão que definir número necessário de votos para a modulação dos efeitos da decisão

Por **Joice Bacelo** — Do Rio

12/04/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas





Luiz Fux: retirada de processo de julgamento para análise de quórum — Foto: Divulgação/STF

A conclusão do processo sobre a exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins dependerá da análise de uma questão importante pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os ministros terão que decidir no julgamento do recurso apresentado pela União (embargos de declaração) se são necessários seis ou oito votos para aplicar a chamada modulação dos efeitos.

Essa medida pode ser adotada pelo STF, a pedido de uma das partes, para impedir que uma decisão seja aplicada de forma retroativa. No caso da exclusão do ICMS, se os ministros decidirem pela modulação, os valores cobrados no passado não precisarão ser devolvidos aos contribuintes. Esse é um dos principais pontos de atenção do julgamento previsto para o dia 29.

Essa discussão do quórum necessário para a modulação de efeitos ganhou força na semana passada, com o julgamento de um outro caso, em que se discute a tributação do terço de férias. O ministro Luiz Fux, presidente do STF, retirou o processo do Plenário Virtual faltando só dois votos para o desfecho.

Nesse caso, a modulação favoreceria as empresas. Elas se livrariam de uma dívida de cerca de R\$ 100 bilhões com a União. Auxiliares da presidência afirmaram ao **Valor** que Fux agiu para evitar questionamentos - inclusive de colegas da Corte - sobre o quórum necessário para aplicar a medida. O placar estava em cinco a quatro. Os contribuintes não teriam como chegar a oito votos.

Essa situação causou surpresa no meio jurídico. Advogados davam como certa a possibilidade de modulação dos efeitos, nesse caso, com seis votos. Isso por conta

de uma decisão que foi tomada, em Plenário, no dia 18 de dezembro de 2019.

Os ministros decidiram, por meio de uma questão de ordem, que nos recursos extraordinários em que não se declara a inconstitucionalidade de um ato normativo, ou seja, a decisão serve somente para uniformizar o entendimento sobre o tema, a modulação de efeitos pode ser aplicada por maioria simples - seis votos, portanto.

Essa decisão reduziu o quórum que era utilizado até então. Aplicava-se, antes, a regra das ações diretas de inconstitucionalidade, que exige a aprovação por dois terços (oito votos).

Os ministros levaram em conta, para fazer essa diferenciação, o artigo 927, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil (CPC). Essa norma prevê a modulação de efeitos nas hipóteses de alteração de jurisprudência dominante nos tribunais superiores e não cita a necessidade de quórum qualificado.

Advogados afirmam que o processo sobre a tributação do terço de férias seria um caso típico para a utilização do quórum de seis votos. A discussão, afinal de contas, se dá por meio de um recurso extraordinário e não há declaração de inconstitucionalidade de nenhuma norma.

Os ministros entenderam que o valor pago como terço de férias não tem natureza indenizatória. Seria um complemento à remuneração do empregado e, por esse motivo, tem de ser incluído no cálculo da contribuição patronal.

Por isso, passou-se a questionar por que cogitar o quórum de oito votos para a modulação de efeitos. Ao **Valor**, o STF respondeu que aquele caso de 2019 era muito específico. Havia dois ministros impedidos - Fux e Luís Roberto Barroso. Significa, portanto, que essa questão ainda está em aberto na Corte.

Luiz Fux transferiu o julgamento sobre a tributação do terço de férias do plenário virtual para o presencial - realizado, atualmente, por meio de videoconferência - para que os ministros possam debater e pacificar a questão do quórum necessário para a modulação. Desta vez, num julgamento com a participação dos onze ministros.

Como esse caso não deve entrar em pauta antes do dia 29, a discussão, portanto, será antecipada para o julgamento da chamada “tese do século”. Só que, aqui, ao contrário do terço de férias, o quórum reduzido, de seis votos, favorece a União.

Os ministros decidiram, em março de 2017, que o ICMS, por não se caracterizar receita ou faturamento, tem de ser excluído do cálculo do PIS e da Cofins. A modulação de efeitos, nesse caso, é pleiteada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Alguns advogados defendem que a “tese do século” - apesar de também ser tratada em recurso extraordinário - não seria um caso típico de aplicação do quórum simplificado. Seria diferente do terço de férias.

“A discussão do terço de férias se controverte sobre a mudança da jurisprudência”, diz Luiz Gustavo Bichara, sócio do Bichara Advogados, destacando que havia uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em repetitivo, contra a tributação. Esse caso, então, se encaixaria exatamente no artigo 927 do CPC.

Com relação à chamada tese do século, ele entende ter havido a declaração de inconstitucionalidade de um ato praticado pela União e, por esse motivo, defende a necessidade do quórum qualificado.

Há aposta, no mercado, de que esse caso será resolvido voto a voto, com placar apertado. É por isso que o quórum faz tanta diferença. Quando a Corte decidiu pela exclusão do ICMS, em março de 2017, o placar fechou em seis votos a quatro.

E de lá para cá houve mudança na composição do tribunal. Alexandre de Moraes e Nunes Marques não participaram do julgamento. Já Celso de Mello, que votou a favor das empresas, não está mais no STF.

Advogados acreditam, no entanto, que, mesmo se houver a modulação, os ministros vão preservar as ações em andamento. Tem sido assim. Apenas quem não tem ação judicial sobre o tema, precisa respeitar o limite de tempo que foi imposto, ou seja, não pode se valer da decisão para o passado.

Os contribuintes terão que ficar atentos, nesse caso, à data de corte a ser adotada em uma possível modulação. Os ministros geralmente optam pela publicação da ata do julgamento do mérito ou do acórdão.

No caso da exclusão do ICMS da base do PIS e da Cofins, isso ocorreu há quatro anos. Ou seja, se os ministros mantiverem esse formato, aquelas empresas que ingressaram com ação depois da decisão de 2017 não poderão receber de volta os valores pagos a mais ao governo.

“Mas é importante que se diga: do ponto de vista jurídico, não houve mudança de jurisprudência para atrair a modulação”, afirma Leo Lopes, sócio do FAS Advogados, destacando que o STF já havia decidido, em 2014, pela exclusão do imposto estadual do PIS/Cofins. “O pedido de modulação foi feito só para reduzir o impacto nas contas da União.”

Procurada, a PGFN não deu retorno até o fechamento da edição.

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Oprah? Beyoncé? Veja quem são as mulheres mais ricas do mundo

VALOR INVESTE

Cazuza e a revolução dos paquidermes

VALOR INVESTE

Projeto do governo quer retomar programas de auxílio a empresas



COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

mercado

Reformas no Brasil propõem a unificação de tributos

Principais propostas em tramitação no Congresso

	Tributos extintos	Tributos criados	Arrecadação em 2019 (em R\$ bi)	Parcela da arrecadação nacional (em %)	Alíquota	Transição do sistema de cobrança dos tributos	Concessão de benefícios
Proposta do governo PL 3887/2020	- PIS - Cofins	CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços)	313	12,8	Padrão de 12%	Seis meses	- Simples e Zona Franca de Manaus mantidos. Isenção na venda de imóveis residenciais para pessoas físicas, operações entre cooperativas e associados, cesta básica e serviços de transporte público coletivo
Proposta da Câmara PEC 45/2019	- PIS - Cofins - IPI - ICMS - ISS	IBS + Imposto Seletivo Federal	969	38,5	Estimada em 25%	Dez anos	- Não permite - Adesão opcional para o Simples
Proposta do Senado PEC 110/2019	- PIS - Cofins - IPI - ICMS - ISS - Salário Educação - Cide Combustíveis - IOF - CSSL	IBS + Imposto Seletivo Federal	1.124	44,7	Estimada em 25%	Seis anos	- Para alimentos, medicamentos, transporte público coletivo, bens do ativo imobilizado, saneamento e educação

Fontes: Ministério da Economia, Câmara dos Deputados, Senado Federal, estudo Consolidação da Carga Tributária Bruta de 2019 (José Roberto Afonso e Kleber Pacheco de Castro)

Reforma tributária trava no Brasil, enquanto avança nos Estados Unidos

Equipe econômica vê chance de Bolsonaro terminar mandato com poucos avanços nessa área

Danielle Brant e Bernardo Caram

BRASÍLIA Além da condução da pandemia, Brasil e Estados Unidos também têm trilhado caminhos diferentes quando o assunto é reforma tributária.

Enquanto o governo do democrata Joe Biden, em menos de três meses, já avançou no plano que prevê aumento de impostos cobrados de grandes empresas, no Brasil a discussão está travada por causa do agravamento da crise sanitária de Covid-19.

Ainda que a reforma avance no país, o plano do ministro Paulo Guedes (Economia) vai no sentido contrário da proposta do presidente americano de aumentar a carga sobre empresas: a ideia do ministro, ainda não formalizada, prevê um corte de impostos sobre empregadores, com aumento da tributação apenas sobre a distribuição de dividendos, hoje isenta.

A desoneração de ampla seria viabilizada com a criação de um imposto sobre transações, como a CPME, ideia que sofreu rejeição dentro e fora do governo.

Já a proposta de Biden, anunciada na quarta-feira (7), prevê o aumento de 21% para 28% do imposto cobrado de empresas, patamar que, ainda assim, ficaria abaixo da alíquota de 35% que vigorava no país antes de o ex-presidente Donald Trump cortar impostos corporativos, em 2017.

Se concretizada, a mudança poderia aumentar a arrecadação do país em US\$ 2,5 trilhões em um horizonte de 15 anos, segundo estimativas do governo americano.

O plano inclui ainda mudanças em cláusulas de tributação internacional e legislações mais duras para forçar empresas a pagar impostos sobre uma gama maior de fontes de renda em diferentes países.

As discussões se dão em um contexto de desaceleração do número de mortes pelo novo coronavírus nos Estados Unidos.

O país, que chegou a registrar 4.490 óbitos pela doença em 12 de janeiro, viu o ritmo decrescer com o aumento da vacinação da população americana. Na quinta-feira (8), foram 1.037 mortos nos EUA.

No Brasil, a situação é inversa, e a piora da pandemia paralisou as discussões sobre a reforma tributária. A avaliação de governadores, prefeitos e congressistas é que não há clima para debater impostos enquanto os sistemas de saúde de estados e municípios se aproximam do colapso.

Membros da equipe econômica já reconhecem internamente que o tema pode ficar travado por mais tempo, com chance de o mandato do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ser encerrado com poucos avanços na área.

A percepção de auxiliares do ministro Paulo Guedes (Economia) é que só há espaço

neste ano para uma simplificação tributária que não altere a repartição de recursos entre União e governos regionais. Interlocutores ressaltam que uma reforma ampla também não seria aprovada em 2022, ano eleitoral.

Em 4 de fevereiro, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), anunciaram um cronograma que previa a aprovação da reforma nas duas Casas até outubro.

Naquele dia, dados das secretarias estaduais de Saúde reportaram 1.232 mortos por Covid-19, elevando o total no país para 228.795 óbitos.

Dois meses depois, já são quase 350 mil mortos pelo novo coronavírus e um número diário de óbitos que, recentemente, tem ultrapassado o patamar de 4.000.

A piora da pandemia levou a uma crise entre Poderes e a tentativas de melhorar a coordenação do enfrentamento à Covid-19 por meio de um comitê nacional, em esforço que tem consumido a atenção do Executivo, do Legislativo e de governos estaduais e municipais.

Indícios de que a discussão só será retomada quando a pandemia parecer minimamente controlada já foram enviados pelo Congresso.

Em 24 de março, Lira fez o discurso mais duro até o momento contra o governo federal, cobrando correção de rumo e afirmando com "remédios políticos amargos" a serem

usados pelo Congresso, alguns deles fatais, se não houvesse mudanças.

Na mesma fala, propôs um esforço concentrado por duas semanas, atrasando a tramitação de outros projetos para votar textos que tenham como objetivo ajudar no enfrentamento da Covid-19. Nesta semana, a expectativa é que a pauta seja mista, ou seja, incluindo propostas que não tratem da pandemia.

Antes do agravamento, o presidente da Câmara estimava que a leitura do relatório final da reforma, a cargo do deputado Aquinaldo Ribeiro (PP-PB), aconteceria na semana passada. Agora, não há previsão ou clima para que as discussões sejam retomadas.

"Não tem como o Congresso fazer outro debate que não seja preservar vidas", afirmou o recém-eleito líder da minoria na Câmara, deputado Marcelo Freixo (PSOL-RJ).

"A gente está muito atrasado na vacinação, o percentual de vacinados no país é muito pequeno. Não tem como resolver a economia sem preservar a vida", disse.

Com pessoas morrendo em filas de UTI (unidades de terapia intensiva), o Congresso precisa priorizar temas de enfrentamento à pandemia, defende Freixo. Nesse contexto, nem a reforma tributária nem a administrativa têm espaço na agenda do Legislativo.

Entre governadores, a hipótese de desviar a atenção da pandemia para discutir mu-

danças no sistema tributário é próxima de zero.

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PC do B), descartou tratar do assunto neste momento. Ele se diz crítico da reforma que está sendo discutida, afirma ser contrário ao ICMS (imposto estadual) e avalia que o IBS (imposto sobre bens e serviços), da forma como foi formatado, aumenta a carga tributária de alguns setores.

O governador do Amazonas, Wilson Lima (PSC), concordou e afirma que a reforma tem de ser feita levando em consideração a realidade de cada estado, o que exige discussões com todos os segmentos produtivos, governadores, prefeitos e o governo federal, algo que não pode acontecer em um momento em que a atenção está voltada ao controle da pandemia.

"Enquanto a gente não tiver um controle da pandemia no país, não tem como tratar outra pauta a não ser Covid, vacina, e, na sequência, retomada da atividade econômica."

Na avaliação dele, a reforma não é simples. "Carece de uma discussão mais ampla, especialmente no Amazonas, onde os interesses da Zona Franca [de Manaus] têm de ser preservados, pois respondem por 80% das atividades econômicas", disse.

"É isso não é simples de ser feito, principalmente nesse momento de pandemia. Se fizer a reforma tributária, algum segmento vai sair preju-

dicado. Não tem como fazer isso sem tirar de alguém", disse.

Representantes dos municípios afirmam que também não há ambiente para debater impostos enquanto UTIs têm taxas de ocupação que, em alguns casos, superam 90%.

Presidente da FNP (Frente Nacional de Prefeitos), Jonas Donizette afirma que tem conversado com empresários de varejo e indústria e há uma visão geral de que as preocupações, no momento, são de outra ordem.

"Neste momento, tudo o que o Congresso puder votar para facilitar a gente a sair da crise é projeto para pandemia. Não tem clima [para tributária] em 2021. Temos de sobreviver a 2021 e, depois, olhar para 2022."

Membros da equipe econômica afirmam que o presidente da Câmara foi muito claro e está correto ao dizer que não é o momento de discutir reformas estruturantes.

A avaliação é que os esforços devem ser concentrados em formulação, aprovação e acompanhamento de medidas de combate à pandemia.

Uma pessoa próxima a Guedes diz que dificilmente uma proposta ampla de reforma será aprovada mesmo após o controle da crise sanitária. O tema envolve divergências que vão além da disputa entre governos regionais pelo repasse de recursos.

Guedes, por exemplo, é contra as propostas que já tramitam no Congresso. Para ele, esses textos criariam um tributo sobre consumo com carga muito elevada, insustentável para o país.

Na visão de auxiliares do ministro, seria positivo se o governo e o Congresso avançassem ao menos em uma proposta enxuta. O modelo em estudo prevê a unificação de PIS e Cofins e a simplificação da cobrança de impostos regionais.

As propostas da Câmara e do Senado são mais amplas e unificam, respectivamente, cinco e nove tributos, incluindo ICMS (estadual) e ISS (municipal).

Em um momento de crise fiscal generalizada, com entes precisando reforçar o caixa, técnicos do governo afirmam que eventual votação dessas propostas tende a provocar aumento da carga tributária.

O cenário considerado possível pela pasta deixa de fora das discussões até mesmo promessas feitas pelo governo, como a reforma do imposto de Renda e a reestruturação do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

Um integrante do ministério avalia ainda que a janela para aprovação de projetos nessa área será fechada neste ano. Isso porque 2022 é ano de eleições presidenciais, o que consome a atenção de congressistas e normalmente impede a tramitação de propostas consideradas polêmicas no Congresso.

Wall Street vê 'tempestade' em formação com plano de Biden

Aziza Kasimov e Colby Smith

NOVA YORK | FINANCIAL TIMES Investidores nos Estados Unidos buscam avaliar a força da "tempestade" que se forma no horizonte enquanto o presidente americano, Joe Biden, pressiona por aumentos de impostos que reverteriam parcialmente a bonança histórica concedida à América corporativa por Donald Trump.

As ações atingiram novos picos na semana passada, enquanto administradores de fundos descartavam riscos que vão de aumentos nos custos dos empréstimos a valorizações elevadas e uma nova onda de coronavírus que atinge partes dos EUA e outras economias globais.

A proposta de Biden de aumentar os impostos corporativos de 21% para 28% e insti-

tuir um novo imposto mínimo global, no entanto, representa uma ameaça que alguns analistas advertem que poderá tumultuar o aumento constante das ações americanas.

"Todo mundo está como quem piquenique neste momento, e você pode ver o potencial de uma tempestade se aproximando", disse Ann Milette, diretora de ativos na Wells Fargo Asset Management. "Você está tentando avaliar a direção da tempestade e se ela vai ou não atingir em 2021 ou 2022, ou se ela simplesmente não o atingirá."

Tobias Levkovich, estrategista-chefe de equity no Citigroup, acrescentou que "a comunidade de investimentos está animada demais" e deixando de mostrar "qualquer preocupação pelos aumentos de impostos plausíveis propostos pelo governo Biden".

Os cortes fiscais do governo Trump, aprovados pelo Congresso nos últimos dias de 2017, forneceram um reforço poderoso aos balanços corporativos ao reduzir o imposto federal oficial de 35%.

A alíquota de impostos paga pelas companhias médias americanas, que incluem taxas federais, estaduais e locais, caiu de 40% para 27% em 2018 e se mantiveram nesse nível desde então, segundo a KPMG.

Os títulos da América corporativa, que estão incluídos no índice S&P 500 de ações de grande porte, pagam ainda menos impostos em média porque muitos têm operações internacionais que lhes permitem gozar de regimes fiscais mais favoráveis no exterior.

A alíquota fiscal das S&P 500 ficou em aproximadamente 17,5% no terceiro trimestre de 2020, enquanto a do setor tec-

“Nós vemos impostos mais altos como um dos maiores riscos que pairam no segundo semestre e em 2022”

Emilij Roland
Codiretora de estratégia de investimentos na John Hancock Investment Management

nológico, que tem uma base fiscal particularmente amorfa por causa de suas operações físicas relativamente pequenas, foi de apenas 14,8%, segundo Howard Silverblatt, do S&P Dow Jones Indices.

As reduções de impostos aprovadas em 2017 levantaram os lucros por ação das companhias do S&P 500 em 10% no ano seguinte, segundo análises em junho de 2020 do analista Goldman Sachs. "Desde 1990, as reduções efetivas de impostos representaram 2 pontos percentuais do aumento de 4 pontos nas margens de lucro líquido e 24% do crescimento total de lucros do S&P 500", comentou o banco de Nova York na época.

Hoje, os bancos de investimentos estão fornecendo aos clientes pesquisas sobre as potenciais implicações de um novo regime fiscal.

O Goldman estima que se o plano fiscal de Biden for aprovado em sua forma atual poderá cortar até 9% dos ganhos da S&P 500 por ação em 2022. Um aumento na alíquota de impostos corporativos de apenas 4 pontos percentuais, comparado com os 7 propostos por Biden, poderia derrubar o lucro por ação da S&P 500 em 3%, comparado com o que analistas já calcularam para o índice neste ano, disse Levkovich, do Citi.

"Nós vemos impostos mais altos como um dos maiores riscos que pairam no segundo semestre e em 2022", disse Emily Renteria, codiretora de estratégia de investimentos na John Hancock Investment Management. Ela acrescentou que o impacto poderia ser substancial o suficiente para conter os planos de reconstrução das empresas.

Conselhos de estatais têm mudanças em série sob pressão do governo

Assembleia de acionistas oficializa hoje troca na Petrobras ordenada por Bolsonaro, vista pelo mercado como intervenção

FERNANDA TRISTÃO E ERUNO ROSA
 @fernandatriscão @erunorosa

A interferência do presidente Jair Bolsonaro nas principais estatais está se materializando em mudanças nos conselhos de administração de Banco do Brasil, Eletrobras e Petrobras, que estão entre as maiores empresas brasileiras listadas na Bolsa. Saem conselheiros de perfil mais técnico e independente, entram mais alinhados ao governo.

A União já indicou ou está prestes a apontar ao menos dez novos conselheiros para as três estatais. Sete integrantes dos colegiados pediram demissão nos últimos meses, alguns manifestando abertamente desconforto com o que consideram riscos à governança corporativa das empresas.

Hoje, a Petrobras realiza uma assembleia de acionistas para renovar sua cúpula. Além de novos conselheiros, a estatal deve oficializar a nomeação do general Joaquim Silva e Luna para presidir a estatal no lugar de Roberto Castello Branco. Ele teve a demissão pedida

em fevereiro por Bolsonaro, insatisfeito com aumentos de combustíveis, o que causou perda no valor de mercado da estatal na Bolsa. A indicação é investigada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

VETO DO COMITÊ DE PESSOAS

Em seguida, os presidentes do BB, André Brandão, e da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., pediram demissão. O primeiro foi duramente criticado por Bolsonaro por um plano de fechamento de agências e redução de pessoal. O segundo demonstrava insatisfação com o atraso na privatização da estatal de energia.

Na Eletrobras, um conselheiro pediu demissão por não concordar com a forma como foi escolhido o sucessor de Ferreira Jr. No BB, a União vai mudar todo o conselho em assembleia no dia 28. Indicado para o lugar de Brandão, o novo presidente do BB, Fausto Ribeiro, sinalizou numa carta aos funcionários que atuará de forma "integrada e sinérgica" com o governo, mas interesses do Planalto podem em alguns casos contrariar os das empresas

e de acionistas minoritários.

Na Petrobras, João Cox Neto, Nívio Ziviani, Paulo Cesar de Souza e Silva e Omar Carneiro da Cunha, indicados pelo governo para o colegiado, recusaram a recondução na assembleia de hoje, que promete ser agitada. Há um movimento de acionistas minoritários para ampliar de 11 para 13 o número de cadeiras do Conselho de Administração, como forma de ganharem mais espaço para fazer frente ao apetite intervencionista do governo.

Dos onze conselheiros atuais, sete são indicados pela União, três são representantes dos minoritários e um é eleito pelos empregados. Hoje, os acionistas trocam oito. O colegiado renovado vai destituir formalmente Castello Branco e nomear o novo presidente.

Entre os oito candidatos inscritos pelo governo para o conselho está o general Silva e Luna, também indicado por Bolsonaro para presidir a estatal. Uma vez conselheiro, poderá ser apontado presidente. Os acionistas minoritários indicaram quatro nomes.



Novo comando. Ex-presidente de Itaipu, general Joaquim Silva e Luna deve ser nomeado hoje presidente da Petrobras

A assembleia também renovará o Conselho Fiscal. No sábado, a Petrobras informou à CVM que o seu Comitê de Pessoas apontou objeções a 11 do total de 17 candidatos para os dois colegiados, com dois considerados inelegíveis. Membro do comitê, o advogado Leonardo Antonelli, conselheiro indicado pelos minoritários à recondução, considerou que Marcio Andrade Weber, candidato da União, e Pedro Rodrigues Galvão de Medeiros, apontado por fundos de investimentos minoritários, não poderiam concorrer por terem relações com a estatal há menos de três anos, quarentena mínima prevista.

Em seu voto, apontou que Weber foi diretor da Petroserv, fornecedora de sondas da Petrobras, até agosto de 2020, e Medeiros, diretor do Citibank até dezembro de 2020, banco responsável pela operação que resultou na privatização da BR

Distribuidora. O conselheiro votou contra outros dois indicados da União e um dos minoritários, mas foi vencido. A recomendação do comitê não tira os concorrentes, mas a falta de consenso já antecipa a tensão que deve marcar a reunião.

MENOS AUTONOMIA

Para especialistas, ainda que haja nomes técnicos entre os indicados pelo governo, as mudanças nos conselhos refletem a intenção de reduzir a autonomia na gestão das estatais, aumentando o risco de uso político. Interferência do governo ferem a Lei das Estatais, criada após a Operação Lava-Jato, que prevê atuação independente dos conselheiros para que se comprometam com os interesses das empresas. Quando elas têm prejuízos ou o valor de mercado escorrelhe, não só acionistas minoritários perdem, mas também o

patrimônio da União.

— Isso feito nas estatais no governo Bolsonaro foi grotesco: intervenções diretas, a mandado do presidente, e substituições não seguiram critérios. Só isso já causou uma perda de reputação muito grande para o Estado brasileiro — diz Sérgio Lazzarini, professor do Insper que estuda a relação entre governo e empresas.

Valdir Simão, ex-ministro da Corregedoria-Geral da União (CGU) e sócio do Wardle Advogados, diz que as regras nas estatais são muito claras: é papel dos conselheiros equilibrar os interesses do governo e os dos outros acionistas.

— Qualquer intervenção indevida do controlador na gestão da estatal poderá caracterizar abuso de poder, e a leniência dos conselheiros, que têm obrigação de fiscalizar e avaliar o desempenho de diretoria, será passível de responsabilização.

País



CELEBRAÇÃO AO GOLPE DE 64

PGR arquiva pedido de investigação de Braga Netto

Em resposta ao PSOL, Procuradoria diz que manifestação não configurou crime g1e.br/3d9W0R

ATAQUE PRESIDENCIAL

Bolsonaro admite temor e defende CPI para governadores e prefeitos

ELIANE OLIVEIRA E BRUNO GÔES
opinion@oglobo.com.br
Mídia3

Em conversa telefônica gravada e divulgada ontem pelo senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO), o presidente Jair Bolsonaro defendeu que a CPI da Pandemia no Senado investigue também governadores e prefeitos. O objetivo da comissão, que teve a instalação determinada pelo ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), é investigar as eventuais omissões do governo federal no combate ao coronavírus. No telefone, Bolsonaro demonstrou temor de uma apuração que só atinja integrantes do governo federal e produza um relatório "sacana" contra ele e aliados.

Um requerimento que pede a extensão da apuração para gestores estaduais e municipais já foi apresentado pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE). A ampliação também é defendida pelo líder do PP na Casa, Ciro Nogueira (PI), aliado de Bolsonaro.

De acordo com Kajuru, o telefonema ocorreu na noite de sábado. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), terá amanhã em plenário o requerimento de instalação, primeiro passo necessário para o funcionamento. Na quarta-feira, o plenário da Corte se reunirá para julgar a decisão em que Barroso ordenou que a CPI, que reuniu o mínimo necessário de assinaturas em fevereiro, passasse a funcionar.

—Se não mudar o objetivo da CPI, ela vai vir para cima de mim. O que tem que fazer para ser uma CPI útil para o Brasil: mudar a amplitude dela. Bota presidente da República, governadores e prefeitos — disse Bolsonaro na ligação, acrescentando: —Se não mudar (a amplitude), a CPI vai simplesmente ouvir o (ex-ministro) Eduardo Pazuello, ouvir gente nossa, para fazer um relatório sacana.



Investigação. Em telefonema com senador Jorge Kajuru, Bolsonaro defendeu que Senado apure também a atuação de governadores e prefeitos na Pandemia

PASSO A PASSO DA CPI DA PANDEMIA

- 

1 **O que precisa para ser criada?**
De acordo com o regimento interno do Senado, é necessário ter o apoio de um terço da Casa.
- 

2 **Como funciona a instalação?**
O processo para a instalação só começa após o presidente do Senado fazer a leitura do requerimento de criação em plenário, o que vai ocorrer amanhã. Os signatários podem retirar a assinatura até esta data. O plenário de STF julga na quarta a decisão do ministro Luís Roberto Barroso que determinou a instalação da CPI.
- 

3 **Quantos integrantes?**

11 TITULARES **7** SUPLENTEs
- 

4 **Quais as atribuições de uma CPI?**
A comissão pode convocar pessoas para depor, ouvir testemunhas, requisitar documentos, determinar quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico, além de diligências. Ao final dos trabalhos, a comissão apresenta relatório e pode encaminhar o material para o Ministério Público embasar acusações na Justiça.

O presidente disse ainda que não tem "nada a esconder" e pediu apoio ao senador para pressionar o STF a determinar que o Senado abra processos de impeachment contra ministros da Corte. No dia seguinte à decisão de Barroso, Bolsonaro afirmou que o ministro fez "política-

lha" e o provocou a determinar a abertura de procedimentos contra colegas. O início de um processo de impeachment contra um integrante do STF, no entanto, é decisão do presidente do Senado. E trata-se de uma situação distinta de CPIs, casos em que há a obri-

gação constitucional de instauração quando três requisitos são preenchidos: assinatura de um terço dos parlamentares; fato determinado a ser apurado; prazo mínimo de funcionamento. — Uma coisa importante. Vamos lá: você tem que fazer do limão uma limonada. Per-

enquanto, é um limão que está aí, dá para ser uma limonada. Tem que que peticionar o Supremo para botar em pauta o impeachment (dos ministros do STF). O senador respondeu que a atitude já foi tomada em relação a Alexandre de Moraes. Kajuru explicou que o pedido

foi direcionado a Pacheco, não ao STF — Bolsonaro respondeu com "parabéns" ao receber a informação.

Kajuru é um dos autores da ação que levou à decisão do STF, na última quinta-feira. Ao GLOBO, o senador disse ter divulgado o diálogo telefônico por se tratar de um assunto público.

— Não tem como cancelar a CPI — disse o parlamentar, em referência ao número de assinaturas, que ontem chegou a 33, com a adesão de Chico Rodrigues (DEM-RR).

O aumento no número formal de apoios revela que a estratégia anunciada pelo líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), não funcionou nos últimos dias. Para o líder da oposição na Casa, Raulo Rodrigues (Rede-AP), no entanto, a possível ampliação de escopo será usada pelo Palácio do Planalto para tumultuar o andamento dos trabalhos. Por outro lado, ele enxerga a correlação de forças como positiva para os desdobramentos da investigação.

— Nós vamos ter uma CPI em que teremos uma composição com três membros do MDB, dois da oposição, e três membros do bloco PSDB/Podemos. Isso dá uma maioria independente para a CPI. Então, acredito que a composição impedirá uma tendência governista. Haverá uma tendência que não seja só governo ou só oposição — disse Raulo.

MODELO DE FUNCIONAMENTO

Outro debate se dará em tor no do modelo de funcionamento: híbrido ou presencial. Para o vice-líder do PSD, Omar Aziz (AM), que assinou lista de apoio à CPI, só deve haver o pleno funcionamento da comissão após o avanço da imunização no Brasil. O senador será um dos indicados pelo partido, mas afirma que "ninguém vai querer comparecer em ambiente fechado, no covidário do Senado".

— Os que não assinaram são até a favor (da investigação da CPI). Mas não vai dar para fazer as sessões, que só são presenciais, agora. Não há clima para isso no Senado. A CPI das Fake News, por exemplo, está há um ano sem funcionar, porque não dá para fazer presencial. Então, também para quem discorda da CPI, o argumento era esse: como fazer presencial? Já morreram três senadores, morreram funcionários — argumentou o senador.

AJUDA EXTERNA CONTRA A CRISE

NOVA CHANCE

Conjuntura global deve abrir outro 'superciclo de commodities' que pode beneficiar o Brasil



Bonança à vista. Colheitadeira avança em plantação de soja em Campo Mourão, no Paraná: alta dos preços de commodities agrícolas e minerais deve dar uma mãozinha na recuperação da economia brasileira após o tombo da pandemia

JULIO SOREMA NETO
para ser usado apenas com o
GLOBO

Uma forte recuperação dos Estados Unidos e da China promete turbinar o apetite global por produtos primários no mundo nesta década. Isso deve beneficiar o Brasil no momento em que enfrenta o desafio de superar a tragédia humanitária da pandemia, que provocou forte impacto na economia. Economistas já apontam um novo 'superciclo de commodities', uma janela de oportunidade que pode ajudar o país a sair da crise.

As duas maiores economias do planeta devem crescer entre 6% e 7% neste ano, iniciando uma conjuntura pós-pandemia que pode perdurar por alguns anos. Essa expectativa impulsiona, segundo analistas, a valorização de produtos como minério de ferro, soja, açúcar, petróleo e outras commodities que têm forte peso na balança exportadora brasileira. Ainda que a nova bonança seja mais modesta que a dos anos 2000, será uma ajuda na retomada pós-pandemia.

Nos últimos 12 meses, a alta dos preços do petróleo, do minério de ferro e da soja, por exemplo, superou 100%. Todo esse ganho deverá se refletir também no valor das ações das empresas exportadoras por aqui e atrair investimentos. As commodities responderão por mais de 60% de tudo o que é vendido pelo país lá fora. Com a valorização do dólar frente ao real, a balança comercial tende a apresentar um saldo recorde, dizem especialistas.

— Temos tudo para ter um novo superciclo de commodities na próxima década, e o Brasil tem a chance de se beneficiar disso. Há liquidez mundial e disposição dos investidores em aplicar em empresas tradicionais, da economia real — diz Matheus Spies, especialista em investimentos da Empiricus Research.

O economista observa que o pacote de US\$ 3 trilhões de recuperação da infraestrutura dos

EUA, anunciado pelo presidente Joe Biden, é outro catalisador da procura por produtos como minério de ferro e aço.

Maior importadora de grãos no mundo, a China quer reduzir a dependência da soja brasileira e americana. Em seu plano quinquenal, anunciado em março, determinou que cada província terá que produzir anualmente ao menos 650 milhões de toneladas. Ainda assim, analistas acreditam que o gigante asiático continuará um importante importador.

Os preços das matérias-primas já começam a dar sinais do início de um ciclo positivo. A tonelada de ferro dobrou, o petróleo volta à casa de US\$ 60 por barril, depois de ter sido negociado a preços baixos e até em campo negativo em 2020. Esse movimento de alta já caracteriza a nova onda positiva para as matérias-primas, diz Claudio Frischtak, da consultoria Inter.B.

REFLEXO NA BOLSA

Para ele, esse ciclo começou ainda em 2020 com a China terminando o ano da pandemia com crescimento. Frischtak acredita que, em 2022 e 2023, a expansão da economia americana deve continuar forte, com juros baixos mantidos pelo banco central americano e os recursos liberados pelo governo Biden no pacote de estímulos econômicos.

— A estimativa é de crescimento de 4% nos EUA em 2022 para uma economia que tem potencial de 2,5%. E em 2023 também haverá crescimento, o que deve sustentar o preço das commodities.

O economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, observa que os preços das matérias-primas têm respondido positivamente à abundância de recursos no mundo, promovida pelos bancos centrais para estimular a retomada da atividade após o tombo provocado pela pandemia nos países.

Vale lembra que há algumas dificuldades de oferta em alguns países, como menor produção de soja nos EUA e na Ar-

gentina, além do recrudescimento da peste suína em algumas províncias da China. Nas commodities metálicas, o economista observa que já há alta na demanda no mundo.

— Essa combinação, de certa forma indireta, de alta do preço das commodities e o dólar pressionado no Brasil pela situação fiscal ruim tem o papel de elevar ainda mais a balança comercial este ano. Nossa estimativa, é que o saldo seja positivo acima de US\$ 76 bilhões, um nível recorde — diz.

Pelas projeções da MB Associados haverá forte expansão tanto da agropecuária, a mais intensa desde a crise global de 2008, quanto da indústria extrativa, que deve ter o maior pico de exportações desde 2011. Já a exportação de manufaturados deve ficar estagnada em 2021 e crescer apenas 1%.

A expectativa da MB associada é de expansão de 59% na exportação agropecuária e de 34% na indústria extrativa este ano. O saldo das contas externas como um todo ficará positivo em US\$ 12,4 bilhões, ou 0,9% do PIB, o que não era visto desde 2007.

Para Spies, da Empiricus, um cenário em que o Brasil avance o processo de vacinação contra a Covid-19 nos próximos meses e implemente medidas fiscais mais efetivas, as empresas brasileiras vão se beneficiar da nova onda de valorização das commodities. Ele avalia que o Ibovespa, principal índice da Bolsa, pode terminar o ano entre 140 mil e 150 mil pontos. Atualmente está na casa de 118 mil.

— Esse contexto tende a atrair investidores estrangeiros tradicionais para a Bolsa brasileira, em busca das principais blue chips (ações mais negociadas). Entre elas, a Vale, que está com papéis baratos em dólar e com preço descontado depois dos problemas em Brumadinho. Mas ações da (siderúrgica) Gerdau e da Petrobras também são vistas com bons olhos.

João Frota, economista da Sense Corretora, observa que,

PRODUTOS PRIMÁRIOS EM ALTA

Matérias-primas ficaram mais baratas no mundo no início da pandemia, mas estão em recuperação

O Índice S&P Goldman Sachs Commodity Index (S&P GSCI), referência do desempenho das commodities negociadas na Bolsa Mercantil de Chicago, está em alta



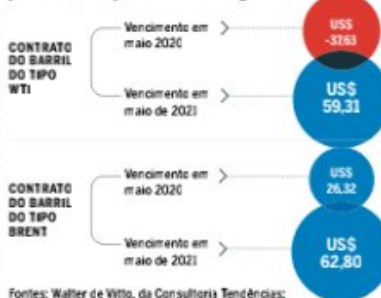
Em um ano, commodities agrícolas e minerais tiveram forte alta (março 2020/março 2021)



A recuperação se intensificou na segunda metade de 2020, após o pior da pandemia (3º tri de 2020/1º tri de 2021)



Contratos futuros de petróleo chegaram a ser negociados no negativo no início da pandemia, situação bem diferente agora



Fontes: Walter de Witto, da Consultoria Tendências; Matheus Spies, da Empiricus Research

na Bolsa, além dos papéis das gigantes, ações de muitas empresas ligadas ao agronegócio e à logística vão refletir o bom momento das commodities agrícolas. Frota destaca, por exemplo, a Kepler Weber, que atua na armazenagem de produtos agrícolas, e a SLC Agrícola, entre as maiores produtoras de algodão, milho e soja. — A safra 2021/2022 de soja que será colhida no Brasil já está toda vendida para a China. O país vai continuar sendo um dos maiores importadores de alimentos do mundo por anos.

RISCOS À FRENTE

Claudio Frischtak, entretanto, vê riscos para o potencial do superciclo de commodities a partir de 2023. O especialista lembra que haverá aceleração da inflação, provocada pela própria alta do preço das matérias-primas, além de uma elevação de juros. Se isso de fato ocorrer, o potencial do superciclo pode ser abortado a partir de 2024.

— Será um "mini superciclo" por conta do aumento da inflação e dos juros nos próximos anos — diz Frischtak.

Quase uma década depois do último superciclo de commodities, que começou em meados dos anos 2000 e durou até 2008, ano da crise financeira mundial, Walter de Witto, analista de commodities da consultoria Tendências, avalia que a nova onda não terá a mesma magnitude daquela que impulsionou os governos Lula, com crescimento médio anual de 4%.

Para ele, as condições são diferentes. Primeiro, os preços sofriram depois de uma queda acentuada por causa da pandemia. E, para Witto, não será possível sustentá-los de forma tão forte nos próximos anos.

— As incertezas da Covid-19 ainda devem impactar a demanda e trazer salavacos aos preços — diz. — O Brasil se beneficia dessa alta de preços, especialmente no setor agrícola, mas não será tanto como no último superciclo quando os preços eram muito favoráveis.

TEF - Miriam Leitão; GLO - Zeno Leitão; QM - Miriam Leitão; EEE - Rogério Moraes (oponente); FALCO - Santiago (oponente); S&P - Carlos César (oponente); OLÍMPIA - Feres (oponente); VÍDEO - Miriam Leitão

MÍRIAM LEITÃO



blog.globo.com/miriam-leitao
 no ar às 19h30 em
 Com Álvaro Gilaberto (de São Paulo)



Bolsonaro, nossas mortes são culpa sua

O tempo deixará ainda mais claro o que já é inegável hoje. Grande parte das mortes que temos sofrido no Brasil é responsabilidade direta do presidente da República. Ele agiu intensa e deliberadamente para que o vírus se espalhasse. Ele tem sido incansável nas mentiras, no estímulo à exposição ao risco, na criação de conflitos políticos. Ele nunca deixou de sabotar os esforços de proteção da vida de qualquer gestor público, nas três esferas administrativas. Ainda hoje, mais de um ano de pandemia. Ainda hoje, mais de 350 mil mortos. Faltam oxigênio, remédios, vagas nos hospitais, vacinas. Mas Bolsonaro protege o vírus e as suas

mutações. Bolsonaro é o comandante supremo da morte no Brasil.

Alguém pode achar exagero, afinal é o vírus que mata e não o presidente. Líderes poupam vidas com suas decisões. Ele não. Todos os seus atos, todas as suas palavras, desde o desembarque do coronavírus no Brasil, tiveram o único resultado de fortalecer o inimigo. É a bala que mata ou quem apertou o gatilho? A lista das culpas de Bolsonaro nesta pandemia é exaustiva e nem é preciso refazê-la. A leitora e o leitor sabem, viram, sofreram, se indignaram. A verdade é conhecida. Ela é uma só. Bolsonaro é culpado.

O presidente não faz seu trabalho sozinho. Tem colaboradores. Os médicos que validaram o charlatanismo, os generais que apoiam um governo que ameaça a segurança nacional, os empresários que o aplaudem, os ministros subservientes às suas decisões criminosas, os pastores que usam a palavra de Deus em vão, os políticos que tergiversam, os juizes que distorcem a interpretação das leis. Contra o presidente e os colaboracionistas existe também muita gente. A resistência tem na liderança os médicos, enfermeiros, cientistas, comandantes na guerra pela vida. A resistência é feita por quem diz não a Bolsonaro, em qualquer área, em qualquer parte do país, dentro e fora do governo. Na cultura, nas artes, no jor-

nalismo, na educação, nas redes sociais, nas florestas, nas rotinas domésticas, nos laboratórios, nas lutas políticas. Quem trabalhou pela vacina está na resistência.

O Brasil virou um grande cemitério que enterra até durante a noite. É trágico, é indescritível. Entre a vida e a morte não há meio termo, meio tom, vacilação, dúvida. Os que respiram mal, os que mal respiram exigem que falemos por eles. Neste momento exato milhares de pessoas contaminadas estão contando os dias e as horas dessa doença terrível, alhando para seus sintomas, com medo de piorar e ter que ir para uma fila onde se morre antes do fim.

Bolsonaro é culpado de necrofilia. O necrófilo ama a morte. A definição nos foi entregue por Celso de Mello. Ela é exata. Descreve a distorção mental e moral do governante. Ele faz isso por gosto esadístico, mas se escuda em um argumento supostamente racional. O de que quanto mais rápido o vírus se propagar, mais brasileiros estarão com anticorpos, mais cedo teremos o que ele define como imunidade de rebanho. Ele e seu rebanho repetem uma mentira científica e médica.

Bolsonaro é culpado das mortes porque subestimou o vírus, divulgou mentiras, estimulou contágio, produziu conflitos federativos, combateu medidas protetivas, omitiu-se, adiou decisões, subverteu o dever do cargo que ocupa. Tentou inutilmente minar a credibilidade das vacinas. E quando o país já está cercado de medos e mortes, o presidente ainda tira do armário o fantasma do autoritarismo e nos ameaça com a morte cívica. Esses dois anos têm sido de luta pela vida e pela democracia.

Bolsonaro não muda. Ele finge mudar para permanecer o mesmo. Ele tem usado todos os poderes da Presidência como armas contra o país. Quanto mais rápido acabar este governo, mais vidas pouparemos. Quanto mais ordens do governo forem revogadas, mais chances o país terá. Eu poderia escrever sobre alguns eventos ou conversas de bastidores. Artimanhas e articulações. Números da economia, porcentagens, oscilações do mercado financeiro. Há muitos fatos e dados e eles são a matéria-prima do jornalismo. Mas há um fato maior que todos os outros. Drummond escreveu poemas no meio da Segunda Guerra Mundial que nos ajudam a ver o que é o mais relevante em momentos extremos. "Chegou o tempo em que a vida é uma ordem. A vida apenas, sem mistificação."

Falhas técnicas e caos político atam o nó do Orçamento

O ano já conta três meses, e o país não tem previsão de gastos. Uma sequência de erros iniciada em 2020 explica a crise

MANOEL VENTURA
relata os erros do Ministério da Economia

O Orçamento de 2021 é descrito por técnicos experientes da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, como o mais difícil, duro e "caótico" de ser feito e executado em anos. O texto deveria ter sido aprovado em dezembro, como em anos anteriores, mas esse processo atrasou por uma sequência de erros que vão desde decisões técnicas que se mostraram equivocadas, desarticulação entre membros do próprio governo na

hora de negociar com o Congresso e uma guerra de versões que tomou conta de Brasília para responder a uma pergunta: de quem é a culpa pela proposta orçamentária inexecutável?

Até o fim da semana, não havia uma resposta clara, mas a reconstituição dos fatos mostra que o texto que gerou tanta confusão é resultado de uma soma de erros e circunstâncias que começaram a se acumular ainda no ano passado, quando o país e o mundo mergulharam na maior crise sanitária da História recente.

A saída defendida pelo ministério é vetar todas as

emendas do relator — infladas em R\$ 26,4 bilhões, chegando a R\$ 29 bilhões —, recompor os gastos obrigatórios e devolver o restante para o Congresso. A solução é rejeitada por parte do Palácio do Planalto, que defende que tudo seja sancionado.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), quer que um acordo para ampliar as emendas em R\$ 16,5 bilhões, fechado em fevereiro, seja cumprido. Lira ficou irritado com declarações de Guedes nos últimos dias, afirmando que o problema ocorreu porque o time estava jogando junto pela pri-

meira vez. O deputado entendeu que Guedes dizia que sabia jogar com Rodrigo Maia (DEM-RJ), ex-presidente da Câmara, e fez esse recado chegar ao ministro.

Nos últimos dias, o presidente Jair Bolsonaro passou a atuar diretamente para resolver o impasse. Uma solução que ganhou força foi vetar parcialmente as emendas. O tamanho do corte e a forma como isso será feito ainda estão sendo discutidos.

A cicatriz que a crise deixará na relação de Guedes com o Congresso é incerta e vai depender do tamanho do corte que o governo fizer.

ENTENDA A SUCESSÃO DE PROBLEMAS QUE LEVARAM AO IMPASSE EM TORNO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

O ORÇAMENTO SEM META

Enquanto discutiam as medidas urgentes contra os efeitos econômicos da recém-declarada pandemia de Covid-19, em abril do ano passado, os técnicos da equipe econômica precisaram começar a pensar no Orçamento deste ano. Sem qualquer perspectiva sobre o futuro, a decisão foi enviar ao Congresso um projeto sem definir qual deveria ser o resultado para as contas públicas no ano seguinte, algo inédito. Depois de pressão do Tribunal de Contas da União (TCU), o governo acabou recuando e propôs um rombo de R\$ 247 bilhões como meta. Mas a falta de clareza sobre a arrecadação e um teto de gastos — regra que limita o crescimento das despesas da União — cada vez mais pressionaram o marcarem desde o início o desfecho do Orçamento.

O TETO BAIXO

Em meados de 2020, o Ministério da Economia começou a receber uma chuva de ofícios, ligações e e-mails de toda a Esplanada dos Ministérios. Eram pedidos das pastas por mais verbas para suas áreas. A resposta era a mesma: não há espaço no Orçamento. A margem de manobra estreita se deu por uma questão técnica da regra que estabeleceu o limite de gastos em 2020. O teto foi corrigido em 2,13% de 2020 para 2021. Muito pouco para acomodar todos os interesses em Brasília. Os ministros com mais traquejo político sabem que uma solução para esse tipo de problema é buscar emendas dos parlamentares — o que acabou estourando no colo da equipe econômica meses depois. Comprou espaço para investimento, com mais recursos reservados para os militares e sem considerar qualquer



Guedes. A saída defendida pela Economia é vetar todas as emendas do relator

necessidade de gastar mais para conter a Covid-19 em 2021, o Orçamento deste ano foi encaminhado ao Congresso em agosto de 2020.

AS ELEIÇÕES NO CAMINHO

No segundo semestre de 2020, quem ligasse para integrantes do time de Guedes para saber sobre o andamento da agenda econômica recebia a mesma resposta: está tudo parado. O motivo eram, segundo integrantes da pasta, as eleições municipais e, especialmente, a disputa pelo comando da Câmara. O ambiente hostil dificultou o avanço do Orçamento no Legislativo. A principal consequência foi que a Comissão Mista de Orçamento (CMO) sequer chegou a ser instalada em 2020. No colegiado — o primeiro passo para a proposta orçamentária tramitar —, os grupos rivais de Rodrigo Maia (DEM-RJ) e Arthur Lira (PP-AL) protagonizaram a queda de braço que antecedeu a disputa pelo controle da Câmara. A equipe econômica se viu de mãos atadas. Em reuniões em setembro e outubro, os técnicos da pasta

reconheceram que dificilmente qualquer proposta econômica iria avançar, assim como o próprio Orçamento, enquanto Maia e Guedes discutiam publicamente a responsabilidade pelo atraso na agenda. Não havia um mínimo de consenso. Em uma reunião no gabinete do Ministério da Economia realizada poucos dias antes do Natal, aliados de Maia chegaram a propor a integrantes da equipe econômica um acordo: apoiar a proposta de reforma tributária do Congresso em troca da aprovação da autonomia do Banco Central. Guedes não topou. Sem diálogo, nada avançou.

O ERRO TÉCNICO

O impasse na CMO empurrou a discussão sobre o Orçamento para depois de fevereiro, após as eleições para as presidências do Congresso. E é depois de uma disparada nos índices de inflação, Oprequi e inflação árbitra observado no fim de 2020 obrigou o governo a reajustar as aposentadorias e o salário mínimo muito acima das previsões iniciais. Os



Bittar. Após muita pressão, proposta do senador é devolver R\$ 30 bilhões

gastos obrigatórios subiram mais que o teto. O resultado: seria necessário cortar investimentos. Quando é preciso fazer um ajuste grande no Orçamento ainda não aprovado, a praxe é encaminhar a chamada "mensagem modificativa", uma alteração com o carimbo do presidente da República. Não foi o que aconteceu. Prevaleceu o entendimento do secretário de Fazenda, Waldery Rodrigues Júnior, de que esse processo levaria ao menos 30 dias, por que exigiria rodar todos os complexos sobre um Orçamento com milhares de páginas. O governo optou por indicar aos parlamentares a necessidade de cortar R\$ 17 bilhões para adequar o Orçamento aos novos parâmetros. O Congresso ignorou.

O ACORDO PELA PEÇ

No início de março, durante uma reunião de líderes do Senado, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) sugeriu retirar o Bolsa Família do teto de gastos. A medida seria inserida na proposta que permitiu a renovação do auxílio emergencial e estabeleceu regras para controle

de despesas. Havia por trás disso a intenção de aumentar as emendas parlamentares. Bolsonaro chegou a dar a palavra a ideia. Guedes recusou, o presidente recusou, e o Senado também. Mas o ministro topou um acordo que agora está sendo cobrado por Lira e pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG): elevar em R\$ 16,5 bilhões o valor das emendas parlamentares logo após a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial. O aumento também tinha por trás a necessidade de cumprir acordos que fizeram parte das campanhas de Lira e Pacheco. As emendas seriam colocadas em nome do relator, Márcio Bittar (MDB-AC), mas indicadas por aliados do governo. O ministério mais beneficiado foi o de Desenvolvimento Regional, chefiado por Rogério Marinho, do setor de Guedes. Pressionado por todos os lados, Bittar se reuniu com a assessora do então ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos. No quarto andar de Palácio do Planalto, as equipes de Bittar e Ramos escreveram o relatório da discordância. As emendas do relator cipa-

raram e subiram R\$ 26,4 bilhões. Para isso, Bittar cortou recursos da Previdência, do seguro-desemprego e do abito salarial. Confusão formada: o Orçamento não ajustado pelo governo teve as despesas obrigatórias subestimadas. Tornou-se inexecutável. Integrantes da equipe econômica se queixam de sumiço de Bittar na reta final da votação do Orçamento. Segundo relatos, o senador chegou a deixar de atender telefonemas de auxiliares de Guedes para discutir a proposta. É essa a narrativa que fontes próximas a Guedes têm passado nos bastidores para afirmar que foram surpreendidos com o aumento considerado excessivo no volume de emendas.

O BECO SEM SAÍDA

A equipe técnica do Ministério da Economia fez as contas e concluiu que seria necessário contingenciar (bloquear recursos) mais de R\$ 30 bilhões para garantir os pagamentos dos gastos obrigatórios. Um corte dessa magnitude é difícil e paralisaria a máquina pública. A sanção do Orçamento então se transformou numa crise. Numa reunião tensa, Bittar aceitou devolver R\$ 30 bilhões, valor considerado baixo por Guedes. No entanto, Lira foi o primeiro a falar, dizendo que a Câmara cumpriria sua parte do acordo. Ramos afirmou que o Executivo também tinha feito tudo certo. Todos então se voltaram para Bittar e afirmaram que o problema foi no Senado, segundo um dos presentes. Inicialmente, Bittar ofereceu devolver R\$ 6 bilhões em emendas. O valor de R\$ 10 bilhões só foi alcançado depois de mais pressões. No fim, o relator saiu chateado do encontro, antes mesmo do término da reunião, alegando ter outro compromisso.

O Globo 10.04.21

Guedes admite erro em negociação de Orçamento

Ministro reconhece que houve falhas na equipe econômica, mas critica colega 'fura-teto', que não desiste e 'pula a cerca' durante as discussões, o que teria levado o Congresso a aprovar emendas em valor muito superior ao acertado com o governo

MANGEL VENTURA
reporter@globo.com.br
@mangelv

Um dia após o presidente Jair Bolsonaro entrar diretamente nas negociações sobre o Orçamento em um momento de desgaste entre Paulo Guedes e o Congresso, o ministro da Economia admitiu ontem que a equipe econômica errou nas discussões em torno da proposta. Na mesma declaração, Guedes alfinetou ministros que, na avaliação dele, pressionam por mais gastos — em uma referência indireta a Rogério Marinho, chefe do Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR), seu desafeto.

— Deve ter tido erro na equipe econômica? Sim, certamente tem erro ali. Certamente tem erro quando um ministro pula a cerca e vai combinar um negócio que não está combinado com a Segov (Secretaria de Governo), que é quem está conduzindo o acordo político — disse o ministro, em evento virtual promovido por um banco.

Em outra referência a Marinho, Guedes disse que

há ministros "fura-teto" no governo:

— Tem sempre o ministro mais ousado. Tem ministro fura-teto, tem de tudo aqui. Tem ministro que não desiste, volta toda hora e bate no mesmo lugar. Isso acontece volta e meia. Isso bota em risco o grupo inteiro — afirmou. — Não adianta querer levantar o governo agora através de obras

'O PAU COME. É DO JOGO'

Nos últimos dias, parlamentares têm se queixado de que a culpa por um Orçamento considerado inexecutable recaiu apenas sobre o Legislativo. O texto reduziu a previsão de despesas obrigatórias para abrir espaço para elevar emendas, indicações de gastos de interesse dos políticos.

Na fala de ontem, Guedes reconhece que parte dos desentendimentos se deveu a seu próprio time. Ele comparou o episódio ao pouso de uma nave em Marte. Houve, disse, um desvio de rota:

— Você está aterrissando a nave em Marte. Ai chega um macaco lá, aperta três botões, chuta o painel e co-



Cautela com gastos. Paulo Guedes: "Estamos na cauda de uma pandemia"

ça a desviar a nave. Isso acontece. O macaco, no fundo, é um desacerto entre nós. Não é pessoal, não é ninguém. Um macaco pode ter sido da economia, o outro macaco está no Congresso, outro macaco está lá no entorno do presidente, outro macaco foi um ministro. O ministro confirmou um

acordo para subir em R\$ 16,5 bilhões as emendas neste ano. Mas disse que houve equívocos e excessos. As emendas acabaram subindo bem mais: R\$ 26,5 bilhões.

— O primeiro acordo era em torno de R\$ 8 (bilhões), ela (a Economia) acompanhava. O segundo acordo era R\$ 16 (bilhões), ela acom-

panhou. De repente fizeram um acordo que extrapolou e não cabia. Houve equívocos de um lado ou de outro. Todo mundo está junto no erro — afirmou.

Para ele, são normais as divergências entre Congresso, Executivo e até entre integrantes do governo:

— Não é nunca tudo suave. O pau come. É do jogo. Isso é do jogo. O que interessa é o sinal, não é o barulho.

SEM ESTADO DE CALAMIDADE

Guedes também descartou ontem a possibilidade de decretar novamente o Estado de Calamidade Pública, que suspende as regras fiscais para aumentar os gastos durante a pandemia de Covid-19. Guedes afirmou que seria um "cheque em branco" que "derruba o Brasil":

— Nós estamos na cauda de uma pandemia. Se tiver que gastar meio percento, 1% do PIB com o BEm (benefício para manutenção de empregos), com o Pronampe (empréstimos para pequenas empresas), não é isso que vai derrubar o Brasil. O que derruba o Brasil é um cheque em branco para gastar de novo

4%, 5%, 8% do PIB. Isso acaba com o país. Nós estamos fazendo essa acomodação.

O Estado de Calamidade, que vigorou até 31 de dezembro do ano passado, permitiu ao governo gastar mais de R\$ 500 bilhões no combate à pandemia. Este ano, sem esse mecanismo, o Ministério da Economia está tendo dificuldades técnicas de reeditar medidas para conter a crise causada pela Covid-19.

Segundo Guedes, não haveria ganho este ano porque os salários dos servidores públicos já estão congelados até dezembro. Uma proposta aprovada pelo Congresso no mês passado proíbe a concessão de reajustes durante o Estado de Calamidade.

— Quando seguramos por dois anos o salário (dos servidores) no ano passado, o ganho já está aí. Se eu apertar agora, estou apenas liberando gastos indefinidamente, sem ganhar nada. Porque o ganho já é essa trava. Quando fizemos o protocolo para crises futuras era para crises futuras mesmo, não para uma cauda de uma crise em andamento — completou o ministro.

“Tem sempre o ministro mais ousado. Tem ministro fura-teto, tem de tudo aqui. Tem ministro que não desiste, volta toda hora e bate no mesmo lugar. Isso bota em risco o grupo inteiro”

“Você está aterrissando a nave em Marte. Ai chega um macaco lá, aperta três botões, chuta o painel e começa a desviar a nave. Isso acontece. O macaco, no fundo, é um desacerto entre nós”

“O que derruba o Brasil é um cheque em branco para gastar de novo 4%, 5%, 8% do PIB. Isso acaba com o país”

Paulo Guedes, ministro da Economia

Tesouro faz alerta sobre 'crime de responsabilidade'

Carta assinada pelo secretário, Bruno Funchal, e por técnicos do órgão aponta risco em cortes do Plano Safra e programa de exportação

O secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, alertou colegas do Ministério da Economia para o risco de autoridades envolvidas no Orçamento de 2021 cometerem "crime de responsabilidade", por causa do cancelamento de despesas obrigatórias feito pelo Congresso.

Funchal alerta para o risco relacionado especialmente a duas despesas: o Plano Safra e o Proex Equalização (financiamento para exportação).

“Estas dotações relativas às despesas primárias e obrigatórias dizem respeito em sua maior parte a obrigações já assumidas pela União, em decorrência de autorizações legais e que serão

exigíveis no decorrer do exercício de 2021. Como dito, os cortes promovidos nestas dotações trazem riscos e criam obstáculos para o cumprimento das regras e normas que visam a assegurar a Responsabilidade Fiscal, e podem imputar crime de responsabilidade para as autoridades envolvidas”, afirma uma nota técnica assinada por Funchal e outros

técnicos do Tesouro. O alerta do secretário do Tesouro foi antecipado pelo jornal Folha de S.Paulo e confirmado pelo GLOBO.

PROBLEMA PARA SERVIDORES Segundo o documento, o Congresso cancelou R\$ 2,5 bilhões para as ações do Plano Safra e R\$ 500 milhões para o Proex Equalização.

Na nota técnica, Funchal

e outros integrantes do Tesouro afirmam que os servidores do órgão e do Ministério da Economia estão em risco em decorrência do cancelamento dessas despesas.

“Não é demais reiterar que, caso não sejam observadas as providências ora propostas tempestivamente, tal situação poderá impossibilitar o cumprimento

das recomendações legais que regem o processo orçamentário e financeiro, bem como orientações dos órgãos de controle, sob risco de responsabilização dos agentes públicos que deram causa à presente situação”, diz o texto.

A nota foi dirigida ao secretário de Orçamento, George Soares. Auxiliares deste responderam ao alerta de Funchal afirmando que o assunto só pode ser resolvido após a aprovação do Orçamento. A peça orçamentária está sendo alvo de uma disputa entre o governo e o Congresso.

PEC quer limitar decisões individuais

PAULO CAPPELLI
cappelli@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Um dia após o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinar que o Senado instale a CPI da Pandemia para investigar supostas irregularidades cometidas pelo Planalto no enfrentamento ao coronavírus, o senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que, se aprovada, impedirá o STF de, por meio de decisões monocráticas, anular leis aprovadas pelo Congresso e atos expedidos pelo presidente da República e os chefes de Câmara e Senado. Entre as 30 assinaturas coletadas pelo parlamentar, está a do líder do governo Bolsonaro no Senado, de Eduardo Gomes (MDB-TO).

— O objetivo é evitar a interferência individual dos ministros do STF nas competências de outros Poderes. Um único ministro não pode contrariar a decisão de todo o Congresso Nacional e do presidente da República. Por isso, a importância de uma decisão colegiada para esses casos — argumentou Oriovisto Guimarães, que apresentou o texto formalmente ontem.

De acordo com a proposta, decisões monocráticas não poderiam suspender a “eficácia de lei ou ato normativo” e atos do presidente da República e dos presidentes de Câmara e Senado.

O senador já tinha a intenção de apresentar a PEC desde o ano passado, mas apenas após o episódio envolvendo a CPI da Pandemia conseguiu todas as 30 assinaturas necessárias.

Inflação em 12 meses supera o teto da meta com alta de combustível

Com IPCA acumulado de 6,1%, presidente do BC confirma nova subida de juros e diz que economia aprendeu a lidar com pandemia

CAROLINA NALIN
E VITOR DA COSTA
economa@oglobo.com.br

Impulsionada pela alta nos preços de combustíveis e do gás de botijão, a inflação acelerou para 0,93% em março. Com isso, o IPCA acumulado em 12 meses já chega a 6,1%, maior patamar desde dezembro de 2016 e acima do teto da meta definida para este ano. Diante da escalada de preços, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, confirmou que a perspectiva é de um novo aumento de juros em maio, o que já estava sinalizado no comunicado da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

Em 2021, o BC definiu o centro da meta em 3,75%, mas com a margem de tolerância, ela pode chegar a até 5,25% no ano. Segundo Campos Neto, é preciso separar o que seria uma inflação mais estrutural de algo temporário, como no caso brasileiro. Ainda assim, ponderou que o BC vem respondendo a uma inflação que se mostra mais persistente que o esperado.

— A não ser que algo dife-

rente aconteça, acho que estamos prontos para mais um aumento de 0,75 ponto percentual. Mas claro que isso pode mudar. Hoje, com o que nós temos, podemos continuar com o que foi comunicado — disse Campos Neto em evento promovido por uma instituição financeira.

Caso o cenário se confirme, em maio, a taxa básica de juros subiria para 3,5% ao ano.

De acordo com o IBGE, o maior impacto na inflação de março veio do grupo Transportes, em razão da alta dos combustíveis. Somente a gasolina subiu 11,26%. Em 12 meses, acumula alta de 23,48%. Segundo Pedro Kislakov, gerente de pesquisa do IBGE, o preço cobrado ao consumidor nas bombas foi influenciado por sucessivos reajustes do valor na refinaria de gasolina, diesel e gás, entre fevereiro e março.

— Houve um ganho de peso do grupo Transporte nos últimos dois meses. Ano passado, foi o grupo Alimentação, mas agora voltou a ganhar peso o grupo de Transportes por conta do preço da gasolina —

destaca Kislakov, ponderando, porém, que a Petrobras anunciou duas reduções nos preços da gasolina e uma no diesel no mês passado.

Ontem, a estatal anunciou a segunda queda de preços no diesel, mas o impacto final para o consumidor depende também de variáveis como impostos, estoques, margem de lucro na distribuição e mistura de biocombustíveis.

TREME E CONTA DE LUZ

No Estado do Rio, outros aumentos afetaram a inflação em março. O preço da passagem de trem, por exemplo, subiu 6,38%. Além disso, também foram computados os reajustes nas tarifas de Light e Enel, e do gás encanado, pressionando o orçamento do consumidor.

Em compensação, os alimentos, considerados os vilões da inflação ano passado, estão próximos de uma trégua. O grupo Alimentação e Bebidas subiu 14,09% em 2020, e vem desacelerando ao longo deste ano. Em março, a alta foi de 0,13%. Segundo Kislakov, estabilidade do câmbio e redu-

EVOLUÇÃO MENSAL DO IPCA



Inflação acima do teto

Varição no acumulado em 12 meses (em %)



Fonte: IBGE

Editoria de Arte

ção na demanda com o fim do auxílio emergencial ajudam a explicar o desempenho.

Segundo Étere Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos, a inflação deve avançar e alcançar uma taxa acumulada em 12 meses de 7,5% entre julho e agosto. A perspectiva a partir daí é de desaceleração até convergir para a meta ainda este ano.

— A inflação tende a se diluir, só que num processo longínquo, que supera 12 meses — afirmou.

Em razão disso, ele avalia que a perspectiva de nova alta de juros agora reflete a preocupação do BC com o comportamento da inflação em 2022. Para o economista, o ritmo da retomada está

diretamente associado ao avanço da vacinação:

— A melhor vacina para economia é a vacina contra o coronavírus.

Júlia Passabom, economista do Itaú Unibanco, prevê trajetória semelhante para a inflação deste ano. Ela estima que o IPCA encerre o ano em 4,7%, mas avalia que ainda existem riscos adiante, como uma possível pressão do setor de serviços com o avanço da vacinação e a retomada da economia:

— A gente está de olho em como será o segundo semestre, quando o setor de serviços de fato reabrir, se haverá pressão de oferta com a demanda voltando muito rápido e o que isso vai ter de impacto nos preços.

Segundo o presidente do BC, houve leve queda na demanda por crédito com a segunda onda de Covid-19, mas haverá crescimento na demanda com a abertura da economia no segundo semestre. Para Campos Neto, a economia “aprendeu” a lidar com as restrições impostas pela pandemia e citou como exemplo a reformulação de varejistas no ambiente digital. Ele apresentou dados de casos e mortes causadas pela doença no país e demonstrou expectativa de aceleração da vacinação nos próximos meses.

— O Brasil não é um campeão da vacina (na pandemia), mas está indo relativamente bem em comparação com outros países — afirmou.

Governo reduz de 13% para 10% mistura de biodiesel no diesel

Minas e Energia e Agricultura citam como motivo a alta dos preços da soja

FERNANDA TRISOTTO E BRUNO ROSA
economi@oglobo.com.br
BRASÍLIA E RIO

O governo vai reduzir o percentual de biodiesel que é misturado no diesel, de 13% para 10%, devido à alta no preço da soja. Pesou também a suspensão do 79º leilão de biodiesel, que comer-

cializaria o produto para abastecer o mercado em maio e junho. A medida, temporária, foi anunciada ontem em nota conjunta dos ministérios de Minas e Energia (MME) e Agricultura.

“O biodiesel brasileiro tem no óleo de soja sua maior parcela de matéria-prima, com

cerca de 71%, sendo o restante oriundo de sebo bovino e outros óleos. Entretanto, a despeito das previsões da safra desse grão para o ano em curso apontarem um crescimento de 10% (passando de 124 para 136 milhões de toneladas), o mercado mundial continua com forte de-

manda pela soja, principalmente em decorrência dos baixos estoques do produto nos EUA e da crescente demanda da China”, diz a nota.

A suspensão do 79º leilão de biodiesel foi anunciada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) na quarta-feira, atendendo a pedido do MME. Apesar de não informar o motivo da suspensão, esta ocorreu após as cotações do biocombustível se aproximarem do preço máximo de referência determinado pela ANP, de R\$ 7.860 por metro cúbico.

Na nota, os dois ministéri-

os ressaltam que o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) tem proporcionado a redução das emissões de gases causados pelo efeito estufa, menor dependência externa de diesel importado e melhoria da qualidade do ar.

O texto diz ainda que o governo espera retomar “o quanto antes” o uso do biodiesel “nos teores estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética”.

PREÇO DO DIESEL RECUA 3,2%
Também ontem, a Petrobras anunciou a segunda redução do preço do diesel no

ano. A partir de hoje, o preço do combustível nas refinarias vai cair para R\$ 2,66 por litro. É uma queda de 3,2%, ou R\$ 0,08 por litro. Desde janeiro, no entanto, o diesel acumula alta de 31,6%, pois sofreu cinco reajustes.

O valor da gasolina não sofreu alterações. A redução do preço do diesel ocorre na mesma semana em que a Petrobras reajustou em 39% o preço do gás canalizado, o que o presidente Jair Bolsonaro classificou como “inadmissível” — renovando o temor dos investidores de haja ingerência do governo na estatal.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 10 a 12/04/2021	Caderno: Economia



Na 2ª onda de covid, inadimplência, renda em queda e inflação ameaçam a economia

Com o fim do auxílio emergencial, em dezembro, famílias e empresas passaram a arrecadar menos dinheiro e já há indícios de mais atrasos no pagamento de dívidas

Fabrizio de Castro e Eduardo Rodrigues, O Estado de S. Paulo

12 de abril de 2021 | 05h00

BRASÍLIA - Dívidas em patamares recordes, atrasos em pagamentos, inflação alta e renda achatada. Estes são apenas alguns dos pontos de pressão sobre famílias e empresas brasileiras em 2021. Enquanto o País passa pelo **pior momento da pandemia de covid-19**, com picos de mortes, a situação da economia se agrava. Dados do **Banco Central** mostram que, em dezembro, o comprometimento da renda das famílias brasileiras com dívidas bancárias chegou a 31,1%, pico da série histórica. O dado reflete a parcela dos salários usada para pagar juros e amortizações de empréstimos. Ou seja: a cada R\$ 100 de renda, sobram menos de R\$ 70 para o pagamento das demais despesas. O endividamento das famílias também é recorde: 56,4% da renda total.

Para a economista Isabela Tavares, especialista em crédito da Tendências Consultoria Integrada, as ações do governo federal para manter a renda das famílias em 2020 contribuíram para **segurar as dívidas e a inadimplência**. Com o fim de parte dos auxílios, na virada de 2020 para 2021, cresceu a pressão sobre o orçamento das famílias.

Esse agravamento não é surpresa. “Houve medidas na área de crédito e o auxílio emergencial, que sustentou a massa de renda. Em 2021, sem as medidas emergenciais, já se esperava uma reversão”, diz Isabela.

As dívidas bancárias são outro ponto de pressão. Os dados mais recentes do BC mostram que, por ora, **a inadimplência segue em níveis controlados**, tanto para famílias quanto para empresas. Em fevereiro, a inadimplência atingiu 4,1% entre as famílias e 1,6% nas empresas. Os dados consideram o crédito livre, que excluem financiamentos com dinheiro do BNDES e da poupança (como o crédito imobiliário).

Mas a situação não é confortável. Isso porque o BC só considera como inadimplência os atrasos de mais de 90 dias. No ano passado, os bancos promoveram renegociações de dívidas e deram carência para o pagamento de prestações, o que fez o indicador cair no segundo semestre.

Em 2021, os atrasos já começam a crescer. O BC aponta que, em fevereiro, os atrasos entre 15 e 90 dias – ou “pré-inadimplência – chegaram a 3,65% (famílias) e 1,69% (empresas). Em dezembro, os percentuais eram de 3,24% e 1,52%, respectivamente.

Dados da **Federação Brasileira de Bancos (Febraban)** indicam que, de março a dezembro de 2020, as renegociações somaram R\$ 971,5 bilhões. O valor das parcelas suspensas somou R\$ 146,7 bilhões. Em 2021, essa fatura poderá ter de ser paga.

Mas, agora, os bancos não têm à disposição um mecanismo que facilitou as negociações em 2020, quando o governo desobrigou a realização de provisões para perdas ao renegociar débitos. Em outras palavras, os bancos não tiveram de guardar recursos para o caso de inadimplência.

Em meio às dificuldades para pagar dívidas, famílias e empresas enfrentam a escalada da inflação. O IGP-M, o “índice do aluguel” da Fundação Getúlio Vargas (FGV), acumula alta de 31% nos 12 meses até março. O IPCA – índice oficial de inflação – também está em aceleração. Em março, a alta acumulada em 12 meses atingiu 6,1%. Preocupado com o avanço dos preços, o BC elevou a taxa Selic de 2% para 2,75% ao ano. Só que o juro mais alto aumenta o custo de quem luta para quitar dívidas.

Renda

Enquanto os produtos sobem de preço, a renda segue achatada. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que a massa de rendimento do trabalho somou R\$ 211,4 bilhões no trimestre encerrado em janeiro de 2021. O valor é quase 7% inferior ao do mesmo período do ano anterior.

Para o economista Mauro Schneider, da MCM Consultores, a situação econômica em 2021 não é necessariamente pior do que a de 2020. O problema é que o governo tem espaço menor no Orçamento para medidas de auxílio. “Com as famílias ocorre a mesma coisa. Quem estava em boa condição tinha reservas no ano passado”, diz. “Mas parte desses recursos também foi consumida.”

Apesar de a dívida bruta brasileira estar próxima de 90% do Produto Interno Bruto (PIB), Schneider diz não descartar auxílios emergenciais mais “gordos”. “Tudo depende da vontade política em questões ligadas a gastos públicos. Olhando os números no detalhe, seria possível gastar mais em auxílios se o governo realocasse verbas hoje em destinos questionáveis.”

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 10 a 12/04/2021	Caderno: Economia



Um país surreal

José Renato Nalini*

10 de abril de 2021 | 13h00

José Renato Nalini. FOTO: WERTHER SANTANA/ESTADÃO

A OAB de São Paulo promoveu um encontro para debater o Projeto de Lei 6204/19, da Senadora Soraya Thronike, que retira da órbita do Poder Judiciário as execuções fiscais. O tema é antigo. O Brasil demandista já chegou a ter 100 milhões de processos judiciais em curso, dos quais cerca de 70% eram cobrança de dívida ativa da União, Estados e Municípios.

Poucas as vozes, dentro do Judiciário, que ousavam insistir na irracionalidade de tal sistema. A maioria acreditava ser normal que a cada final de ano, centenas de milhares de certidões de dívida ativa fossem arremessadas aos cartórios judiciais. A partir daí, a responsabilidade era do Judiciário. Procurar o devedor, cujo nome nem sempre estava correto. Endereços desatualizados. Uma burocracia incrível, um retrabalho insano e um resultado píffio.

Ainda hoje, o trâmite de uma execução fiscal tem uma média de sete anos de calvário para os que nela trabalham. Há uma taxa de congestionamento de 80%, somente 15% dos 17% de executivos que chegam ao final obtêm satisfação. A um custo de 65 bilhões, pois cada execução custa 5 mil reais aos brasileiros que sustentam o sistema Justiça.

A advogada Raquel Elita Alves Preto, uma das idealizadoras, ao lado de Flávia Pereira Ribeiro e Cláudia Elisabete Schwartz, trouxe dados instigantes. O Brasil é um dos países mais cruéis em relação ao contribuinte que não consegue adimplir suas obrigações junto ao fisco. Em nenhum país do mundo chega-se a cobrar 150% de multa, nem juros escorchantes, que desrespeitam o Código de Defesa do Consumidor, a taxa-los em 2%

ao máximo. Como disse a dra. Raquel, o “kit de maldades” é intolerável, mormente porque o Brasil tem uma carga tributária excessiva, para devolver à população serviços públicos abaixo de qualquer crítica.

Foi bem interessante a postura do juiz federal Marcelo Barbi Gonçalves, que justificou o projeto de lei e a previsão de que a parte administrativa da cobrança da dívida ativa seja entregue ao tabelião de protestos. Um parecer da OAB Federal sugeriu que essa função fosse entregue aos advogados. Mas, conforme ponderou o magistrado, advogado não detém a fé pública transmitida ao tabelião e aos demais delegatários do chamado foro extrajudicial, pelo constituinte de 1988.

Minha participação de aplauso à Senadora do Mato Grosso do Sul, às destemidas advogadas paulistas que encamparam a discussão e ao corajoso magistrado que não titubeou ao afirmar que a nossa estrutura judiciária é extrativista, muito distante do ideal de um sistema voltado à consecução dos objetivos permanentes da República Federativa do Brasil, trouxe a preocupação de que setores do próprio Judiciário ofereça resistência à aprovação da proposta legislativa.

É que já ouvi magistrados dizerem que a Justiça é uma eficiente arrecadadora de recursos financeiros para o funcionamento do Estado brasileiro. Isso desequilibra o funcionamento da Justiça, como tenho tido oportunidade de comprovar. Passa a ser um equipamento fazendário, fiscalista, não apenas por ideologia, mas por interesse. Afinal, se o Judiciário consegue arrecadar mais para o governo, não haverá mais como argumentar que não há verba para construir e equipar um novo Tribunal. Deixando de lado a discussão sobre a necessidade ou não de mais um órgão de Segunda Instância para uma nação que já tem quase cem tribunais.

Na verdade, cobrança de dívida não é exercício de jurisdição. É função administrativa, conforme o reconhecem os países civilizados. Apenas por um conluio de interesses é que no Brasil esse procedimento seja entregue ao Judiciário, que só existe para resolver conflitos, não para ser cobrador de créditos das entidades da Federação.

Com a aprovação do Projeto de Lei 6204/2019, talvez o sistema Justiça possa vir a dar conta das demandas que diariamente ingressam nos fóruns e tribunais e atravancam o equipamento estatal do qual também se exige observância do princípio fundamental da eficiência.

É um bom passo para a reengenharia do Poder Judiciário, que não se submeteu à profunda reforma estrutural de que necessita. A Justiça, como os demais serviços públicos, exigem para atender à cidadania. Não são territórios inexpugnáveis, que devam atender a interesses dos próprios integrantes. Quando a sociedade acordar para isso, talvez se chegue à Justiça que merecemos e que é a de nossos mais legítimos anseios.

***José Renato Nalini é reitor da Uniregstral, docente da pós-graduação da Uninove e presidente da Academia Paulista de Letras – 2021-2022**

MG busca fatia de R\$ 15 bi para malha ferroviária

Governo de MG quer que ministério da Infraestrutura inclua linhas férreas do Estado em investimentos bilionários com recursos de concessões

Por **Cibelle Bouças** — De Belo Horizonte

12/04/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas



O secretário Fernando Marcato: “Minas Gerais está sendo deixada de lado” — Foto: Silvia Zamboni/Valor

O governo de Minas Gerais está em busca de uma fatia de um montante de R\$ 15 bilhões da União para garantir investimentos na malha ferroviária do Estado. Os recursos virão da renovação antecipada de concessões da MRS e Ferrovia Centro-Atlântica (FCA). O Ministério da Infraestrutura pretende privilegiar linhas férreas no Centro-Oeste e no Pará.

“O governo vai arrecadar pelo menos R\$ 15 bilhões com a renovação antecipada de concessões. Estamos tentando sensibilizá-lo para que ao menos uma parte desses recursos seja voltada para Minas”, disse ao **Valor** o secretário estadual de Infraestrutura e Mobilidade, Fernando Marcato.

“Minas tem 47% da malha da FCA e 70% da malha da MRS e está sendo deixada de lado nesses investimentos”, acrescentou o deputado federal Diego Andrade (PSD). O deputado disse que Minas espera um diálogo com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes, para o que chamou de uma “correção de rumos”.

Marcato e Andrade preparam um documento a ser encaminhado nos próximos dias ao Ministério da Infraestrutura sugerindo o uso de parte dos recursos obtidos com a renovação antecipada de concessões em projetos ferroviários dentro do Estado.

O ministério trabalha em três frentes, a renovação antecipada de outorgas, novas concessões e a autorização para construção de novas ferrovias - um modelo com regulação mais simples em relação ao sistema de concessões, previsto no Marco Legal das Ferrovias, que deve ser votado pelo Senado nas próximas semanas.

O governo pode determinar no contrato de renovação antecipada que os valores sejam direcionados para investimentos na própria malha ou em outras malhas no país (investimentos cruzados).

O ministério já fechou três acordos de renovação antecipada de concessões, que somam R\$ 11,7 bilhões em recursos: Malha Paulista, operada pela Rumo, estradas de ferro Vitória-Minas (EFVM) e Carajás (EFC), ambas operadas pela Vale. No caso da Estrada de Ferro Vitória-Minas, parte da verba do acordo de renovação será aplicada em projetos de ferrovias em outros Estados. O processo de renovação antecipada das malhas da MRS e da FCA está em andamento.

Marcato pondera que o governo federal pretende usar recursos desses contratos para financiar obras do trecho 2 da Ferrovia de Integração Leste Oeste (Fiol), no Tocantins. Mas o projeto do ramal ferroviário Pirapora (MG)-Unaí (MG)-Luziânia (GO), uma das apostas do governo mineiro, ficou de fora.

Segundo o secretário, Fiol 2 tem custo de quase R\$ 2 milhões por tonelada enquanto o ramal Pirapora-Unaí-Luziânia, de R\$ 400 mil. O investimento nesse ramal seria de R\$ 800 milhões a R\$ 900 milhões e possibilitaria o escoamento de até 42 milhões de toneladas de grãos do Centro-Oeste e do noroeste de Minas. Outro projeto prioritário para o Estado é a integração do Porto Seco do Sul de Minas, em Varginha, ao ramal Varginha-Três Corações da VLI, que exigiria investimentos de R\$ 100 milhões a R\$ 120 milhões, calculou Marcato.

O secretário nacional de Transportes, Marcelo da Costa, disse que o Ministério da Infraestrutura ainda discute quais investimentos podem ser incluídos nos contratos de renovação da MRS e FCA. “Recebemos em março o plano estratégico ferroviário de Minas, com 20 projetos de transporte de passageiros e 20 projetos de transporte de cargas. A gente acha relevante e considera incluir alguns desses projetos no plano nacional”, afirmou Costa.

Entre os projetos avaliados, estão o ramal ferroviário Pirapora-Unaí-Luziânia, o ramal Varginha-Lavras, e a construção de 14 quilômetros de malha ligando o terminal de Igarapé (MG) à malha da MRS. “A gente está debruçado nesses projetos, tentando fazer ajustes dentro das possibilidades”, disse o secretário. De acordo com Costa, o governo pretende privilegiar grandes corredores logísticos nesses acordos. Ele citou a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), a Fiol e Ferrogrão, que liga Sinop (MT) a Miritituba (PA).

Já projetos menores devem ser feitos pela iniciativa privada, com autorizações mais simples que as outorgas, previstas no Marco Legal das Ferrovias, para o setor privado construir e operar parte da malha ferroviária.

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

BTG faz acordo para comprar parte da Caixa no Banco Pan por R\$ 3,7 bilhões

Governo criou obstáculo que impede reedição do BEm

Partiu do Executivo federal um dispositivo que obriga cortar gastos já previstos ou criar fontes de receitas para bancar novas despesas temporárias; projeto de lei busca desfazer essa “trava”

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

12/04/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

Partiu do próprio governo a ideia de incluir, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano, um dispositivo que obriga cortar gastos já previstos ou criar fontes de receitas para bancar novas despesas temporárias. Essa regra tornou-se o principal obstáculo para a reedição do BEm, do Pronampe e de outros programas de enfrentamento aos efeitos da pandemia em 2021.

Para removê-lo, o governo elaborou um projeto de lei desfazendo essa “trava”. A proposta, que tramita como PLN 2, deverá ser votada na próxima semana.

Após sua aprovação, será possível ao Executivo editar Medidas Provisórias (MPs) autorizando créditos extraordinários para bancar a reedição desses programas de enfrentamento à pandemia. Não será necessário esperar a sanção do Orçamento de 2021, cujo prazo só se encerra no próximo dia 22. Muito menos, promover cortes numa programação de gastos já muito comprimida. Esse é, pelo menos, o plano da ala mais pragmática do governo federal.

É possível, porém, que a remoção do obstáculo imposto pela LDO não destrave os programas emergenciais. O uso de créditos extraordinários causa insegurança jurídica entre os técnicos da área econômica. Há dúvidas, sobretudo, se os gastos

com a pandemia em 2021 podem ser classificados como uma despesa imprevista, o que é requisito para a emissão desses créditos.

Nos bastidores do governo, a existência de mais esse obstáculo às medidas emergenciais e a lentidão com que a área econômica reagiu a isso são vistos com impaciência.

O PLN 2 só foi enviado ao Congresso depois que o Senado pautou para votar, ainda esta semana, um projeto de lei do senador Espiridião Amin (PP-SC) que prorroga o BEm e outros programas de crédito até o dia 31 de dezembro deste ano. É um prazo bem mais longo - e, portanto, traz um custo bem maior - do que os estimados pelo Executivo. Pressionado, o governo pediu uma semana de prazo para estimar os impactos do projeto de Amin e para alterar a LDO.

Questionado sobre as razões que o levaram a propor a “trava” na LDO que agora precisa ser removida, o Ministério da Economia não respondeu. Informou, por outro lado, que o PLN 2 adequa a LDO à Lei de Responsabilidade Fiscal, “tendo em vista que o aumento de despesas que não sejam obrigatórias de caráter continuado deve estar submetido às demais regras fiscais em vigor, que limitam e condicionam a realização de gastos públicos em geral, como metas de resultado fiscal, tetos de gastos e disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.”

Como mostrou o **Valor** há duas semanas, as mais recentes projeções de receitas e despesas, que constam do Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, apontam para uma “folga” de R\$ 20,879 bilhões nas contas deste ano, surgida com a revisão da arrecadação para cima. É um dinheiro que não cabe no teto de gastos, mas pode ser utilizado em créditos extraordinários, mais especificamente para financiar ações contra a covid-19 e seus efeitos. Há uma disputa entre áreas do governo para incluir programas nesse crédito.

Questionado se essa “folga” seria utilizada, o Ministério da Economia respondeu que o relatório tem caráter apenas informacional, de transparência e de prudência, “não sendo possível, entretanto, a tomada de algumas providências diante dos resultados apresentados.”

Emenda dá sinal, mas não garante cultura de avaliação

Texto promulgado da PEC Emergencial diz que administração pública deve avaliar suas políticas e publicar resultado

Por Anaís Fernandes — De São Paulo

12/04/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas



Alexandre Manoel, da MKZ: colocar avaliação de políticas públicas na Constituição ajuda a evitar retrocessos e dá força para quem já está trabalhando nisso — Foto: Gustavo Ranieri/ME

Na esteira da emenda constitucional (EC) 109, oriunda da PEC Emergencial, passou quase despercebido um artigo que formaliza a obrigação de a administração pública

avaliar suas políticas e compartilhar os resultados com a sociedade. Em um país com pouca tradição institucional na área, especialistas dizem que a medida é um bom sinal, mas reflete também a mania do Brasil de “inflar” sua Constituição e, sem diretrizes claras, pode virar “letra morta”.

O texto promulgado no mês passado determina que “os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados”. Além disso, sobre as leis do Executivo que estabelecem o plano plurianual (PPA), as diretrizes orçamentárias (LDO) e os orçamentos anuais (LOA), afirma que “devem observar, no que couber, os resultados do monitoramento e da avaliação das políticas públicas”.

Aumara Feu, subsecretária de Avaliação de Gasto Direto da Secretaria de Avaliação de Políticas Públicas, Planejamento, Energia e Loterias (Secap), do Ministério da Economia, diz que a iniciativa “reforça o mandato em nossas atribuições” e ajuda a institucionalizar processos, além de contribuir para destravar desafios, como o acesso a bases de dados. “Temos que disseminar a cultura da importância da avaliação. Ganha força estando na Constituição.”

Ex-secretário da Secap, Alexandre Manoel, sócio e economista-chefe da MZK Investimentos, considera “uma grata surpresa” a inclusão dos trechos na EC 109. “Quando o governo faz contingenciamento, na prática, o corte é linear, um programa que dá bom retorno sofre tanto quanto um que é ineficiente. Ou o critério para ser poupado acaba sendo o de quem tem mais influência política, porque não há avaliação sistemática dos programas para ajudar a justificar.”

Renan Pieri, professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Eaesp/FGV), concorda que a iniciativa sinaliza intenção de se criar uma cultura de avaliação de impacto, mas o tema, como está na EC, é vago. “Avaliação não é só olhar antes e depois da política. Tem uma série de protocolos que precisam ser seguidos para garantir que o que você está calculando é efeito do programa”, afirma. Para que os trechos na Constituição não sejam “palavras ao vento”, esses protocolos precisam ser adotados de modo transversal no governo, acrescenta.

Com a inclusão na Constituição, alguns pontos do processo de avaliação ainda vão requerer definições adicionais, diz Aumara, como o tipo de informação útil para quem está na ponta ou quais instrumentos serão disponibilizados. No caso do artigo principal, será necessária uma lei, enquanto para o artigo vinculado às peças orçamentárias, uma resolução ou um decreto podem ser suficientes, explica a subsecretária.

Outra iniciativa importante segundo Pieri, da FGV, seria definir regras para momentos de exceção, como a criação do auxílio emergencial em 2020. “O programa teve bom norte, mas foi mal desenhado. Em casos de emergências, precisa ter protocolos, ao menos, de acompanhamento.” Ele destaca ainda a necessidade de avaliação antes de as políticas serem implementadas (“ex-ante,” no jargão), através de pilotos. “Você avalia e ainda consegue redesenhar, fazer ajustes. Só então dá escala.”

Ainda são poucas as avaliações mais rigorosas nessa área, reconhece Aumara. Na avaliação “ex-poste” (com a política já implementada), desde 2019 o país ganhou reforço do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (Cmap). O órgão interministerial consultivo já analisou, por exemplo, o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) e o seguro-defeso e tem na sua lista ainda políticas como a Zona Franca de Manaus, o Simples Nacional e o abono salarial. Desde abril do ano passado, o conselho ganhou mandato para avaliação ex-ante de políticas consideradas estratégicas e o grupo está estruturando esse processo, segundo Aumara.

O Cmap foi instituído por decreto em 2019, o que pode tornar sua existência frágil, pondera Rebeca Regatieri, especialista em avaliação de políticas públicas e doutoranda da Escola de Economia de São Paulo (EESP/FGV). “É simples revogar. Existia a demanda para se ter a diretriz do sistema de monitoramento em uma lei mais forte, que envolvesse o Congresso e com vinculação ao rito orçamentário”, diz ela, que participou da coordenação dos manuais para a avaliação de políticas públicas.

Rebeca vê algum esforço na EC de, ao menos, associar processos de avaliação aos orçamentários. Para ela, no entanto, não era necessário constitucionalizar a prática

de análise. “A Constituição já tem princípios que norteiam a boa gestão pública. Temos esse ‘vício’ de achar que só vai funcionar se estiver na Constituição, mas, a meu ver, ela tem de ser um documento de diretrizes mais gerais”, afirma.

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Captações via crowdfunding crescem 43% em 2020, diz CVM

VALOR INVESTE

BofA recomenda compra das ações do Assaí Atacadista

VALOR INVESTE

Empresa de Warren Buffett vai emitir títulos de investimentos em ienes para levantar dinheiro

 **COMENTÁRIOS**

Mais do Valor **Econômico**

Em etapa final, Grupo Itapemirim realiza nesta semana voos de certificação da Anac

O início de operação tem demorado mais do que o planejado. O grupo havia estimado o voo inaugural para março deste ano

Brasil é 3º que mais perde com ida de lucro de múltis para paraísos fiscais

ONG estima que país deixa de arrecadar US\$ 14,9 bi por ano com “abuso fiscal global”

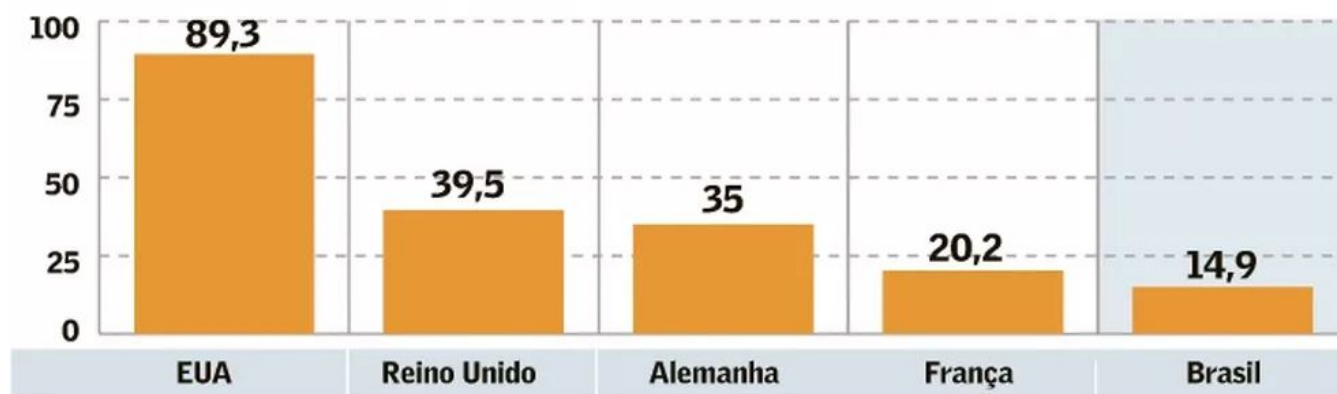
Por Assis Moreira — De Genebra

12/04/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

Rumo ao paraíso

Perda de arrecadação anual por abuso fiscal global

■ Perda total - US\$ bilhões/ano



País	Abuso por multís	Evasão fiscal	% da receita tributária
EUA	49,2	40	2,5
Reino Unido	10,2	29,3	5,4
Alemanha	24,3	10,6	4,1
França	14,3	5,8	2,7
Brasil	14,6	0,28	3,2

Fonte: Tax Justice Network

O Brasil é o terceiro maior perdedor no mundo de receita em termos absolutos com transferência de lucros de companhias multinacionais para paraísos fiscais, ficando só atrás dos EUA e da Alemanha, segundo a Tax Justice Network, uma ONG especializada em questões tributárias.

Como só fica atrás dos americanos e alemães, o Brasil tem assim a posição de perder mais arrecadação do que qualquer outro país fora do grupo de nações ricas, afirma Alex Cobham, diretor-geral da entidade.

Essa situação deverá mudar com um acordo tributário global em negociação na Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), que os EUA agora querem impulsionar em busca de recursos para seu enorme programa de infraestrutura.

A estimativa da ONG é que o Brasil deixa de arrecadar US\$ 14,9 bilhões por ano com “abuso fiscal global”: são US\$ 14,6 bilhões com a otimização fiscal legal de múltis que usam as brechas nos sistemas tributários e enviam parte dos lucros para jurisdições com taxas baixas. E outros US\$ 280 milhões resultados de evasão fiscal por pessoas físicas.

Os EUA perdem no total US\$ 89,3 bilhões, o Reino Unido, US\$ 39,5 bilhões, a Alemanha, US\$ 35,5 bilhões, a França, US\$ 20,2 bilhões. A diferença está na perda com as múltis. O Reino Unido está ao mesmo tempo entre os países que mais favorecem a transferência de lucros, principalmente nas Ilhas Virgens Britânicas, ilhas Cayman e Bermudas, três territórios britânicos. E os franceses deixam de arrecadar vários bilhões de dólares por causa da evasão fiscal.

No perfil do Brasil, a Tax Justice nota a perda brasileira é equivalente a 3,2% da receita tributária. Os bilhões que deixa de arrecadar poderiam pagar um ano de salário de 2 milhões de enfermeiras.

Também avalia que residentes brasileiros detêm várias companhias em locais com altos níveis de sigilo financeiro, como ilhas Cayman, Ilhas Virgens Britânicas e Bahamas, indicando elevado risco de fluxos financeiros ilícitos via investimento direto.

Numa comparação com Argentina, Chile e Peru, a entidade considera que o Brasil é altamente vulnerável a fluxos financeiros ilícitos. Enquanto a vulnerabilidade do Peru diminuiu ao longo do tempo, a do Brasil permanece constante.

Com o acordo global tributário em negociação na OCDE, o Brasil tem a ganhar nos dois pilares: numa nova repartição de lucros de companhias digitais, para pagar imposto onde fazem negócios, independentemente de presença física; e com a criação da taxa global mínima sobre as múltis em geral.

Uma fonte próxima da negociação estima que o Brasil sempre teve problemas com jurisdições com taxação baixa ou zero. E agora o importante é ter uma regra global para todo mundo, que não crie atrito.

Em junho do ano passado, os EUA, então governados por Donald Trump, abriram investigação contra o Brasil e vários outros países que adotaram ou consideravam aplicar taxação sobre serviços digitais.

O United States Trade Representative (USTR, ou Escritório do Representante de Comércio dos Estado) abriu investigação baseada na seção 301 do Ato de Comércio de 1974, que dá ao governo dos EUA ampla autoridade para responder ao que considerar práticas desleais afetando negativamente interesses comerciais americanos.

Washington reclamava da chamado Cide-Digital, do deputado João Maia (PL-RN). O governo brasileiro precisou esclarecer, e convencer, Washington que se tratava de projeto de lei, em estágio preliminar, e que não significava patrocínio por parte do Palácio do Planalto.

Agora, com o governo de Joe Biden, os EUA concluíram no mês passado a investigação contra o Brasil, mas continuarão a “monitorar” a situação no país.

Com um acordo global, que permitirá arrecadar mais sobre o lucro das “big tech”, riscos de vários conflitos comerciais poderão ser desativados.

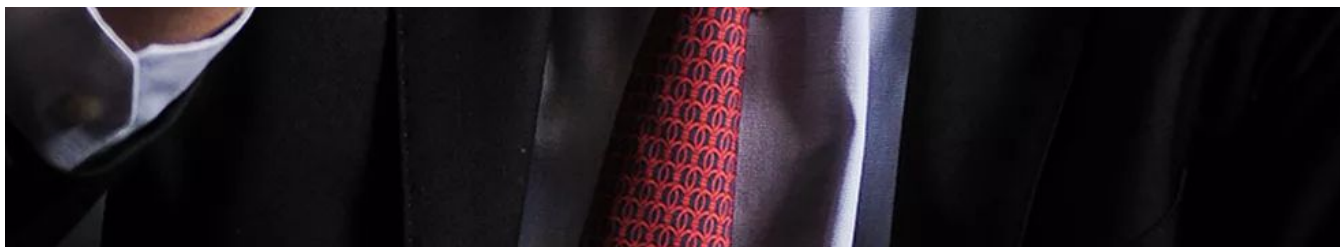
PIB per capita derrete na comparação global

Em nova “década perdida”, país cai em ranking e vê vantagem de renda para emergentes desabar

Por Anais Fernandes e Álvaro Fagundes — De São Paulo

12/04/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas





Ramos, do Goldman Sachs: década foi um desastre e risco é perder meio século — Foto: Claudio Belli/Valor

Um fim de ciclo de commodities, um impeachment, uma recessão, uma pandemia e o Brasil encerrou a década de 2011-2020 perdendo oito posições no ranking dos maiores PIBs per capita do mundo e viu sua vantagem em relação aos demais emergentes derreter. É o reflexo de mais uma “década perdida” no país, apontam especialistas, e que pode se repetir se o Brasil não só falhar em lidar com a questão pandêmica de curto-médio prazo, como também ignorar seus problemas endêmicos.

O Brasil, que iniciou a década passada na 77ª posição entre os maiores PIBs per capita globais em paridade do poder de compra (PPC), chegou a 2020 no 85º lugar, de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) publicados na semana passada. O relatório traz informações de mais de 190 países.

PIB per capita do Brasil em paridade do poder de compra (PPC)

Em US\$

Data	PIB per capita	Posição global*
2011	15.394	77°
2012	15.555	77°
2013	15.887	78°
2014	15.831	78°
2015	15.138	83°
2016	14.522	85°
2017	14.597	84°
2018	14.737	87°
2019	14.827	88°
2020	14.140	85°
2021	14.563	84°
2022	14.845	85°
2023	15.075	85°
2024	15.295	88°
2025	15.522	88°
2026	15.752	90°

*O FMI avalia 191 países e três regiões administrativas/províncias chinesas, **projeções para 2021 a 2026

Fonte: World Economic Outlook Abril 2021 - FMI

Em 2020, o Brasil tinha um PIB per capita em PPC de US\$ 14.140, contra US\$ 15.394 em 2011. Naquele ano, o Brasil estava à frente da China, que encontrava-se na 110ª posição, com US\$ 9.627. O gigante asiático, porém, passou para 77º em 2020, com US\$ 16.297. O PIB per capita mede a relação entre o Produto Interno Bruto do país e sua população, enquanto o cálculo em PPC pondera os diferentes custos de vida entre as nações. Em 2020, o maior no mundo era o de Luxemburgo: US\$ 111,9 mil.

Outros emergentes e pares latino-americanos continuaram atrás do Brasil após uma década, mas melhoraram suas colocações, como a Índia (141ª para 128ª), a Colômbia (92ª para 88ª) e o Paraguai (102ª para 97ª). Entre aqueles que já tinham

uma posição superior ao Brasil e ampliaram a diferença, estão Coreia do Sul (37^a para 27^a) e Turquia (60^a para 49^a). No sentido oposto, perderam posições, mas se mantiveram acima do Brasil, a Argentina (53^a para 64^a) e o México (69^a para 72^a).

Posição de países selecionados no PIB per capita global (em PPC)

Em US\$

País	2011	2020
Luxemburgo	3	1
EUA	10	7
Alemanha	17	19
Austrália	24	20
França	26	26
Coréia do Sul	37	27
Reino Unido	28	28
Japão	31	30
Itália	27	33
Turquia	60	49
Rússia	52	53
Chile	61	61
Argentina	53	64
México	69	72
China	110	77
Brasil	77	85
Colômbia	92	88
África do Sul	90	103
Índia	141	128
Venezuela	66	143
Burundi	193	194

Fonte: World Economic Outlook Abril 2021 - FMI

O resultado líquido desse sobe e desce dos países é que o Brasil viu sua vantagem em relação aos emergentes diminuir em dez anos. Em 2011, o PIB per capita desse grupo de nações equivalia a 58% do brasileiro. Esse número avançou para 77% em 2020 e deve chegar a 87% em 2026, de acordo com as projeções do FMI.

Em cinco anos, a previsão do Fundo é que o PIB per capita em PPC do Brasil continue perdendo espaço no ranking geral, caindo à 90ª posição, para US\$ 15.752. Nesse ritmo, o Brasil seria ultrapassado pela Colômbia, por exemplo, que alcançaria o 86º lugar. E a China aumentaria sua vantagem, indo à 69ª posição.

PIB per capita dos emergentes em relação ao do Brasil

Em %

2026

Fonte: World Economic Outlook Abril 2021 - FMI

A última década brasileira foi “um desastre”, resume Alberto Ramos, diretor de pesquisa econômica para América Latina do Goldman Sachs. Foi “outra década perdida”, diz ele, em referência aos anos 1980. “Perdemos duas das últimas quatro

décadas e, se não acertar o passo, em vez de uma década, vai perder meio século”, afirma o economista, observando que, assim, seriam três “décadas perdidas” de cinco.

O Brasil entrou nos anos 2010 com alguma vantagem. O país sofreu menos que muitas nações após o choque da crise financeira global de 2008. Em 2010, por exemplo, cresceu 7,5%, embalado pelo ciclo favorável de commodities e por políticas anticíclicas. Adentrando mais a primeira metade da última década, porém, o Brasil enfrenta seus próprios fantasmas. Enquanto o país tropeçava, “o resto do mundo avançou”, diz Ramos, citando emergentes e a China. “O mundo desenvolvido não teve crescimento espetacular, mas foi positivo.”

Em parte, o país sentiu a queda internacional das commodities entre 2013 e 2015, aponta Adriano Laurenço, economista-sênior da Prospectiva Consultoria. Mas esse é o tipo de choque externo que afeta emergentes como um todo, observa ele. “A questão é que o Brasil, com suas dificuldades domésticas, de baixa competitividade e investimento, instabilidade política e falta de horizonte para política econômica, acaba sentindo mais”, afirma.

Claudio Considera, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV) e coordenador do Núcleo de Contas Nacionais da instituição, atribui as dificuldades daquele momento a “erros de política econômica”. “Você tem uma recessão brutal de três anos e uma recuperação muito lenta depois”, afirma, lembrando que, após a recessão de 2014-2016, o país teve dificuldade para crescer muito além de 1%. “A queda do PIB per capita do Brasil tem a ver com os nossos erros”, diz Considera.

Agora, o Brasil entra em uma nova década com um cenário ainda mais desafiador, sofrendo com o recrudescimento da pandemia e os seus impactos presentes e futuros. O FMI projeta que o Brasil vai crescer 3,7% neste ano, mas Considera acha otimista. “A base de comparação é muito baixa e isso facilita, só que não vai, porque as pessoas não estão sendo vacinadas na velocidade necessária.”

Para Ramos, do Goldman Sachs, a questão pandêmica, em algum momento, será superada, com o avanço da vacina e da imunidade. “Outro problema, talvez mais sério de resolver, é o endêmico, de baixo crescimento, com baixa produtividade e

baixos investimentos”, afirma. Nesse sentido, ele diz que números como os do FMI deveriam servir de “sinal de alerta” para o país. “O Brasil não é um país pobre, é um país pobremente manejado.”

Sair do atoleiro, segundo Ramos, não tem segredo. “Tem que ter uma inversão de marcha e fazer as reformas pendentes há anos. Não é nada de novo, não precisa perder muito tempo em reuniões e comitês, é integrar o Brasil à economia mundial, reduzir proteção comercial, fazer reformas administrativa, fiscal e tributária, investir mais, aumentar o capital humano. Já conhecemos a agenda há dez, 20 anos. A razão de ela ser a mesma é exatamente porque não avança. E o futuro será igual ao passado se não reformar”, afirma.

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Em carta, senadora Kátia Abreu pede apoio do Papa Francisco à quebra de patentes das vacinas

VALOR INVESTE

Lançamentos imobiliários crescerão 24% em 2021, diz Brain

VALOR INVESTE

Petrobras deve sofrer pressão enquanto houver incertezas sobre autonomia, diz XP

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Em etapa final, Grupo Itapemirim realiza nesta semana voos de certificação da Anac

O início de operação tem demorado mais do que o planejado. O grupo havia estimado o voo inaugural para março deste ano

Resultado da década destoa no cenário mundial e recuperação parece distante

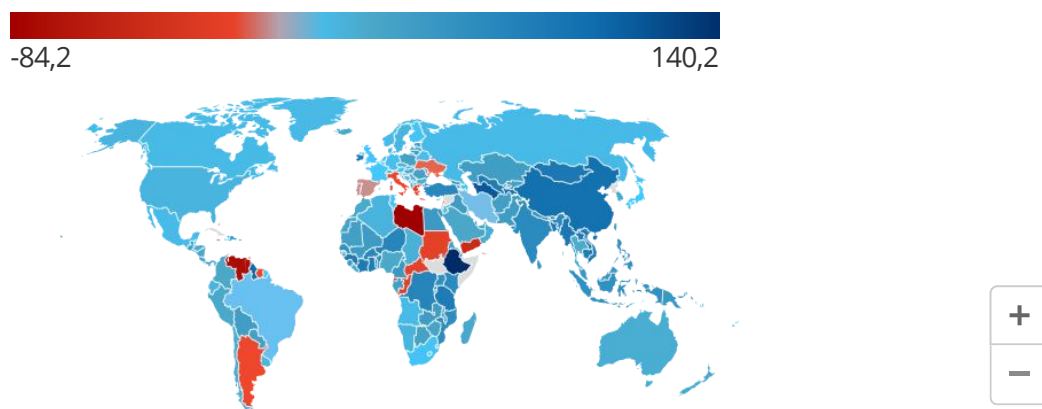
Crescimento de 2,7% do PIB brasileiro na última década foi o 29º pior desempenho da economia global no período

Por Anaïs Fernandes e Álvaro Fagundes — De São Paulo

12/04/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

Fora da ordem mundial

Variação do PIB de 2011 a 2020, em %



Fonte: FMI

O crescimento de 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro acumulado na última década foi o 29º pior desempenho da economia global no período marcado

por turbulências como o pós-Lehman Brothers, a crise da dívida europeia e a pandemia.

Entre 192 nações acompanhadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o resultado brasileiro foi superior ao de países como Líbia e Venezuela - que têm as maiores quedas (-84,2% e -74,3%, na ordem) - Grécia (-22,1%), Itália (-8,2%), Argentina (-6,9%), Espanha (-1,5%) e Portugal (-1,4%).

“São exatamente países que passaram por crises sérias na década de 2010, diferentemente, por exemplo, do que ocorreu nos Estados Unidos, em que a crise foi maior na década de 2000, mas, na seguinte, o crescimento já foi mais estável”, observa Adriano Laureno, economista-sênior da Prospectiva Consultoria. Entre 2011 e 2020, o PIB americano subiu 18,1%, segundo o FMI.

Década perdida

Desempenho acumulado do PIB brasileiro foi o 29º pior da economia global

Varição do PIB acumulado entre 2011 e 2020 em países selecionados, em %

Líbia	-84,2	
Venezuela	-74,3	
Grécia		-22,1
Itália		-8,2
Argentina		-6,9
Espanha		-1,5
Portugal		-1,4
Brasil		2,7
França		3,3
Japão		3,6
Reino Unido		5,8
África do Sul		6,6
Alemanha		10,4
México		13,6
Rússia		13,9
EUA		18,1
Chile		22,9
Coréia do Sul		28,4
Bolívia		39,5
Índia		63,7
Turquia		65,3
China		93,1
Etiópia		140,2

Laurenço diferencia, porém, a crise de países europeus na última década daquela vivenciada pelo Brasil. “Os países do sul da Europa passaram por isso meio juntos, teve um componente externo. No Brasil, até houve um efeito de fora importante,

que foi a queda nos preços das commodities entre 2013 e 2015. Mas foi um choque negativo que se somou a uma desorganização interna e a uma crise política”, diz.

O crescimento do Brasil entre 2011 e 2020 ficou aquém do observado em diversos pares emergentes e latino-americanos, como Turquia (65,3%), Índia (63,7%), Bolívia (39,5%), Coreia do Sul (28,4%), Chile (22,9%), Rússia (13,9%), México (13,6%) e África do Sul (6,6%). A China ficou em sexto lugar (93,1%). O maior avanço foi o da Etiópia (140,2%). Economistas observam que, em países em que a base de produção é muito baixa ou marcados por conflitos, qualquer impulso diferente - como o fim de uma guerra ou a exportação de um produto específico - já pode gerar crescimento forte.

Laureno diz ter dificuldade de enxergar fatores de crescimento acelerado para o Brasil nos próximos anos. “Uma coisa é recuperar as perdas na pandemia e voltar para aquele nível de dinamismo anterior. Outra coisa é passar a ter um crescimento mais persistente, de pelo menos 3% ao ano.”

Mantendo regras fiscais atuais, não seria possível esperar uma recuperação via expressivos investimentos públicos, como Joe Biden está fazendo nos Estados Unidos, aponta o economista. “Com o alto desemprego e a expectativa de aumento na desigualdade de renda, fica difícil também imaginar que haverá demanda que incentive empresas a investirem muito acima da capacidade ociosa”, diz. “A taxa de juros mais baixa ajuda, os programas de concessões também, mas essa transição que se está tentando [do investimento público para o privado] ainda não deu o resultado esperado.”

Para especialistas, falta também um plano de recuperação mais consolidado pelo governo. Reformas que poderiam atacar problemas estruturais do Brasil não andam na velocidade que deveriam e, ainda assim, poderiam ser insuficientes, pondera Claudio Considera, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV). “Acham que só fazer reformas basta, mas não teremos crescimento espontâneo. É preciso política econômica, visando crescimento e emprego, e isso não está anunciado”, afirma.